

Itamar Even-Zohar

O trabalho
ideacional
e a produção de
energia social

Tradutoras

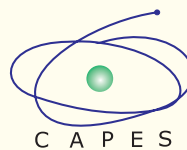
Carolina Alves Magaldi

Juliana Steil

Roberta Rego Rodrigues

RAFAEL COPETTI
·EDITOR·

O trabalho
ideacional
e a produção de
energia social



Esta obra não pode ser vendida.

Itamar Even-Zohar

O trabalho
ideacional
e a produção de
energia social

Tradutoras

Carolina Alves Magaldi

Juliana Steil

Roberta Rego Rodrigues

RAFAEL COPETTI
·EDITOR·

©2021 Itamar Even-Zohar

©2021 Carolina Alves Magaldi, Juliana Steil e Roberta Rego Rodrigues (Tradução)

©2021 Rafael Zamperetti Copetti Editor Ltda., para a presente edição.

Nesta edição respeitou-se o estabelecido no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado pelo Brasil em 2009.

Conselho editorial

Álvaro Faleiros [USP]; Andrea Santurbano [UFSC]; Andréia Guerini [UFSC]; Annateresa Fabris [ECA/USP]; Aurora Bernardini [USP]; Dirce Waltrick do Amarante [UFSC]; Giorgio De Marchis [Università degli Studi Roma Tre]; Leila de Aguiar Costa [UNIFESP]; Lucia Sá [University of Manchester]; Luciene Lehmkühl [UFPB]; Mamede Mustafa Jarouche [USP]; Maria Aparecida Barbosa [UFSC]; Maria Lucia de Barros Camargo [UFSC]; Mariarosaria Fabris [USP]; Paulo Knauss [UFF]; Pedro Heliodoro Tavares [UFSC]; Rita Marnoto [Universidade de Coimbra]; Rosi Isabel Bergamaschi Chraim [Psicanalista]; Sandra Bagno [Università degli Studi di Padova]; Stefania Pontrandolfo [Università degli Studi di Verona]; Tania Regina de Luca [UNESP/Assis]

Editor *Rafael Zamperetti Copetti*

Coordenação editorial *Fabiana V. Assini*

Assistente editorial *Rafaela Cechinel*

Projeto gráfico, capa e diagramação *Paulo Roberto da Silva*

Preparação dos originais *Pedro Siqueira*

Revisão de provas *Fabiana V. Assini | Rafaela Cechinel*

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Laura Emilia da Silva Siqueira CRB 8-8127)

Even-Zohar, Itamar.

O trabalho ideacional e a produção de energia social / Itamar Even-Zohar; tradução, Carolina Alves Magaldi, Juliana Steil, Roberta Rego Rodrigues. 1. ed. – Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2021.

170 p. ; 16 x 23 cm.

Exigências do sistema: Formato PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-86877-19-9

(recurso eletrônico)

I. Sociologia. 2. Sociologia: trabalho ideacional. 3. Sociologia: estudos. I. Even-Zohar, Itamar
II. Magaldi, Carolina Alves. III. Steil, Juliana. IV. Rodrigues, Roberta Rego.

CDU 304

CDD 300

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia.
2. Sociologia: trabalho ideacional.
3. Sociologia: estudos
300

2021 | 1ª Edição Brasileira

Obra distribuída gratuitamente pela editora.

Todos os direitos desta edição reservados para todos os países à

Rafael Zamperetti Copetti Editor Ltda.

Caixa Postal 5190

Trindade | Florianópolis | SC | Brasil | CEP 88040-970

Tel. ☎ 48 | 3234.8088

editora @rafaelcopettieditor.com.br | rafaelcopettieditor.com.br

Foi feito Depósito Legal.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

SUMÁRIO

Nota das tradutoras.....	7
Prefácio à edição brasileira.....	11
1 O trabalho ideacional e o sucesso das sociedades	17
2 A complexidade da cultura e a sustentabilidade dos grupos.....	31
3 A competição intercultural por recursos através da disputa de capitais simbólicos	41
4 Elaboradores de ideias, empreendedores culturais, elaboradores de imagens de vida e as perspectivas de sucesso.....	59
5 A planificação cultural, a coesão e a criação e manutenção das entidades.....	81
6 O mercado de identidades coletivas e o trabalho patrimonial.....	101
7 Os intelectuais na antiguidade	109
8 Soluções datadas e a indústria de ideias.....	117
9 Quem lucra com o patrimônio (e quem perde)?	133
10 O trabalho ideacional e o caso basco: algumas notas.....	145
Referências	149
Sobre o autor	

NOTA DAS TRADUTORAS

A teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar teve papel fundamental não só na construção dos estudos da tradução no Brasil, como também impactou os campos da literatura e da educação. No entanto, o escopo do trabalho de Even-Zohar como pesquisador estende-se a um conjunto bem mais amplo de fenômenos culturais. Ao longo de décadas de investigação, ele reuniu dados de uma série de sociedades, localizadas em diversos lugares e momentos históricos, abrangendo culturas da antiguidade até a contemporaneidade, que lhe possibilitaram formular hipóteses e fundamentar conclusões sobre certas regularidades do comportamento cultural. O presente livro traz uma amostra significativa dessa trajetória intelectual e agrupa discussões que tratam, em particular, do conceito de trabalho ideacional — atividade desenvolvida por intelectuais, elaboradores de ideias e empreendedores culturais capaz de introduzir e propagar repertórios que podem mudar o rumo de várias sociedades.

Traduzir este livro nos levou a um percurso especial pela discussão de uma variedade de situações culturais e nos fez refletir, em meio a esta crise global, sobre a indústria de ideias no contexto brasileiro, agora que os desafios do país parecem ter se multiplicado em todos os setores socioculturais. Durante a tradução destes textos, pudemos contar com a colaboração do autor, que, com sua aguda sensibilidade para idiomas, generosamente respondeu nossas questões e nos auxiliou na revisão. Nesse sentido, gostaríamos de agradecer-lo pelo apoio. As sugestões do professor Elias José Torres Feijó, que realizou uma leitura criteriosa do manuscrito, também foram valiosas. Mais do que

um auxílio técnico e vernacular, esse diálogo com Even-Zohar e Feijó amadureceu a compreensão dos conceitos abordados e suas potenciais ramificações, além de ampliar, na teoria e na prática, os horizontes de tradução intercultural — o que nos foi particularmente caro.

Dirigimos também nossos agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialmente à linha de pesquisa “Literatura, cultura e tradução”, pelo incentivo, por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Proap-Capes), à publicação deste livro.

Agradecemos ainda às editoras e aos organizadores dos periódicos e livros nos quais foram originalmente publicados alguns dos artigos incluídos nesta coletânea: a Carolina Alves Magaldi e à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por “A complexidade da cultura e a sustentabilidade dos grupos”;¹ a Göran Sonesson, Sara Lenninger, Anna Cabak Rédei e à editora De Gruyter por “A competição intercultural por recursos através da disputa de capitais simbólicos”;² a Anthony Pym, Miriam Shlesinger, Daniel Simeoni e à editora John Benjamins por “A planificação cultural, a coesão e a criação e manutenção de identidades”;³ e a Jon Kortazar e à editora Iberoamericana Vervuert por “O trabalho ideacional e o caso vasco: Algumas notas”.⁴

Carolina gostaria de agradecer a Juliana Steil pelo generoso convite para ingressar nessa empreitada, bem como a Roberta Rego Rodrigues pelas revisões atentas e gentis.

Juliana agradece às colegas Carolina Alves Magaldi e Roberta Rego Rodrigues pela dedicação e profissionalismo ao longo do trabalho colaborativo de tradução, e também a Jonas Tenfen pela discussão de questões etimológicas e técnicas.

¹ No original: Itamar Even-Zohar, “The Complexity of Culture and the Sustainability of Groups”, *Ipotesi: Revista de estudos literários*, v. 22, n. 2, p. 2-8, 2018.

² No original: Id., “Intercultural Competition over Resources via Contests for Symbolic Capitals”, *Semiotica*, v. 232, p. 235-250, 2020.

³ No original: Id., “Culture Planning, Cohesion, and the Making and Maintenance of Entities”, *Beyond Descriptive Translation Studies: Investigations in Homage to Gideon Toury*, Amsterdã, John Benjamins, 2008, p. 277-292.

⁴ No original: Id., “El trabajo ideacional y el caso vasco: algunas notas”, *Autonomía e ideología: Tensiones en el campo cultural vasco*, Madri, Iberoamericana Vervuert, 2016, p. 377-380.

Por fim, Roberta é grata à colega Juliana Steil pelo auspicioso convite para o projeto e pela revisão cuidadosa das suas traduções, e à colega mineira Carolina Alves Magaldi pelas profícuas interações.

Carolina Alves Magaldi
Juliana Steil
Roberta Rego Rodrigues

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Na minha conferência de abertura no III Encontro Internacional da Rede Galabra na Corunha, em 24 de janeiro de 2019, referindo-me à minha palestra de 2003 sobre “soluções datadas” *in memoriam* de Xoán González Millán,¹ expressei o que pensei ser uma aparente deterioração da situação em comparação com o que havia analisado. Referia-me à crescente incapacidade dos trabalhadores da indústria das ideias para agirem com flexibilidade, nomeadamente conceberem soluções adequadas em tempos de crise múltipla, quando as antigas condições que deram origem a certas soluções mudam de tal forma que põem em causa a utilidade de mantê-las. Eu mal imaginava naquele momento que, apenas um ano após aquele encontro, o mundo forneceria uma ilustração impressionante da problemática que venho tentando descobrir. A pandemia global do vírus Covid-19 gerou uma série de devastadoras crises em cadeia que mudaram completamente a vida humana. Se eu precisava de um experimento ao vivo para testar a ligação sugerida entre a energia social que permite a ação e a criação de ideias que a alimentam, a própria história — como sugerido por Jared Diamond e colegas —² nos forneceu um caso extraordinário. Como ainda estamos no meio da crise, se não apenas em seu início, ainda não há como dizer quais criadores de ideias em qual grupo foram capazes de conceber as soluções mais eficientes, se é que conseguiram. No entanto,

¹ Ver “Soluções datadas e a indústria de ideias”, nesta coletânea, p. 117.

² Jared Diamond e James Robinson, *Natural Experiments of History*.

agora temos outro exemplo poderoso que mais uma vez deixa claro que, sem um trabalho ideacional que possa ser adotado por pessoas capazes de realizar ações, qualquer grupo de qualquer tamanho não sobreviverá com sucesso. Pode muito bem ser o momento certo para revitalizar a discussão sobre esse complexo quadro, e este livro é uma oportunidade nessa direção.

A energia social pode ser definida como a força que permite a criação de soluções humanamente viáveis, em particular em situações de aparente incerteza. A deficiência de energia social pode levar ao fracasso na luta por recursos, além de pôr em risco a própria sobrevivência do grupo. Considero que a capacidade de criar tal tipo de energia, tão crucial para a sobrevivência humana, depende fortemente das poucas pessoas que são capazes de conceber soluções por meio de pensamento independente. O estudo dos parâmetros de dependência dessa energia torna-se, portanto, indispensável não apenas para nossa compreensão da sobrevivência ou colapso dos grupos humanos ao longo da história, mas também para avaliar o que precisa ser feito para garantir seu futuro.

A busca dos fatores de sobrevivência ou sucesso das sociedades não é nova. As obras de Adam Smith, Karl Marx e Max Weber estão entre os exemplos proeminentes disso. No entanto, talvez seja apenas graças ao trabalho de Joseph Schumpeter que a atenção se concentrou, pelo menos em parte, no papel dos esforços deliberados realizados por indivíduos, a quem ele chamou de “empreendedores”. Embora Schumpeter se concentrasse na economia, suas hipóteses básicas são válidas para o estudo da produção e do trabalho de todos os tipos de energia social em geral. A sobrevivência e o sucesso sem dúvida têm manifestações econômicas, mas parece ter sido um erro comum dos economistas tratá-los apenas em termos de capital material. Como tem sido reconhecido e recentemente reconfirmado até mesmo por economistas renomados, uma análise adequada deve levar em consideração todos os tipos de capitais — incluindo, acima de tudo, vários tipos de capital intelectual, como conhecimento, habilidades e atitudes. Sem eles, a produção e a acumulação de capital material parecem impossíveis. No entanto, a ligação entre ideação cultural e empreendedorismo e o status político e econômico de um grupo não foi suficientemente pesquisada, ou mesmo identificada e diagnosticada como crucial para a existência humana.

Essa linha de pensamento me levou a investigar casos em que a construção de ideias envolvia ações importantes, como a formação de grandes

repertórios de soluções socioculturais. Foram momentos históricos em que o perigo de instabilidade foi identificado, seja por meio da comparação entre agendas sociais alternativas possíveis, seja pela ameaça de grupos externos concorrentes, ou ainda pelo enfrentamento de desastres naturais como mudanças climáticas ou pragas. Em certos casos, esses momentos são especialmente notáveis quando grupos inteiros de criadores de ideias se juntam na tentativa de inventar ou reinventar culturas inteiras, o que muitas vezes leva à criação de entidades sociopolíticas. Esses momentos abertamente revolucionários se multiplicaram nos tempos modernos, desde a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas que se seguiram, primeiro na Europa e depois em efeito dominó no restante do mundo, em número grande o suficiente para justificar uma formulação indutiva de algumas hipóteses gerais sobre tais processos. Em meu próprio trabalho, naturalmente tive que limitar o escopo do estudo a casos selecionados, como Itália, Galiza, Catalunha, Islândia, Quebec, Terra Nova e Palestina sob domínio britânico. Em todos esses casos, com os quais me familiarizei ao longo de cerca de trinta anos de estudos contínuos, tornou-se evidente que a capacidade da sociedade de sobreviver e aproveitar os momentos críticos depende diretamente do volume de energia produzida e impulsionada pela atividade conjunta de idealizadores e empreendedores locais.

O surgimento de novos repertórios não pode ser compreendido adequadamente sem o estudo da transferência intercultural. Na transferência, as soluções geradas por um grupo são frequentemente adotadas por outro. Do ponto de vista da economia de utilização de recursos, esta é uma prática muito mais econômica do que a produção doméstica original. Essa perspectiva inevitavelmente expande o contexto de nossa busca de fatores de energia social para além do contexto de grupos individuais. Ela sustenta a necessidade de desenvolver o que Diamond e Robinson denominaram “experimentos naturais da história”,³ um método baseado em inferências comparativas entre casos semelhantes e não semelhantes, dada a nossa falta de capacidade de produzir eventos repetitivos controlados na história. Além disso, o estudo das transferências também ajuda a revelar os riscos da adoção total de repertórios exógenos que podem gerar má adaptação. Naturalmente, esse estudo também traz à tona o fato de que a ligação entre ideação e energia social não é um

³ Ibid.

fenômeno moderno, mas um fenômeno que sempre governou a dinâmica humana.

Os trabalhos incluídos neste livro foram todos publicados ou apresentados em vários fóruns acadêmicos. Eles são reproduzidos aqui com algumas revisões, mas, em princípio, refletem várias etapas do meu trabalho. A hipótese sobre o papel da ideação na trajetória da energia social não surgiu como tal desde o início. Em vez disso, ele se cristalizou apenas gradualmente por meio de uma série de tentativas e erros. Dois caminhos diferentes me levaram a focar neste complexo de fatores. Um desses caminhos foi minha antiga curiosidade sobre culturas deliberadamente planejadas, porque na verdade eu cresci em uma delas — a cultura hebraica moderna. No meu caso, ela foi projetada várias gerações antes do meu nascimento na Palestina sob domínio otomano e britânico para desviar-se completamente de suas raízes históricas anteriores.⁴ O outro caminho foi meu trabalho no desenvolvimento de ferramentas conceituais para lidar com a sistemicidade dentro da heterogeneidade na cultura. Essa linha, conhecida como Teoria dos Polissistemas, trouxe à luz um paradoxo inerente à dinâmica da homogeneidade *vs.* heterogeneidade. A saber, descobriu-se que, sem heterogeneidade, normalmente não há excitação⁵ sociocultural capaz de produzir opções alternativas para a gestão da vida, e grupos (ou sociedades) podem subsequentemente abrigar estagnação. Por outro lado, a heterogeneidade excessiva pode causar a desintegração dos grupos, pois contraria a solidariedade coletiva, eliminando assim o que impede as pessoas de negociarem com sucesso seus interesses individuais. No estado atual dos estudos sobre heterogeneidade, complexidade ou diversidade, na verdade não sabemos qual deve ser o rácio desejável entre heterogeneidade e homogeneidade para permitir uma dinâmica de grupo ideal. No entanto, a necessidade inescapável de alternativas ou novas opções para a sobrevivência e o sucesso dos grupos revela-se inequivocamente como um fator importante da existência humana. Isso, a meu ver, não é mais uma conclusão, mas um ponto de partida para extensos projetos de pesquisa.

⁴ Esse caso histórico é tratado em Itamar Even-Zohar, “O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948)”, *Cadernos de língua e literatura hebraica*.

⁵ Andrei Khrennikov, “Social Laser’: Action Amplification by Stimulated Emission of Social Energy”, *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*.

Apenas a investigação de casos específicos ancorados historicamente pode avançar nossa capacidade de verificar a validade do feixe de hipóteses apresentado em meus ensaios. Fiz uma tentativa modesta de basear essas hipóteses no estudo dos poucos casos que consegui pesquisar ao longo dos anos.

Por fim, desejo expressar minha gratidão às minhas colegas brasileiras, as incrivelmente enérgicas e conscienciosas Carolina Magaldi (da Universidade Federal de Juiz de Fora), Juliana Steil e Roberta Rego Rodrigues (ambas da Universidade Federal de Pelotas), pela iniciativa e incansáveis esforços para publicar este livro e por seu trabalho dedicado e profissional na tradução destes ensaios. Agradeço também ao meu amigo e colega Elias José Torres Feijó, da Universidade de Santiago de Compostela, devoto galeguista e profundo conhecedor das culturas de língua portuguesa, pelos muitos anos de incentivo e leitura crítica das traduções.

Itamar Even-Zohar

O TRABALHO IDEACIONAL E O SUCESSO DAS SOCIEDADES¹

“Trabalho ideacional” é um termo que se refere a muitos tipos de atividade intelectual, cujos produtos englobam desde imagens e narrativas até ideias explícitas acerca do gerenciamento da vida humana. Esses produtos podem ser verbais, ou seja, realizados através da linguagem, ou não verbais, ou seja, realizados por outros meios, tais como arquitetura, pintura, escultura, música ou dança. Sua eficiência depende muito do status da indústria geradora, que emana de seu grau específico de institucionalização e estabelecimento na sociedade na qual a indústria está inserida. Esses produtos são vastamente consumidos: eles constroem os materiais a partir dos quais derivam nossa forma de pensar, nossa forma de ver o mundo e de atuar nele. Crenças, sentimentos, opiniões e esperanças — ferramentas que utilizamos para avaliar o mundo ao nosso redor e que são capazes de gerar ação —, tudo isso deriva de produtos distribuídos por indústrias ideacionais. Em qualquer sociedade humana, não há como escapar da constante presença de produtos ideacionais. Quaisquer que sejam suas origens e as circunstâncias sob as quais eles tenham sido elaborados, sua função como modelo para o gerenciamento da vida individual e coletiva tem sido reconhecida por todos aqueles que estudam a sociedade. Em conjunto, esses produtos constituem a cultura humana, a

¹ Baseado em uma palestra realizada no simpósio “Athafnalandið Island” [Islândia, país empreendedor], 19 abr. 2005, Reiquiavique, Instituto Sigurður Nordal e Câmara de Comércio da Islândia.

qual, conforme sugerido por Geert Hofstede, funciona como “software da mente” —² esses roteiros ocultos e “estratégias de ação”³ com os quais os humanos gerenciam suas vidas.

O trabalho ideacional é realizado por inumeráveis trabalhadores anônimos ou por indivíduos de destaque? Por um lado, alguns “grandes nomes” tem sido tradicionalmente apresentados como aqueles que de fato têm direcionado o rumo das coisas em todas as sociedades humanas. Por outro, o fluxo constante de acontecimentos e mudanças nessas sociedades tem sido apresentado como resultado de forças anônimas, como consequência de “fatores objetivos” que têm pouco ou nada a ver com o trabalho de indivíduos. Sem me aprofundar muito na natureza de tais discordâncias e controvérsias, que muitas vezes dividem grupos de pesquisadores e estabelecem fronteiras e limites artificiais entre diferentes disciplinas, e assumindo o risco de ser acusado de superficialidade, eu diria que, a não ser que se adote uma posição extrema, não tem por que existir qualquer contradição entre o reconhecimento do trabalho indispensável de produtores individuais, de um lado, e das forças anônimas da sociedade, de outro.

A perpetuação de produtos do trabalho ideacional, ou a manutenção de um repertório recorrente de possibilidades para o gerenciamento da vida, não é possível sem um acordo reforçado diariamente. Como afirmou John Davis, a cultura não existiria sem a negociação diária entre os membros da sociedade, que são responsáveis pela produção e reprodução contínua das ferramentas necessárias para o gerenciamento social:

Cada ação e cada pensamento que envolvem outras pessoas são sociabilidade criativa, e essas pessoas procuram construir um mundo social seguro e estável para se viver. É constante, penetrante, inescapável que criemos à medida que seguimos em frente: as palavras que digo confirmam meu compromisso com uma língua específica que recrio e modifico à medida que falo. Minha esposa, meus filhos e eu negociamos para criar uma família — uma família diferente, talvez, daquela na qual cresci. Esta é uma atividade universal, popular e irrepreensível: todos estão criando a maior parte do tempo; é uma propensão humana

² Geert Hofstede, *Cultures and Organizations: Software of the Mind*.

³ Ann Swidler, “Culture in Action: Symbols and Strategies”, *American Sociological Review*.

universal fazer arranjos que esperamos que sejam relativamente estáveis e duráveis.⁴

Nesse sentido, a sociedade opera como um mercado, onde a troca de produtos ideacionais é realizada de maneira anônima por praticamente todos os membros. As sociedades que têm um alto nível de trocas diárias bem-sucedidas são “estáveis e duráveis”, conforme a formulação de Davis. É amplamente aceito que as sociedades se esforçam para alcançar estabilidade e durabilidade, o que em termos concretos significa um alto nível de repetição das opções disponíveis para gerenciamento da vida. No entanto, Davis refere-se a uma situação em que ele recria e modifica “à medida que fala”. Isso significa que as mudanças não podem ser evitadas, mesmo quando a tendência para evitá-las é mais forte. Isso ocorre basicamente porque as pessoas em geral tendem a abandonar hábitos repetitivos. E as pessoas também cometem erros, o que introduz mudanças que não são intencionais. Além disso, não existe transmissão total de cultura de uma geração para a outra, seja porque as gerações mais novas nem sempre são capazes de observar e aprender tudo o que lhes é mostrado e ensinado, seja porque os indivíduos têm diferentes curvas de aprendizagem, ou — por último, mas não menos importante — porque parte da nova geração simplesmente *não quer* seguir os passos de seus predecessores.

Embora a tendência à durabilidade possa estar amplamente propagada entre os membros de um grupo, e sustentada na vida cotidiana por gerações de pessoas, ela costuma tornar-se evidente e reconhecida quando se manifesta em nível institucional. Há sempre um grupo de pessoas que assume a tarefa de fazer com que a sociedade pela qual se considera responsável continue sendo uma cultura durável. Essas pessoas, que podem estar envolvidas em uma ampla variedade de indústrias ideacionais, geram as ideias, as medidas,

⁴ No original: “[...] Every action and thought which involves other people is reactive sociability, attempting to make a social world which is secure and stable to live in. It is continuous, pervasive, inescapable that we create as we go along: the words I utter reaffirm my commitment to a particular language which I re-create and modify as I speak. My spouse and children and I negotiate to create a family — one which is different, you may accept, from the family in which I am a child. This is a universal, popular and irrepressible activity: everyone is creating most of the time — a universal human propensity to make arrangements which we hope will be relatively stable and durable” (John Davis, “Social Creativity”, *When History Accelerates: Essays on Rapid Social Change, Complexity and Creativity*, p. 99).

as imagens, os artefatos e os hábitos necessários para reforçar e reafirmar o repertório de opções que querem proteger contra as mudanças. Além disso, ao menos parte delas também está envolvida em uma gama de atividades cujo objetivo é dizer tudo isso às pessoas: são os professores, os pregadores, os tribunos e qualquer um que converse com outras pessoas, que diz a elas o que fazer ou que, no mínimo, tenta persuadi-las. Esses indivíduos preservam a ordem vigente; criam rótulos, padrões e cânones, o “discurso legitimador, um modo de persuasão que assegura o consenso”, nas palavras de Lawrence.⁵ Sem dúvida, do ponto de vista da defesa dos interesses do grupo que representam, a contribuição deles não é somente substancial, mas indispensável tanto para o grupo continuar existindo quanto para manter a coerência dele, e para que ele consiga, eventualmente, sobreviver ao longo do tempo.

As agências de padronização, que preservam a cultura vigente, podem, no entanto, tornar-se um obstáculo na forma de uma sociedade manter-se no tempo. Se observarmos a história de modo superficial, pode parecer que a transição de um papel positivo e indispensável para um papel negativo e prejudicial é rápida e que as pessoas que se veem nessa situação mal conseguem compreender o que estão fazendo de errado. O ponto de virada ou de mudança na maré costuma ser abrupto, mas o processo que leva a tal alteração pode demorar bastante e passar despercebido até mesmo pelos olhos mais treinados. Em situações assim, a maioria dos membros de um grupo, acostumados a empregar estratégias duráveis, provavelmente não saberão o que fazer, ignorando inclusive a necessidade de estar conscientes e compreender que algo mudou e portanto requer novas medidas, ou seja, que as opções estabelecidas pela cultura vigente não funcionam mais. Outro tipo de produto ideacional torna-se necessário — ideias, imagens, qualquer coisa que diga às pessoas o que fazer de diferente.

Os produtores que podem ou não surgir são diferentes daqueles que preservam a durabilidade. São pessoas que precisam agora produzir *novas* opções: novas formas de pensar, novas imagens, novas ideias, novos valores, novos procedimentos e estratégias. Eles costumam ser chamados de “inovadores”, “inventores”, “revolucionários”, “hereges”, entre muitos outros nomes, dependendo do momento e do território em que vivem, e da forma

⁵ Philip K. Lawrence, “Strategy, Hegemony and Ideology: The Role of Intellectuals”, *Political Studies*, p. 59.

como são avaliados por seus contemporâneos. Assim como ocorre no caso dos provedores de consentimento, algumas dessas pessoas podem somente elaborar produtos ideacionais, sem que sejam necessariamente capazes de propagá-los ou de criar os meios pelos quais eles possam ser implementados. Outros, por outro lado, que não criam nenhuma opção nova sozinhos podem ou não se tornar capazes de transformar opções potenciais em realidades. A primeira categoria de pessoas pode ser chamada “elaboradores de ideias”; a segunda, de “empreendedores”. Não é improvável que algumas pessoas pertençam às duas categorias ao mesmo tempo, mas como essa não é uma regra geral, sugiro pensarmos no que elas fazem nos termos dos papéis que desempenham e não em termos de pessoas.

Quando estudamos uma variedade de casos históricos, fica evidente que aquilo que poderíamos diagnosticar como “mudança” não é de forma alguma identificada como tal pelos seus contemporâneos. Além disso, quando analisada a partir de uma perspectiva “objetiva” (um nome geral para muitas metodologias), nenhuma mudança pode ser considerada repentina. Em qualquer teoria de mudança existe sempre a questão de se os designers e empreendedores de novas opções são pessoas que de alguma forma sentiram que havia chegado um ponto de virada crucial, ou se foram eles mesmos que originaram e elaboraram esse ponto de virada, uma empreitada que não se justifica necessariamente pelas circunstâncias “reais”, mas que emana de outras fontes.

Embora, no caso de situações históricas específicas, seja possível argumentar a favor de uma ou outra explicação, ao nível da generalização devemos reconhecer que a produção de novas opções de gerenciamento da vida pode ser uma reação a certos acontecimentos explícitos, conspícuos e evidentes, ou a processos implícitos, ocultos e completamente encobertos.

Em outras palavras, às vezes circunstâncias irregulares podem surgir e se tornar fatores de pressão que precisam de atenção urgente. São momentos em que todos podem estar conscientes dessa irregularidade, o que faz as pessoas aceitarem mais facilmente ideias relevantes para novas opções. Um caso típico são as catástrofes e infortúnios, sejam eles causados pela natureza, tais como secas, inundações, erupções vulcânicas e terremotos, ou causados pelo homem, como as guerras, a fome e o esgotamento de peixes provocado pela pesca predatória. Em outros momentos, não há circunstâncias visíveis para sugerir que providências devem ser tomadas para solucionar uma situação

que nem sequer é vista, sentida ou reconhecida. Quando, então, elaboradores de ideias aparecem para dizer o que deve ser feito, é mais provável que suas sugestões sejam rejeitadas, ainda que argumentem que haverá repercussões negativas no bem-estar e na sobrevivência da sociedade caso suas recomendações não sejam ouvidas. As pessoas podem reagir às novas opções propostas com indiferença ou rejeição, dizendo que são desnecessárias, descabidas, ridículas, utópicas, ou abertamente conflitantes com a ordem estabelecida.

O sucesso de qualquer proposta de novas opções depende, naturalmente, de uma série de fatores. Em termos gerais, se ela tiver a forma de decisões focadas que culminam em uma ação — como usar águas termais para fornecer aquecimento para uma cidade ou fundar uma companhia aérea como a Loftleidir —, e dependendo da extensão e do alcance dessa ação, é difícil implementá-las sem a capacidade de mobilizar, substituir ou contornar as pessoas que têm o poder de colocar em prática tais decisões. Essas opções, contudo, podem estar indisponíveis para os elaboradores de ideias na maioria das circunstâncias, e, a depender do grau de risco, tanto pessoal quanto coletivo, que eles estiverem dispostos a assumir, naturalmente resta a eles apenas as opções disponíveis. No entanto, há mais uma opção que, em termos práticos, é um lento avançar em direção a uma meta, mas que às vezes pode ser extremamente rápido. Essa opção não implica em uma mobilização direta dos detentores de poder, mas sim das grandes massas, e, ao invés de implementar decisões focadas, ela tenta introduzir uma mudança em larga escala nos componentes mais importantes da cultura, isto é, no repertório de opções de gerenciamento da vida disponíveis para a sociedade.

Substituir quaisquer componentes de cultura, assim como introduzir novos componentes, nunca foi uma questão simples. No entanto, visto que a cultura é tanto perpetuada quanto modificada pela massa de membros anônimos da sociedade, ela também pode sofrer interferência do pensamento deliberado e das ações de indivíduos específicos. Quando avaliadas em uma escala transcultural, as sociedades parecem diferir-se entre si na habilidade de, por um lado, gerar indivíduos que pensam e agem para dar início à mudança e à inovação e de, por outro lado, manter o equilíbrio entre o poder dado a esses indivíduos e as opções que estão disponíveis para a massa. Para mim, são esses dois parâmetros que determinam o fracasso e o sucesso das sociedades.

O leque de situações entre o fracasso e o sucesso é amplo. O fracasso absoluto significa simplesmente deixar de existir. Os aborígenes tasmânicos e os beothuks são apenas dois dentre muitos casos. É muito mais difícil, contudo, pensar no significado de “sucesso absoluto”. Em teoria, um número ilimitado de opções disponíveis para o maior número possível de membros de uma sociedade seria uma descrição adequada, a que normalmente atribuímos o nome de “utopia”. No entanto, entre esses dois extremos há toda uma série de possibilidades. Por exemplo, a presença da fome, de doenças, de um alto grau de mortalidade e um número muito restrito de opções para o gerenciamento da vida em uma sociedade em geral a colocaria muito distante do sucesso. Em contrapartida, se essa sociedade tiver acesso a recursos alimentares e a meios de manutenção do grupo por gerações, poderíamos dizer que ela tem algum sucesso, decerto um grau baixíssimo dele, mas ninguém pensa nisso dessa maneira. A esse modo de existência damos o nome de “sobrevivência”.

“Sobrevivência” certamente não implica em sucesso ou prosperidade, contudo, ela requer proficiências e habilidades básicas e certa capacidade de elaborar soluções. Para sobreviver é preciso aprender a viver com um inventário restrito de opções. No livro *Living on the Edge* [Vivendo no limite], Lawrence Felt e Peter Sinclair descrevem essa capacidade como “uma adaptação relativamente bem-sucedida [...] baseada na flexibilidade, na substituição e na cooperação”.⁶ Ao analisar os meios de sobrevivência das comunidades de Terra Nova, Felt e Sinclair escrevem sobre uma “manobra inteligente” realizada pelos membros do grupo. Essa manobra envolve aprender uma grande variedade de habilidades que podem ser negociadas com outros membros da comunidade, e revezar de emprego com seus familiares de modo que os empregados recebam salário e os desempregados, auxílio-desemprego; e outras coisas do gênero. Entretanto, mesmo se pudéssemos localizar elaboradores de ideias de destaque dentre aqueles que são capazes de pensar em estratégias inteligentes, veríamos que eles não conseguem idealizar, tampouco implementar, outras opções além das que já são conhecidas e utilizadas.

O sobrevivencialismo descrito por Felt e Sinclair como típicos da vida em Terra Nova não é acidental. Conheço poucas sociedades, na história do

⁶ Lawrence Felt e Peter Sinclair, “Conclusions”, *Living on the Edge: The Great Northern Peninsula of Newfoundland*, p. 210.

nacionalismo moderno, que tenham renunciado à sua independência como estratégia de solução do que, naquele momento, parecia uma situação insolúvel. No referendo de Terra Nova, realizado em 22 de julho de 1948, uma pequena maioria de 6 989 pessoas votou a favor de unir-se à Confederação Canadense (78 323 votaram pela Confederação, enquanto o governo responsável angariou 71 334 votos). No acordo assinado com o Canadá, o governo da Confederação, que naquele momento estava ansioso para ter Terra Nova sob seu controle, comprometeu-se em fornecer alguns suprimentos e serviços à província (entre outras coisas, como garantir um certo número de balsas da Nova Escócia para Channel-Port aux Basques). Imagino que isso soe bastante familiar para o público de Reiquiavique, certamente trazendo à lembrança o que aconteceu na Islândia em 1262.⁷ De fato, o que aconteceu em Terra Nova após a unificação não parece ser muito diferente do que ocorreu na Islândia após 1262, embora o intervalo de tempo não seja o mesmo.

Resumindo: à semelhança do que aconteceu na Islândia medieval, a imediata e breve melhoria nas condições de vida em Terra Nova gradualmente se transformou em um longo período de deterioração. De modo similar ao do caso islandês, o governo da Confederação foi perdendo interesse na província — embora, claro, por outros motivos — e de fato não cumpriu muitos de seus compromissos. O enorme fluxo de dinheiro e a maior variedade produtos alimentícios, como o afamado leite em pó, sem dúvida melhoraram as condições de vida por alguns anos, como provavelmente salvaram a vida de muitas pessoas. Houve um curto período de grande entusiasmo e um sentimento de que Terra Nova finalmente iria juntar-se ao restante do mundo moderno. “[...] indústrias, prédios comerciais, serviço social, comércio e bens de consumo, universidade, escolas técnicas e construção de estradas” — tudo foi transplantado para Terra Nova —, assim como “uma loja Chubby Chicken, uma chaminé industrial, uma sinfonia clássica, equipamentos de

⁷ Em 1262, os islandeses aceitaram a soberania do rei norueguês e deixaram de ser uma entidade independente. “Em contrapartida, o rei concordou em preservar a tranquilidade doméstica da ilha e em não introduzir novas leis sem o consentimento dos islandeses. Além disso, ele concordou que seis navios iriam navegar para a Islândia durante cada um dos dois anos seguintes, e que depois disso viriam tantos navios quanto o rei e os islandeses notáveis decidissem.” (Bruce Gelsinger, *Icelandic Enterprise: Commerce and Economy in the Middle Ages*, p. 178).

terraplenagem, supermercados, calçadas, encanamento de água e de esgoto.”⁸ Além disso, muitas indústrias cuja “construção era mais rápida surgiram com o explosivo crescimento industrial que se direcionava à produção de bens de consumo — barras de chocolate, elementos óticos, cola, itens de couro, mapas, baterias de carro”.⁹

Entretanto, “poucas dessas coisas duraram mais do que dois anos”.¹⁰ Aconteceu que aquilo que não estava disponível antes da unificação, a saber, os recursos culturais indispensáveis para a prosperidade, não foi criado após a unificação, apesar do transplante maciço de produtos e estruturas de produção. Na verdade, aconteceu praticamente o contrário: muitas das pessoas que poderiam ter se tornado importantes agentes da indústria de ideias deixaram a província e foram viver no Canadá continental, atraídas por melhores perspectivas de vida.

No meio dessa existência precária, um sério revés teve lugar. Em 1992, o governo canadense impôs uma moratória para frear o esgotamento da população de bacalhau no Atlântico Norte, implicando em “uma perda imediata de 30 000 empregos na indústria da pesca e um subsequente efeito ‘cascata’ na economia, causando a perda de outros 10 000 empregos”.¹¹ Isso reduziu drasticamente a possibilidade dessa comunidade perpetuar seus métodos de gerenciamento da vida consagrados pelo tempo. As pessoas simplesmente não conseguiam continuar a exercer suas habilidades profissionais herdadas historicamente, e, em consequência, não conseguiam manter seus hábitos de vida. Os homens não podiam mais trabalhar como pescadores e as fábricas pesqueiras onde as mulheres trabalhavam tinham sido

⁸ No original: “[...] industries, office buildings, welfare services, commerce and consumer goods, the university, technical schools, and road construction [...] a Chubby Chicken outlet, a billowing smokestack, a classical symphony, earth-moving equipment, supermarkets, pavement, and water and sewer pipes” (Stephen Crocker, “Hauled Kicking and Screaming into Modernity: Non-Synchronicity and Globalization in Post-War Newfoundland”, *Topia*, p. 86).

⁹ No original: “[...] most swiftly constructed, were born in a rapid explosion of industrial growth aimed at the production of consumer commodities — chocolate bars, optics, glue, leather goods, maps, car batteries” (Ibid., p. 87).

¹⁰ No original: “[...] few of these lasted more than a couple of years” (Ibid.).

¹¹ No original: “[...] with an immediate loss of 30,000 jobs within the fisheries and the subsequent ‘ripple’ effect on the economy causing the loss of an additional 10,000 jobs” (William Borgen et al., “The Experience of Unemployment for Fishery Workers in Newfoundland: What Helps and Hinders”, *Journal of Employment Counseling*, p. 117).

abandonadas. De repente, o povo de Terra Nova se viu diante de um ponto de virada, que jamais encontrará uma solução eficaz na forma de introduzir alternativas. O governo nomeou vários comitês para tentar propagar a ideia de uma remodelação sociocultural,¹² objetivando criar uma nova infraestrutura cultural que pudesse ser a base para o surgimento de soluções; à população em geral, no entanto, não foi oferecida qualquer escolha real.

Conforme argumentei, a maioria das pessoas que estão nessa situação tende a falhar em criar novas opções, a não ser que haja uma infraestrutura para o trabalho ideacional. As únicas saídas para essa situação de Terra Nova eram, de um lado, aderir ao *sobrevivencialismo* descrito em *Living on the Edge*, e, de outro, integrar a grande onda de emigração. Nas palavras de Crocker: “Homens e mulheres trocam seus ancoradouros de pesca da Terra Nova rural pelas escolas de língua do sudeste asiático e pelas indústrias de carne de ave em Alberta. As vilas que deixaram para trás viraram museus. Casas, porões de armazenamento e mobília perderam seu valor funcional”.¹³ Em dados quantitativos, entre 1992 e 2002, a população de Terra Nova decresceu em cerca de 60 700 pessoas (*The Economy*, 2004). A redução da população de muitas localidades, resultante da emigração, enfraqueceu as perspectivas de ruptura deste ciclo.

As semelhanças entre a Islândia medieval — e, até certo ponto, a do século XIX — e a Terra Nova moderna se perdem na nova era. A partir daí, as duas são como retratos em negativo uma da outra. Nos dois pontos de virada similares em suas respectivas histórias, elas tomaram decisões diametralmente opostas. Quando em crise, o povo de Terra Nova decidiu renunciar à sua independência, enquanto o povo da Islândia decidiu proclamá-la de volta. Ambas comunidades viviam em ilhas mais ou menos do mesmo tamanho, grandes porções de seus territórios eram inabitáveis e suas populações, pequenas — em Terra Nova habitavam 335 000 pessoas,¹⁴ e na Islândia,

¹² Cf. John D. House, *Against the Tide: Battling for Economic Renewal in Newfoundland and Labrador*.

¹³ No original: “Men and women abandon the fishing berths of rural Newfoundland for the language schools of South-East Asia and the chicken factories of Alberta. The villages they leave behind are turned into museums. Houses, root cellars, and furniture have lost their functional value” (Stephen Crocker, “Hauled Kicking and Screaming into Modernity: Non-Synchronicity and Globalization in Post-War Newfoundland”, op. cit., 2000, p. 84).

¹⁴ *Historical Statistics of Newfoundland and Labrador*, St. John's, Governo de Terra Nova e Labrador, vol. 1, 1970. Não há dados específicos nessa publicação para 1948, mas os dados da

126 879.¹⁵ Ambas viviam sob condições naturais difíceis (embora Terra Nova tivesse um clima pior), ambas extraíam seu principal sustento do oceano e eram formadas por etnias bem definidas (embora a Islândia tivesse uma população mais homogênea), ambas ofereciam uma gama restrita de opções de carreira, e ambas eram bastante pobres, pelo menos em comparação com o restante do Ocidente.

Cerca de sessenta anos depois dessas decisões diametralmente opostas terem sido tomadas, o estado das duas comunidades também é diametralmente oposto. Em termos de qualidade de vida e sustento, Terra Nova, apesar de suas riquezas naturais e dos muitos projetos promissores (como a Voisey's Bay de Labrador, a plataforma de petróleo etc.), continua em situação precária — mesmo que o tamanho de seu território, as dificuldades naturais e a população relativamente pequena tenham permanecido os mesmos.¹⁶ Isso se reflete na taxa de cerca de 15% de desemprego e na constante tendência de diminuição da população (embora em 2004 uma pequena reversão tenha sido notada com um crescimento de 300 pessoas). Esses dados mostram, sobretudo, que o conjunto de opções para o gerenciamento da vida na província continua limitado. O gerenciamento da vida com o auxílio de estratégias de sobrevivência não é apenas uma questão de subsistência, mas de repertório de escolhas em geral.

A população e a mídia mostram um forte descontentamento com a união das províncias de Terra Nova e Labrador. Embora hoje o número de pessoas que defendem a secessão e a criação de um Estado independente para Terra Nova seja bastante pequeno, a ideia de que a independência teria sido uma solução melhor para o país ainda sobrevive em pelo menos metade da população, como foi o caso em junho de 1948. Não é minha intenção defender

população para 1949 são de 345 000 e o de crescimento natural para aquele ano é de 9 413, então o cálculo aproximado para o ano de 1948 seria de 335 000 pessoas.

¹⁵ Hagstofa Íslands, *Lykiltölur mannfjöldans 1703-2020*. Disponível em: <https://bitly.com/LHyQd>. No referendo islandês, realizado em 24 de maio de 1944, 71 122 votaram a favor da independência e 377, contra. Em 1944, 69 435 votaram pela Constituição, que foi aprovada em 17 de junho, e 1 051 votaram contra (Gils Guðmundsson, *Öldin Okkar: Minnisverð Tiðindi 1931-1950*, p. 200-201).

¹⁶ No entanto, uma perspectiva oficial mais otimista é manifestada por algumas agências canadenses. De acordo com The Conference Board of Canada, "A província de Terra Nova e Labrador espera registrar o maior aumento no Produto Interno Bruto (PIB) real das províncias em 2002. Graças a projetos de extração marítima de petróleo, tais como Terra Nova, White Rose e Hibernia, o PIB de Terra Nova crescerá 5,8%" (New Release, 28 de maio de 2002).

o secessionismo, nem afirmar que, se Terra Nova tivesse tomado outra decisão em 1948, seu destino seria muito diferente, isto é, que provavelmente seria próspera e bem-sucedida. Meu argumento é que a diferença entre Terra Nova e a Islândia, embora se manifeste também nas decisões contrárias que tomaram, não reside na oposição entre “independência” e “não independência”. De fato, ela reside nas *capacidades* que propeliram essas comunidades a fazerem escolhas diferentes. É o repertório diverso de habilidades e opções — e, em termos mais concretos, o volume diverso de trabalho ideacional que elas realizaram — a causa da sua diferença.

Nas conceituações populares e acadêmicas, é recorrente, e provavelmente inevitável, que acontecimentos e processos sejam fragmentados em muitas categorias diferentes. Essas categorias, de modo geral, abrangem apenas o que pode ser explicitamente observado e tem sido publicamente institucionalizado. Frequentemente, isso impede uma avaliação mais adequada do que está acontecendo, ou do que aconteceu, na vida das sociedades e das pessoas. Não estou contestando o irrefutável, tal como o fato de que os islandeses realmente lutaram pela sua independência, ou de que a língua islandesa continua viva graças ao esforço organizado e deliberado de pessoas dedicadas. Tampouco estou contestando a necessidade de estudar esses acontecimentos e processos de maneira exaustiva na tentativa de explicar as circunstâncias e os fatores que contribuíram para resultados específicos. Estruturas políticas, literatura, arquitetura, artes, planejamento urbano, plantio de árvores, educação, serviços de saúde, construção civil, irrigação e agricultura, mercado de pesca, indústrias, música e esportes — tudo isso pode e tem sido abordado como categorias separadas. Novamente, não quero dizer que essas categorias não são importantes ou úteis, nem insinuar que elas não têm padrões e regularidades específicos, ou que não funcionam de forma autônoma em relação a várias outras áreas. Sem dúvida, se nosso objetivo é compreender algo sobre, digamos, o plantio de árvores na Islândia, devemos nos debruçar sobre documentos históricos e descobrir como isso foi possível depois de tantos anos de desflorestamento, assim como estudar questões botânicas e climáticas relevantes para o caso.

Embora eu não rejeite que estudar essas categorias possa ser útil ou revelador, meu argumento é de que, ao estarem comprometidos com todas essas ações ao longo dos séculos XIX e XX, os islandeses não só criaram uma matriz de fatos diversos — como um Estado independente, indústrias,

novas estruturas sociais, energia elétrica e redes de transporte —, como também desenvolveram algo mais poderoso, algo que é a infraestrutura da sociedade islandesa moderna: as indústrias ideacionais, que geram um volume crescente de energia. Essa energia levou a uma proliferação crescente de opções para o gerenciamento da vida e, conseqüentemente, ao sucesso coletivo, visível em várias áreas conspicuamente estabelecidas, tais como “a economia”, compreendida em seu sentido estrito. Por isso considero que as circunstâncias históricas de Terra Nova não possibilitaram o desenvolvimento de tal infraestrutura.

Defendo, em conclusão, um melhor entendimento dos processos subjacentes a ações explícitas e a manifestações visíveis de fenômenos institucionalizados. Penso que o que distingue um grupo do outro é o volume de energia gerado pelo trabalho ideacional, que engloba uma ampla variedade de indústrias e de agentes, tais como elaboradores de ideias, elaboradores de imagens e todo tipo de empreendedores e agentes de transmissão. Quando o volume de trabalho ideacional cresce, significando que cada vez mais pessoas estão ativas nessas indústrias, o volume de energia que eleva o nível de sucesso da sociedade cresce proporcionalmente. Se o objetivo é localizar as raízes da falta de sucesso de uma sociedade, devemos avaliar seu status, qual é o tamanho da presença ou da ausência de trabalho ideacional nela. Se não forem encontrados sinais claros desse tipo de trabalho, é provável que este seja o motivo do seu insucesso. Se, para fazer as coisas engrenarem ou para remediar uma situação difícil, certos órgãos superiores como os governos decidem verter recursos financeiros e afins em determinada comunidade, mas não cuidam de sua infraestrutura ideacional, será gerada energia em forma de empregos e possíveis receitas financeiras e sociais apenas por um curto período. Como podemos deduzir do caso de Terra Nova, e de muitas comunidades de menor sucesso ao redor do mundo, sociedades assim mais cedo ou mais tarde vão enfrentar o fracasso e o declínio.

Esse princípio foi formulado de maneira contundente por Manuel Azaña (1880-1940), o último e desafortunado presidente (1936-1939) da Segunda República Espanhola antes da guerra civil. No dia 11 de fevereiro de 1911, quando ainda era um jovem pensador, Azaña discutiu as origens da falta de sucesso da Espanha em uma palestra na Casa del Pueblo, em Alcalá de Henares:

Seria um erro acreditar que, ao introduzirmos a luz elétrica, as viagens de trem e o telefone, estamos na mesma corrente de ideias que produziu essas invenções; da mesma forma seria equivocado afirmar que, por termos sufrágio universal, um Parlamento e um Júri, vivemos em uma democracia. Não: na história das ciências aplicadas, os nomes espanhóis estão ausentes; nenhuma dessas modificações e manipulações das forças naturais foram inventadas em nosso território; e não por uma incapacidade natural do povo espanhol, o que seria absurdo supor, mas por outra razão mais simples e mais vergonhosa: o telégrafo elétrico, os motores a vapor, as vacinas, os equipamentos elétricos e os teares mecânicos não são coisas feitas ou descobertas acidentalmente, nem por inspiração divina, mas são resultado de uma forma especial de compreender e amar a vida, de uma corrente de ideias mais profunda, cuja manifestação e cristalização definitiva e prática, visível para as massas, são chamadas maravilhas da ciência.¹⁷

¹⁷ No original: “Sería un error creer que por alumbrarnos con luz eléctrica y viajar en ferrocarril y hablarnos por teléfono, estamos ya en la misma corriente de ideas que ha producido esos inventos; como sería equivocado afirmar que por tener una ley de sufragio universal y un Parlamento y un Jurado, vivimos en democracia. No; en la historia de las ciencias aplicadas faltan los nombres españoles; ninguna de esas modificaciones y manipulaciones de las fuerzas naturales se ha inventado en nuestra casa; y esto, no por incapacidad natural, que sería absurdo suponerla, sino por otra razón más sencilla y más vergonzosa: por la razón de que el telégrafo eléctrico y los motores a vapor y la vacuna y las aplicaciones de la electricidad y los telares mecánicos, no son cosas que se hagan o descubran casualmente, ni por inspiración de Dios, sino que son el resultado de una manera especial de entender y amar la vida, de una corriente de ideas más profunda, cuya manifestación y cristalización definitiva y práctica, visible para el vulgo, son todas esas llamadas maravillas de la ciencia” (Manuel Azaña, *El problema español y apelación a la república*, p. 55-56).

A COMPLEXIDADE DA CULTURA E A SUSTENTABILIDADE DOS GRUPOS¹

Atualmente, é consenso entre os pesquisadores da área de que a cultura é heterogênea e diversa, e de que a maioria das sociedades mantém uma situação de crescente complexidade. Se a cultura é o contrato que torna possíveis as relações sociais, então há sempre, em qualquer época e para qualquer grupo, mais de um contrato que regula a vida dos grupos. Mesmo aqueles que conseguiram isolar-se em algum grau estão cada vez mais enredados em um ambiente multigrupal, o que amplia o número de contratos necessários para a manutenção da vida. Acreditava-se, e eu tenho sérias reservas sobre a validade dessa generalização, que uma pessoa, em um passado não muito remoto, poderia viver normalmente com uma cultura já estabelecida de forma definitiva, mas hoje um número cada vez maior de seres humanos enfrenta circunstâncias imprevistas ao longo da vida.

Esta consciência crescente da necessidade de enfrentar uma diversidade de circunstâncias me levou a investigar a possível dependência entre a complexidade da cultura e a sustentabilidade dos grupos. Nesse sentido, meu objetivo é analisar a complexidade não apenas como uma situação, um

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na conferência internacional Cultural Variety in Europe: Policy and Practice [Variedade cultural na Europa: Política e prática], em Amsterdã, no dia 23 de novembro de 2007. Versões publicadas anteriormente em: Itamar Even-Zohar, *Ipotesi*, 2018b; e em Tariq Khan et al. [org.], *Indradhanush of Ideas in Language, Literature and Translation*, 2020b.

senso comum ou algo do tipo, mas como um fator, isto é, como uma condição necessária, se não suficiente, para um grupo manter-se ao longo do tempo. Desse modo, “complexidade” não significaria, nesse contexto, o mesmo que heterogeneidade, multiplicidade ou variedade propriamente dita; ela seria, antes de tudo, uma variável muito específica que surge para fornecer múltiplas soluções durante o enfrentamento de circunstâncias instáveis e imprevistas.

Para analisar a situação em que tais soluções podem surgir na vida dos grupos, devo apresentar um conceito que vai ajudar a pensar essa situação em termos concretos. As discussões sobre cultura nas ciências sociais, embora tentem dar concretude a ela apoiando-se em longas listas de componentes (como “crenças”, “valores” e afins), nunca deixam claro onde esses componentes podem ser encontrados, como se organizam e quais são as limitações de sua disponibilidade. As tradições sociossemióticas (por exemplo, a semiosfera de Lotman),² assim como a tendência mais recente da evolução cultural darwiniana,³ concebem a cultura como um repertório de opções que tornam a vida possível, biológica e socialmente, por meio de estratégias de ação e de compreensão do mundo.

O conceito de cultura não funcionaria não fosse a sua adoção pelos grupos; mesmo assim, todos os estudos dessa área procuram discutir as duas coisas separadamente. A separação entre os seres humanos, de um lado, e os repertórios da cultura, de outro, indica que grupos humanos e repertórios são concebidos como se sustentassem relações funcionais multidimensionais uns com os outros, em vez de relações inerentes; e que essas relações seriam geradas por circunstâncias históricas acidentais, e não pela continuidade genética ou mental. Essa generalização, aparentemente trivial, não é óbvia e nem reconhecida em todas as áreas acadêmicas. Além disso, a ideia de que os repertórios são uma característica inata aos grupos humanos é algo que tem sido inculcado na mente moderna ao longo de duzentos anos, em um constante trabalho intelectual a serviço das modernas organizações econômicas e políticas, como os Estados, cujo principal projeto para ganhar

² Yuri Lotman, “О семиосфере”, *Труды по знаковым системам*; id., *Universe of the Mind: Semiotic Theory of Culture*. Ver também: Vladimir Alexandrov, “Biology, Semiosis, and Cultural Difference in Lotman’s Semiosphere”, *Comparative Literature*.

³ Alex Mesoudi, *Cultural Evolution: How Darwinian Theory Can Explain Human Culture and Synthesize the Social Sciences*; Alex Mesoudi et al., “Towards a Unified Science of Cultural Evolution”, *Behavioral and Brain Sciences*.

espaço é o esforço abrangente de homogeneizar a população sob seu domínio. Exportado com muito sucesso para o restante do mundo, hoje sua prevalência no mercado de ideias e imagens aceitas é inquestionável, tanto no nível oficial como no nível popular da maioria dos grupos organizados conhecidos como “nações”. Desse modo, ele ajuda entidades como os Estados a conservarem sua distinção e separação e também grupos em formação a reivindicarem tais direitos. Triunfou inclusive onde não havia precedentes históricos locais, como no caso da criação de novos estados com base no idioma, um princípio totalmente importado do repertório europeu moderno. Um exemplo notável é a criação, em 1953, do estado de Andhra Pradesh na Índia, onde o idioma foi mobilizado por ativistas locais (com o famoso caso de Potti Sreeramulu e a greve de fome que o levou à morte em 1952). Em 2014, o mais recente estado de Telangana também foi criado com base no princípio de especificidade linguística.⁴

Essa controvérsia, que no nível acadêmico pode parecer altamente abstrata e desligada da realidade, mas que na realidade política tem gerado conflitos e guerras, tem a ver com o controle de repertórios. E é evidente que aqueles que controlam os repertórios também controlam o grupo atendido por esses repertórios. Passa a ser, então, uma questão crítica pensar em quem é autorizado, e por quem, a legitimar mudanças no conteúdo dos repertórios ou a sugeri-las. A homogeneidade bloqueia a mudança ao torná-la impensável, impossível ou simplesmente indisponível. De outro lado, a heterogeneidade é uma precondição para possibilitar o surgimento de componentes alternativos, ou mesmo de repertórios inteiros. Portanto, admitir a hipótese de uma relação entre a heterogeneidade da cultura e a subsistência dos grupos é fundamental em qualquer teoria de sistemas complexos. O cerne do argumento é que a coexistência de múltiplos repertórios, que competem entre si permanentemente, é o que faz um sistema mudar; e uma vez que a mudança é necessária, pois os sistemas colidem e entram em conflito com outros, a heterogeneidade permite que esses sistemas subsistam a longo prazo.

Essas suposições permitem que abordemos não apenas a mudança no repertório em si, mas também a criação de repertório. A criação de repertório é em geral analisada como um processo anônimo; entretanto, se

⁴ V. Ramakrishna Reddy, *Contemporary History of Andhra Pradesh and Telangana AD 1956-1990*.

não analisarmos o papel desempenhado por indivíduos específicos, muitas vezes é impossível compreender por que circunstâncias aparentemente semelhantes em lugares díspares, como a alta heterogeneidade da cultura, não produzem o mesmo nível de complexidade, a saber, a mesma habilidade de gerar alternativas. Com isso em mente, tenho investigado os parâmetros de iniciativas tomadas a partir de repertórios culturais, relacionando-as a processos de mudança na história de entidades coletivas. Esse estudo tem reunido evidências que sugerem que o enorme trabalho investido na criação de repertórios e o esforço de distribuição e inculcação de novos repertórios podem ter produzido os mais diversos resultados e um alto nível de intensa atividade que pode ser denominada de “energia”, ou — considerando algumas sugestões da teoria da complexidade — podemos chamá-la de “complexidade”. Assim, a meu ver, é essa “energia”, ou “complexidade”, que tem possibilitado aos grupos estudados saírem-se razoavelmente bem na competição com o restante do mundo.

Em todos os casos que tenho estudado — como o pré-Estado de Israel, a Itália, a Espanha, a Galiza, a Islândia, o Quebec e a Catalunha —, esse compromisso com a criação de repertórios começou como uma tentativa, realizada por seus criadores, de romper com certas circunstâncias e de criar novas condições de vida para o grupo de pessoas que era considerado o alvo legítimo desses repertórios.

Que tipos de novos repertórios estavam sendo criados e que novas “opções” eles geraram? As pessoas que se comprometeram a criar novos repertórios, tanto os “elaboradores de ideias” como os “empreendedores culturais”, sempre objetivaram certa melhoria da situação do grupo ao qual eram destinadas essas criações. Se a “real situação” de fato justificava ou não esses empreendimentos, isso só pode ser avaliado em termos relativos, levando em conta o modo que esses indivíduos percebiam o contexto.

Devo ressaltar que essas novas práticas não foram destinadas explicitamente à formulação de estratégias para acumular capital material. A pobreza material pode realmente ter sido uma forte motivação e um ponto de partida para esses empreendimentos, e com certeza conseguiu resultados positivos no público-alvo (fazendo, por exemplo, os camponeses sicilianos votarem pela unificação italiana, uma decisão que provavelmente não promovia o interesse deles), mas o discurso político e as novas alternativas ofertadas muitas vezes se concentravam em diferentes modos de gerir a vida.

Em situações interpretadas ou apresentadas como extremas, o discurso insistia sobretudo no argumento de salvar o grupo de perseguições e humilhações, ou mesmo da aniquilação. Em situações de intensa competição, a proposta era colocar o grupo em pé de igualdade com outros grupos (normalmente descritos como superiores). Restaurar um passado grandioso, real ou imaginário, tem sido um ingrediente comum desde o Romantismo. As opções desenvolvidas de acordo com essas visões podem vir de áreas que não têm nenhuma relação com parâmetros de prosperidade econômica ou social. Elas podem mesmo parecer um monte de bobagem, como abrir as janelas para deixar entrar sol e ar fresco, ou utilizar linguagem imprópria ou não verbal, caminhar na natureza, plantar árvores de forma solene, acordar cedo para ir trabalhar, entre outros.

Teoricamente, refiro-me aqui a dois tipos de projetos. Um deles é a elaboração de repertórios para qualquer propósito. O outro é a criação de novas entidades políticas nas quais esses repertórios foram planejados para prevalecer. Contudo, do ponto de vista dos resultados, os dois projetos são um único pacote, nos níveis tanto do discurso como da ação. Ou seja, a elaboração de uma entidade com características sociopolíticas tem sido com frequência apresentada como condição e como resultado de novos repertórios. Por exemplo, a criação do Estado italiano moderno era inseparável das tentativas de vernacularizar a língua literária italiana, assim como das infinitas novas opções elaboradas pela meia dúzia de italianos elaboradores de repertórios envolvidos nesse acontecimento. E embora tenha sido propagado que o objetivo desse projeto conjunto era que as condições de vida do grupo-alvo melhorassem, também foi dito que as pessoas deveriam estar preparadas para aceitar assimetrias entre a condição individual e a coletiva. Assim, mesmo que os novos repertórios fizessem o grupo morrer de fome ou ser enviado para morrer na guerra, seus membros aceitariam a premissa de que a coletividade poderia sobreviver, e até mesmo prosperar, graças a eles.

Esses comportamentos podem não se aplicar aos casos em que o nascimento de nações e Estados ocorreram sem que fosse preciso elaborar novos repertórios. Nesses casos, se as pessoas não vivenciam em nenhum nível alguma mudança positiva em sua vida, é mais provável que rejeitem os resultados. Elas poderiam considerar o empreendimento completamente inútil e não há dúvidas de que acatariam ao famoso “comentário melancólico

de Lord Acton”⁵ em que o nacionalismo “não objetiva nem a liberdade nem a prosperidade, as quais ele sacrifica em nome do imperativo de fazer da nação o molde e a medida do Estado. Seu curso será marcado pela ruína material e moral, a fim de que uma nova invenção possa prevalecer sobre a obra de Deus e o interesse da humanidade”⁶.

Nesse ponto, é possível notar que esse tipo de solução para uma situação em que o grupo se vê como inferior pode surgir não do “livre-arbítrio” irrestrito “do povo”, mas da reflexão de indivíduos que conseguiram gerar ou vislumbrar uma oportunidade. O pensamento desses indivíduos e a ação correspondente são influenciados pela inevitável competição intercultural. Se analisarmos a questão do ponto de vista de quanto vale um negócio (isto é, considerando a taxa de rentabilidade dos investimentos), de fato podemos questionar o benefício de algumas entidades que resultaram dessas soluções. Do ponto de vista da competição intergrupar, porém, acatar ou rejeitar determinado elemento de um repertório foi, e normalmente é, uma questão de escolher entre a inferioridade perpétua e a admissão em um novo clube que oferece novos privilégios.

Meu argumento é, portanto, que o princípio que opera na aceitação de uma alternativa sob condições de heterogeneidade não está ligado apenas à lógica de “Por que não temos o que nosso vizinho tem?”, mas também à de “não temos outra alternativa a não ser seguir o exemplo do vizinho”. Nesse sentido, penso que seria produtivo fazermos a seguinte pergunta: em quais relações com os repertórios contemporâneos essa ação acontece? Se novos repertórios forem incorporados, mesmo quando adotá-los se mostra uma questão de conveniência política em vez de um desejo genuíno de melhorar as condições “do povo” (como tantas vezes se afirma, por exemplo, em relação à política de Piemonte e do conde de Cavour), um impasse no repertório doméstico pode ser resolvido. Logo, mesmo em casos em que o estoque de inovações é limitado, as portas podem abrir-se para novas opções. Uma vez que seja amplamente aceito que antigos modos de vida podem ser, ao menos

⁵ Larry Pratt, “Energy, Regionalism and Canadian Nationalism”, *Newfoundland Studies*.

⁶ No original: “[...] does not aim either at liberty or prosperity, both of which it sacrifices to the imperative necessity of making the nation the mould and measure of the State. Its course will be marked with material as well as moral ruin, in order that a new invention may prevail over the works of God and the interests of mankind” (Lord Acton apud Larry Pratt, “Energy, Regionalism and Canadian Nationalism”, op. cit., 1985, p. 196).

em parte, substituídos por outros, não há ninguém que possa impedir a escalada da complexidade, ou da energia que daí resulta.

O momento em que as novas opções se tornam admissíveis em uma sociedade, seja ela qual for, é um acontecimento que não deve ser subestimado. De fato, novas opções são produzidas todos os dias, acidental ou deliberadamente, por um sem-número de indivíduos. Imaginemos que você descubra que é possível cozinhar com uma erva que encontrou por acaso: você terá desenvolvido uma nova opção, mas nada garante que as outras pessoas vão aprová-la; em outros lugares ou outros momentos históricos você até poderia ser julgado por feitiçaria e acabar em maus lençóis.

Isso ocorre, em suma, porque os repertórios tendem a estabelecer-se na sociedade e a eventualmente tornarem-se sua cultura consensual, ou seja, um modo comum de administrar as situações da vida. Não é garantido, portanto, que as pessoas serão incentivadas pelos outros membros do grupo a criar opções adicionais — tampouco alternativas — às que estão vigentes. Muitas vezes, a adesão a repertórios aprovados pode ser mais forte do que a necessidade de confrontar novas circunstâncias. Os grupos, assim como os indivíduos, geralmente estão dispostos a lutar — a ponto de arriscarem suas vidas — pela manutenção de um repertório que pode ter se tornado idêntico a seu senso de orientação no mundo. Jared Diamond, que dedicou um livro inteiro à discussão de casos semelhantes, tanto do passado como do presente, afirma que as sociedades preferem sucumbir a mudar seus repertórios.⁷

Haja vista que os elaboradores de ideias e os empreendedores culturais normalmente defendem que a única maneira de o grupo deixar seu infortúnio para trás é introduzir mudanças em sua cultura, quando não substituí-la completamente, os críticos de tais iniciativas costumam defender o contrário. Obviamente, as duas partes divergem sobre o conceito de sobrevivência. Em geral, os que são favoráveis a manter o repertório vigente consideram a heterogeneidade algo negativo e dizem que a mudança é disruptiva. Desse ponto de vista, o desaparecimento do repertório vigente — aquele que possibilita a vida do grupo — ou de qualquer parte dele significaria a extinção do grupo em si. É claro que, quando os novos repertórios são impostos, ou

⁷ Jared Diamond, *Colapso*: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso.

vistos como algo imposto, a coletividade tende a oferecer mais resistência a eles, de modo ativo ou passivo, dependendo das circunstâncias de poder do caso em questão.

Assim, se o objetivo é fazer as inovações de repertório serem aceitas por ao menos uma parte razoável do grupo-alvo, é preciso ter em mente que, antes de qualquer tentativa de implementá-las, elas só podem ser sugeridas sob determinadas condições. Nesse sentido, a estratégia de propor a criação de um novo grupo pode ser entendida como uma forma de tornar atraentes esses novos repertórios, desde que ele não fosse apresentado como substituto do grupo vigente.

Quando a dinâmica da elaboração de novos repertórios é desencadeada, a própria natureza da situação e os diferentes *backgrounds* das pessoas envolvidas muitas vezes criam conjuntos alternativos de novas opções. Esses conjuntos podem nunca ser totalmente compatíveis a longo prazo, mesmo nos casos em que algum nível de integração e compromisso tenha sido alcançado entre os competidores. Na maioria dos casos em que novas opções são deliberadamente criadas, mais de uma agenda costuma ser proposta para quase todas as áreas da vida. Nos casos em que novas entidades são criadas, as propostas alternativas não podem ser caracterizadas em termos gerais, mas podemos observar que “esquerda” e “direita”, “religioso” e “secular”, “republicano” e “realista”, e assim por diante, normalmente são elementos incompatíveis. Cada um deles pode propor um conjunto diferente de novas opções, sem que necessariamente se chegue a um acordo final.

A título de ilustração, em muitos desses casos, a nova entidade, que agora tem poder político para impor repertórios, geralmente escolhe entre as alternativas que foram propostas. No caso da Itália, por exemplo, foi organizado um comitê para resolver qual dialeto seria adotado como língua oficial, e seu presidente, Alessandro Manzoni, após muitas idas e vindas, finalmente decidiu em favor de uma variante específica, que foi subsequentemente introduzida nas recém-criadas escolas italianas e hoje é mais ou menos a língua comum dos italianos.⁸ O conflito norueguês de quanto a que língua adotar, por sua vez, não pôde ser resolvido com decisões governamentais semelhantes, então ficou estabelecido que ambas

⁸ Tullio de Mauro, *Storia linguistica dell' Italia unita*.

as alternativas seriam adotadas (no caso, as duas línguas norueguesas).⁹ Em Israel, a maioria secular e a minoria religiosa concordaram, em 1948, com uma noção descrita como “status quo” em assuntos de igreja e Estado, embora cada uma das partes tenha desde então tentado minar esse acordo, para não dizer quebrá-lo completamente. Tais imposições e acordos não necessariamente permaneceram nos vários casos. O ressentimento e a rejeição a novos repertórios podem ser explicados em parte pela falta de conciliação entre agendas competitivas e, de modo igualmente plausível, pela insatisfação que algum grupo demonstra em relação ao resultado de certas ações, as quais ele considera desvantajosas. Quando essa insatisfação se torna resistência passiva, ela passa a funcionar como fator de impasse. Por outro lado, se ela se transforma em um estado de oposição ativa, ela pode criar a dinâmica necessária para uma luta contínua em prol dos repertórios que o grupo quer para si, o que contribui para um estado constante de complexidade.

Como a falta de consenso entre os grupos acerca dos repertórios culturais persiste, é certo que eles continuarão lutando. Isso pode garantir o dinamismo contínuo necessário para que novas opções sejam criadas e, sobretudo, legitimadas. Nesse sentido, a “energia” que for liberada, ou criada, durante a concepção de novos repertórios pode perdurar ao menos por um tempo, caso não seja detida por outra fase de cultura estagnada.

Contudo, o mesmo tipo de energia pode gerar resultados opostos. Se o desacordo, a coabitação de múltiplos repertórios na sociedade e a preocupação com as agendas fundamentais, ou “centrais”, forem excessivas para os grupos que prefeririam viver com um repertório e não com o outro, a heterogeneidade não poderá mais assegurar a sobrevivência ou o sucesso, mas causará a desordem e o fracasso. As ciências sociais e políticas costumam tratar isso como instabilidade. Nessas discussões, o foco da atenção é, como não poderia deixar de ser, a interação humana e as relações políticas de poder. Estas, contudo, podem ser, no mais das vezes, apenas manifestações das discrepâncias culturais.

⁹ As duas línguas oficiais norueguesas são o *bokmål* (“língua dos livros”, anteriormente chamado *riksmål*, “a língua do reino”), e o *nynorsk* (“novo norueguês”, anteriormente chamado *landsmål*, “língua do país”). Sobre o *landsmål*, ver “Soluções datadas e a indústria de ideias”, nesta coletânea, p. 117); sobre o conflito linguístico na Noruega, ver o clássico de Einar Haugen, *Language Conflict and Language Planning: The Case of Modern Norwegian*.

O problema aqui — e é mesmo um problema, pois não vejo como solucioná-lo na atual fase do conhecimento humano — é que não sabemos quais devem ser os limites da heterogeneidade em termos de divergências entre repertórios. Parâmetros como “pequeno” *vs.* “grande” e “que existe há muito tempo” *vs.* “que existe há pouco tempo” podem ajudar em um nível heurístico, mas não em um nível geral. Podemos compreender por que a Suíça consegue abrigar quatro culturas diferentes sem se desintegrar, mas esse modelo funcionaria para outros lugares? Um Estado como a França certamente acredita que, se isso fosse permitido, não sobreviveria.

A questão dos limites da heterogeneidade e suas repercussões para a sobrevivência e para o sucesso dos grupos é na verdade um dos problemas práticos mais candentes das sociedades modernas. O debate que acontecia entre inovadores e conservadores no que se referia à elaboração de repertórios segue presente entre os grupos quando o assunto é a legitimidade da reivindicação por igualdade. É cada vez mais evidente que sem a heterogeneidade há poucas chances de alternativas surgirem, o que impede que a complexidade — condição para o sucesso — seja gerada; ao mesmo tempo, para um grupo ter sucesso não basta ele ser heterogêneo. Como um grupo heterogêneo consegue gerar as condições para a complexidade e outro não depende, a julgar pelo material que tenho reunido, da capacidade do grupo relevante de manter uma indústria que é raramente discutida e analisada — a indústria de ideias.¹⁰

¹⁰ Discuto esse tópico em outros três trabalhos desta coletânea: “O trabalho ideacional e o sucesso das sociedades” (p. 17), “A competição intercultural por recursos através da disputa de capitais simbólicos” (p. 41) e no epílogo “O trabalho ideacional e o caso basco” (p. 145).

A COMPETIÇÃO INTERCULTURAL POR RECURSOS ATRAVÉS DA DISPUTA DE CAPITAIS SIMBÓLICOS¹

Estratégias para angariar status

Este texto trata de estratégias de obtenção de status que permitem aos grupos, sociedades e entidades acessarem recursos com eficiência, concentrando-se em especial nas estratégias semióticas construídas por meio do acúmulo de capitais simbólicos. Os termos “capitais”, “bens”, “ativos simbólicos” e “prestígio” são aqui utilizados em seu sentido mais elementar, portanto não será necessário desenvolver uma análise minuciosa dessas noções. Nesta discussão, cito principalmente Bourdieu, pois o que conta em sua análise é o “mercado” de troca de ativos simbólicos, sem o qual os termos mencionados não fariam sentido. A obra de Bordieu é a grande responsável pela difusão dessas ideias, mesmo que esteja fundamentada, claro, na teoria marxista (*O Capital*, cap. 1).² Embora Norbert Elias tenha escrito um livro sobre

¹ Baseado no trabalho apresentado no Simpósio A Formação Deles e a Nossa, organizado pelo Centro Universitário de Semiótica Cognitiva de Lund, em Lund na Suécia, de 7 a 8 de dezembro de 2016, e posteriormente publicado em versão revisada (Itamar Even-Zohar, “Intercultural Competition over Resources via Contests for Symbolic Capitals”, *Semiotica*). Agradeço a Rakefet Sela-Sheffy pelos inestimáveis comentários e sugestões.

² Cf. David Swartz, *Symbolic Power, Politics, and Intellectuals*.

simbolismo, publicado postumamente,³ nele não é discutida a questão do capital simbólico como valor comercializável.

Vista como uma dinâmica social central e inevitável, a competição — individual e entre grupos — por recursos torna-se especialmente acirrada em momentos de escassez. Como Tainter sintetizou, “ao longo dos últimos 4 000 anos pelo menos, um dos processos históricos fundamentais tem sido a competição entre as sociedades organizadas de níveis aproximadamente equivalentes de população, território, tecnologia, organização, produto per capita e capacidade militar”.⁴

A competição provoca confrontos, e os grupos humanos têm se envolvido neles em escalas variadas desde tempos imemoriais. No entanto, envolver-se em confrontos violentos nunca foi a única solução viável, muitas vezes nem a principal, para esses grupos obterem benefícios. Os humanos — mais do que outros primatas — descobriram muito cedo que a violência poderia ser um empreendimento oneroso, já que as perdas que decorrem da mortandade e da destruição costumam exceder os ganhos, tanto em recursos humanos quanto em recursos materiais. A história registra muitos casos de beligerância; alguns foram lucrativos, e outros — muitos — não foram exatamente benéficos para as partes interessadas. A maioria dos confrontos beligerantes foram temporários e não contínuos, direcionados à conquista de estabilidade, cujo último objetivo era obter segurança e prosperidade.

Desde a antiguidade mais remota, a luta por prosperidade social e econômica tem preferido a não violência. No Crescente Fértil do final da Idade do Bronze (final do século XIII e início do século XII a.C.), “o sucesso no campo de batalha, independentemente de seu grau de conclusão ou resultado, não assegurava o estabelecimento de uma autoridade permanente sobre as terras recém-conquistadas. [...] A interação diplomática entre os reinos rivais que buscavam supremacia nas mesmas regiões deve ter contribuído para revitalizar muitas delas”.⁵ Tanto é que a gestão não violenta das tensões sociais

³ Norbert Elias, *Teoria simbólica*.

⁴ No original: “[f]or at least the past 4 000 years, one of the fundamental historical processes has been competition among societies organized at approximately equivalent levels of population, territory, technology, organization, per capita product, and military capability” (Joseph Tainter, “Foundations and Context of Contemporary Conflict”, *On the Edge of Scarcity: Environment, Resources, Population, Sustainability, and Conflict*, p. 109).

⁵ No original: “[s]uccess on the field of battle, no matter how complete or decisive, did not in itself

foi sancionada em código moral quase universal (embora não exclusivo), amplamente difundido.⁶

Alternativas semióticas à violência no gerenciamento das tensões entre os grupos

Nesse sentido, alternativas à violência semioticamente complexas no gerenciamento das tensões entre os grupos foram sendo cada vez mais frequentes. Elas consistem em anunciar o poder para os demais, desse modo alertando-os que não compensaria entrar em conflito, pois as chances de vitória seriam escassas. Mostrar aos demais o volume de instrumentos de destruição disponíveis — sejam eles cavalos, guerreiros, carruagens, ou tanques, aviões e mísseis — tornou-se, portanto, uma estratégia poderosa, mesmo que a posse de tais recursos não fosse verdade. A artimanha aqui é criar a dissuasão através do medo — ainda que o sujeito do medo seja virtual. Como Henrich e Gil-White apontaram em seu estudo sobre a evolução do prestígio, o medo faz a parte temida ser respeitada, o que sinaliza que sua reivindicação de superioridade é reconhecida, independentemente de tal reivindicação ser sólida ou não.⁷ Evidentemente, recorrer a essa estratégia de mobilizar símbolos em vez de poder concreto aumenta as possibilidades de adaptação flexível no

provide a firm foundation for the establishment of permanent authority over newly won lands. [...] Diplomatic interaction between rival kingdoms jostling for supremacy in the same regions might have helped ensure a longer lease of life for many of them” (Trevor Bryce, *Letters of the Great Kings of the Ancient Near East: The Royal Correspondence of the Late Bronze Age*, p. 45).

⁶ Os registros antigos que questionam a beligerância contínua são vários. O livro *Guanzi*, um respeitável tratado chinês do século III a.C. — há uma lenda que atribui sua autoria a Kuan Chung (Guan Zhong), agente público do século VII —, afirma: “As guerras frequentes cansam a nação; as vitórias frequentes entusiasma o soberano. Ora, como o Estado pode estar a salvo do perigo com um povo cansado liderado por um soberano entusiasmado? Assim, o Estado mais bem governado raramente vai para a guerra” (citado por Kuo-Cheng Wu, *Ancient Chinese Political Theories*, p. 148). Da mesma forma, o sentimento de alívio experimentado pela ausência de guerras, combinado à sensação de conquista que a guerra dá, é encontrado na *Bíblia hebraica* com a frase recorrente “E a terra teve descanso e paz”, em referência ao fim bem-sucedido de um conflito violento: “Assim foi Madiã abatido diante dos israelitas, e nunca mais levantou a cabeça, e a terra descansou quarenta anos, todo o tempo que viveu Gedeão” (Juízes 8,28). Os versículos bíblicos citados ao longo deste livro foram extraídos da *Bíblia de Jerusalém*.

⁷ Joseph Henrich e Francisco Gil-White, “The Evolution of Prestige: Freely Conferred Deference as a Mechanism for Enhancing the Benefits of Cultural Transmission”, *Evolution and Human Behavior*.

enfrentamento de relações complexas e mutáveis entre os grupos. Entretanto, essa estratégia ainda é bastante arriscada e dispendiosa, porque, a não ser que o reforço material exista, propagar poder pode muitas vezes acabar mal, frustrando o simbolismo.

Dessa forma, tem prevalecido, desde a antiguidade, uma estratégia mais sutil e lucrativa de gerar respeito: obtê-lo ao estabelecer-se a si mesmo como modelo a ser seguido. “Um país pode obter os resultados que quiser no mundo da política quando os outros países — admirando os seus valores, emulando o seu exemplo, aspirando a seu grau de prosperidade e abertura — querem copiá-lo”.⁸ Em vez dos outros reconhecerem sua superioridade por medo ou ressentimento, busca-se controlá-los conquistando seu respeito e reconhecimento, fazendo com que se sintam atraídos e desejosos de ajustarem-se sem coerção. Em termos de riscos e benefícios, essa estratégia é menos dispendiosa e mais eficaz do que somente sinalizar poder. No entanto, ela ainda envolve investimentos em outros tipos de capital, os quais devem ser ostentados no lugar, tais como conhecimento e perícia, entre outras posses semióticas que são colocadas em jogo nos embates entre os grupos.

Uma rede intergrupar para negociar acordos é uma condição para a função do prestígio

Nenhuma das estratégias mencionadas acima pode ser eficaz, no entanto, se não existir uma rede na qual os grupos possam negociar o valor dos bens que podem ser ostentados para fins de prestígio. Uma vez estabelecido o acordo sobre o valor desses bens, sejam eles materiais ou imateriais, eles tornam-se

⁸ No original: “A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries — admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness — want to follow” (Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, p. 5). Na teoria do poder proposta por Nye (inspirada em Peter Bachrach e Morton Baratz, “Two Faces of Power”, *The American Political Science Review*), esse tipo de estratégia é chamada de “soft power”, em oposição a “hard power”, que seria o uso direto da força. O termo “soft power” é definido como “a capacidade de obter o que se deseja por meio de atração em vez da coerção ou de pagamentos. A cultura, os ideais políticos e as políticas de um país surgem dessa atração” (J. Nye, op. cit., 2004, p. X). Nye também sugeriu que apenas o uso equilibrado dessas estratégias, que ele chamou de “smart power”, pode render benefícios (id., *The Powers to Lead*). Estranhamente, Nye acredita que a estratégia de usar o *soft power* tornou-se mais eficiente em nosso tempo, mas sua análise se aplica perfeitamente à Idade do Bronze e à Idade do Ferro, bem como às relações intergrupais posteriores.

ativos que conferem prestígio. As relações entre os indivíduos e entre os grupos são, portanto, modeladas por — e conseqüentemente dão origem a — um “mercado de bens simbólicos”,⁹ nos termos de Pierre Bourdieu, ou uma espécie de mercado de ações simbólicas. Em outras palavras, ao mesmo tempo que a competição tem levado a embates, ela também tem gerado cooperação, no sentido de que negociações e trocas relevantes são realizadas. O escopo dessa dinâmica de troca é imenso. Um dos resultados visíveis disso, ao longo da história, é a crescente difusão de repertórios culturais entre grandes territórios e diversos grupos. Quanto mais esses repertórios são difundidos e compartilhados, mais longevos são e mais claro é o status concedido a eles como geradores de prestígio.

A ideia de competição por ativos simbólicos através de disputas pode parecer um senso comum, mas a pesquisa sobre essas dinâmicas está longe de esgotar-se. Não temos certeza de como ela surgiu na história mundial, embora a teoria de Henrich e Gil-White sobre a origem do prestígio nas dinâmicas sociais humanas apresente uma explicação muito plausível.¹⁰ Ela propõe que a necessidade de adquirir conhecimento a partir de um exemplo bem-sucedido é o resultado de mudanças na natureza da transmissão cultural. Isso fez com que a seleção (cultural) favorecesse novas estratégias para aumentar o aprendizado social, “à medida que o conhecimento culturalmente transmitido foi se tornando complexo e importante para o sucesso”.¹¹ Aceitemos ou não isso como uma explicação sólida, há evidências suficientes de que essas competições têm obtido resultados consistentes desde a antiguidade, e que muitas vezes levaram ao aprendizado intergrupal e aprimoraram a difusão cultural (em detrimento dos embates agressivos), na medida em que possibilitaram importantes relações entre os grupos. A evidência desse efeito é mais visível, ou pelo menos mais compreensível para nós, nos últimos dois séculos e meio, primeiro na Europa e depois em outras partes do mundo. Semelhante à situação que prevaleceu no Crescente Fértil

⁹ Pierre Bourdieu, “O mercado de bens simbólicos”, *A economia das trocas simbólicas*.

¹⁰ Joseph Henrich e Francisco Gil-White, “The Evolution of Prestige: Freely Conferred Deference as a Mechanism for Enhancing the Benefits of Cultural Transmission”, op. cit., 2001.

¹¹ No original: “[...] as culturally transmitted knowledge became increasingly complex and important for success” (Aimée Plourde, “Human Power and Prestige Systems”, *Mind the Gap: Tracing the Origins of Human Universals*, p. 142).

desde ao menos o terceiro milênio a.C., as entidades políticas europeias que competem entre si desde o fim do século XVIII precisam cada vez mais justificar sua legitimidade e obter status exercitando o poder simbólico.¹² Ao disputar o reconhecimento e o controle, elas geraram (ou geraram *de novo*, de um ponto de vista histórico) um rico repertório transeuropeu de ativos simbólicos que foi sancionado para pertencer a uma entidade que aspirava ao poder. Objetos tangíveis e intangíveis, incrustados numa aura espiritual, como pinturas e textos, ou numa aura de ancestralidade, foram mobilizados por agentes da planificação cultural¹³ e ativistas sociopolíticos a serviço de entidades políticas, estimulando entre elas brigas pela posse e pelo monopólio dos mesmos ativos.

Alguns exemplos que ilustram a dinâmica dessas disputas de ativos

Os exemplos aqui mencionados são apenas alguns casos esparsos que ilustram essa dinâmica: os dinamarqueses e os alemães se referem à mesma inscrição antiga, encontrada em Eslésvico e hoje perdida, como a primeira evidência de sua existência.¹⁴ Na Dinamarca, o grande poeta romântico Adam Oehlenschläger (1779-1850) foi fundamental para que ela se tornasse um símbolo nacional. O mesmo tipo de argumento vale para a escancarada apropriação de textos islandeses medievais pelos noruegueses (apresentados como a literatura antiga da Noruega), que, apesar de ser um acontecimento de maior magnitude, curiosamente parece não ter despertado grandes debates. Por outro lado, quando Dinamarca e Suécia discutem, no século XIX, sobre a posse física de manuscritos islandeses, elas expressam esse desejo de angariar prestígio através do que McCracken sugeriu chamar de posse de

¹² Norbert Elias, *The Civilizing Process*.

¹³ Ver “A planificação cultural, a coesão e a criação e manutenção das entidades”, nesta coletânea, p. 81.

¹⁴ A chamada inscrição do Chifre de Ouro: “Ek hlewagastiz holtjaz horna tawido” (“Eu, Hlewagast de Holte [?] / Filho de Holte [?] / Do bosque [?] fiz o chifre”), cf. Hans Frede Nielsen, *Guldhornsindskriften fra Gallehus: Runer, sprog og politik*. Os livros didáticos da Dinamarca e da Alemanha (assim como a história de suas respectivas literaturas) introduzem a história cultural de suas nações com essa frase.

pátina.¹⁵ Nesse caso específico, os países nórdicos descobriram que tinham ativos de valor para competir não somente entre eles, mas também com o restante da Europa, onde os objetos de pátina eram mais acessíveis. De fato, sem a popularização do prestígio através da posse de pátina, os manuscritos islandeses já teriam desaparecido.

Quem fica com o passado? — A disputa da ancestralidade

Similarmente, a discussão sobre “quem fica com o passado”¹⁶ surgiu em muitas outras regiões do mundo. Armados com evidências autênticas e falsificadas, fornecidas por arqueólogos e outras fontes — e financiadas pelos Estados e demais organismos —, agentes conseguiram promover uma imagem favorável do passado para a parte que lhes interessava. Eles tinham medo de que objetos arqueológicos fossem encontrados e interpretados em detrimento do grupo — isso pode ajudar a esclarecer para o observador externo a aparente natureza irracional dessas decisões. Um caso exemplar é a ordem desconcertante de Ióssif Stálin, em 1952, para inundar o território da antiga cidade cazar de Sarquel: “O governo soviético inundou a maior parte das ruínas de Sarquel após finalizar, em 1952, o reservatório da barragem de Tsimlyansk, que controla a vazão do rio Don. [...] Isso prejudicou o sítio de Sarquel, de forma que a maior parte dele não está mais disponível para exploração *in loco*”.¹⁷ Embora seja apresentada como parte do grande plano de Stálin para transformar a natureza, essa medida foi atribuída ao desejo dele de impedir que descobrissem a magnitude e a grandeza da Cazária, antigo objeto de disputas obsessivas e calorosas na Rússia, durante e depois da era soviética. Stálin de fato banuiu qualquer pesquisa relacionada aos cazares, mas

¹⁵ Grant McCracken, “Ever Dearer in our Thoughts: Patina and the Representation of Status Before and After the Eighteenth Century”, *Culture and Consumption: New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities*.

¹⁶ Victor Shnirelman, *Who Gets the Past? Competition for Ancestors Among Non-Russian Intellectuals in Russia*.

¹⁷ No original: “The Soviet government flooded most of the remains of Sarkel after the completion, in 1952, of the Tsimlyansk reservoir and dam, which controls the Don River’s flow. [...] This has come at the expense of the Sarkel site, most of which is no longer available for further on-site exploration” (Kevin Alan Brook, *The Jews of Khazaria*, p. 33).

ele não era o único a mostrar essa aversão emocional que beirava a histeria — ela estava presente em várias camadas da sociedade russa, que acreditava ter sido privada de seu legado.¹⁸

Especialista nesse episódio histórico, o estudioso russo Victor Shnirelman conduziu extensa pesquisa sobre as “guerras de memória”¹⁹ instauradas entre vários grupos étnicos e nacionais em vastos territórios da antiga União Soviética, desde o Tartaristão, no norte, até Cáucaso, no sul. Ele descreveu os mitos que essas guerras mobilizavam, frequentemente baseados em histórias e documentos falsos,²⁰ e analisou seu propósito e sua eficiência. No livro *Who Gets the Past?* [Quem fica com o passado?], em que discute a “competição pelos ancestrais entre intelectuais não russos na Rússia”, ele explica: “O passado tornou-se um recurso crucial, pelo qual um grupo étnico busca sua identidade [...] Para as pessoas que acreditam ter sido privadas de seu legado cultural, a invenção do passado é um instrumento poderoso — primeiro, para elevar sua autoestima e reavaliar

¹⁸ A obsessão russa em relação à Cazária é objeto de extensa literatura. Para discussões críticas desse assunto, ver os trabalhos de Victor Shnirelman (“Aryans and Khazars”, *Remembering for the Future: The Holocaust in an Age of Genocide*; “The Story of an Euphemism: The Kazhars in Russian Nationalist Literature”, *The World of the Khazars: New Perspectives*; e *Хазарский миф: идеология политического радикализма в России и ее истоки*).

¹⁹ Id., “Виктор Александрович Шнирельман”, *Войны памяти: Мифы, идентичность и политика в Закавказье*.

²⁰ “Mas o que fazer se as fontes históricas disponíveis não permitirem pintar um quadro tão cor-de-rosa da idade de ouro? É aqui que chega o momento das falsificações. A falsificação de documentos históricos foi feita em várias épocas; no entanto, em determinados momentos ela teve uma demanda pública sem precedentes. É fácil lembrar da era em que relíquias sagradas eram falsificadas, mas ignoramos que a principal é a ‘era do nacionalismo’. É nesse momento que surgem entusiastas prontos para dar à sua nação, a qualquer custo, um grande passado. A sociedade passa então a desejar intensamente esse passado, e especialistas, que tomam para si a tarefa de satisfazer esses desejos, usam sua autoridade científica para dar legitimidade ao falso passado”. No original: “Но что делать, если имеющиеся исторические источники никак не позволяют нарисовать такую радужную картину золотого века? Здесь-то и насту-пает время фальшивок. Надо сказать, что подделки исторических документов производились в самые разные времена, однако небывалым общественным спросом они пользовались только во вполне определённые эпохи. Можно вспомнить эпоху подделок святых реликвий, но главной из таких эпох является «век национализма». Именно тогда появляются энтузиасты, готовые любыми способами обеспечить свою нацию великим прошлым, именно тогда общество испытывает неутолимую жажду к такому прошлому, и именно тогда находятся специалисты, считающие своим долгом удовлетворить его желания, подтверждая это своим научным авторитетом” (Andrei Petrov e Victor Shnirelman, *Фальсификация исторических источников и конструирование этнократических мифов*, p. 5-6).

sua posição entre os outros povos e, segundo, para exigir direitos especiais e privilégios no que diz respeito a outros povos que não partilham de seu glorioso passado”²¹

A ligação entre as reivindicações intergrupais de ativos simbólicos e as reivindicações de direitos e privilégios

No estudo citado acima, e também em outros, Shnirelman sublinha a ligação explícita entre as posições intergrupais, de um lado, e as reivindicações de ativos simbólicos como meio de obter direitos e privilégios, de outro. Os casos que ele discute não podem ser detalhados aqui de forma justa, dada sua abundância e complexidade. Um pequeno exemplo pode, contudo, ser esclarecedor. Em uma palestra pública proferida em 2007 — mais tarde publicada no jornal *Ukrainska Pravda*, um dos mais importante da Ucrânia —, Oksana Zabuzhko, popular escritora ucraniana, mostra até que ponto podem chegar o sentimento e a convicção de uma pessoa no que se refere a esses ativos e à prosperidade de sua respectiva sociedade. No artigo, Zabuzhko diz:

Ousaria dizer que se, naquela época, Lesya Ukrainka e Mykhailo Kotsiubynsky fossem tão conhecidos no mundo como Tolstói e Dostoiévski, nosso Estado não teria que renunciar às armas nucleares. E isso não é apenas uma metáfora. [...] Não nos esqueçamos de que, por cem anos, Tolstói e Dostoiévski foram o rosto da Rússia no mundo, e de que toda a revolução bolchevique na mente da elite intelectual e política ocidental foi amplamente difundida por esses dois escritores como “guias” para a “misteriosa alma russa”. [...] Por trás da Cortina de Ferro, Lênin, os bolcheviques e até a Cheká, liderada pelo sr. Dzerzhinsky, eram vistos não como bandidos políticos que acabaram destruindo todas as almas vivas, incluindo a alma “russa” — mas como personagens de romances clássicos russos preocupados em “salvar o

²¹ No original: “The past has become a crucial means, by which an ethnic group seeks to identify itself [...]. For people who believe they have been deprived of their cultural legacy, invention of the past becomes a powerful instrument — first, for the raising of self-esteem and the reevaluation of their position among other peoples, and second, for demanding special rights and privileges with respect to others who lack their glorious past” (Victor Shnirelman, op. cit., 1996, p. 2).

мundo” — e isso teve o mais direto impacto no sucesso internacional das políticas de Stálin.²²

As alegações de Zabuzhko podem soar ingênuas e forçadas ao reduzirem a vantagem da Rússia sobre a Ucrânia apenas a seus ativos simbólicos reconhecidos, no caso os dois autores que ela cita no começo. Quer a falta de reconhecimento da Ucrânia tenha de fato forçado o país a abrir mão de seu armamento nuclear ou não, esse exemplo sucinto revela a importância dessa questão para a identidade e para a dignidade de uma entidade política.

A crença amplamente expressa e o árduo esforço que grupos e Estados investem na exposição, demonstração, promoção e comercialização de bens simbólicos no mínimo reforçam a consciência social bem-estabelecida e profundamente enraizada de que esse tipo de capital é benéfico em termos de ganhos concretos.²³ Desde a ascensão do nacionalismo moderno na Europa, perto do fim do século XVIII, a assimilação deliberada desse tipo de bem simbólico (através da propaganda direta e dos sempre em expansão sistemas educacionais centralizados) tem servido como um meio poderoso de criar grandes entidades e de lidar com a crescente competição por recursos. Isso foi alcançado através de uma máquina cada vez mais centralizada e sofisticada que, em vez de aplicar a técnica da coerção agressiva, persuade diversas populações a reconhecer as vantagens do pertencimento e as influencia a se identificar com a imagem de comunidade que ela projeta.

²² No original: “Ризикну ствердити, що якби на той час Леся Українка й Коцюбинський були знані в світі такою мірою, як Толстой і Достоевський, нашій державі не довелося б відмовлятися від ядерної зброї. І це не просто метафора. [...] Не забуваймо: протягом ста років брендом Росії у світі насамперед були Толстой і Достоевський, і вся більшовицька революція в свідомості західної інтелектуальної й політичної еліти величезною мірою опосередковувалася саме Толстим і Достоевським, як ‘путівниками’ по ‘загадковій російській душі’. [...] Ленін, більшовики, навіть ЧК на чолі з паном Дзержинським бачилися з-за ‘залізної завіси’ не як політичні бандити, котрі якраз нищили всяку живу душу, з ‘російською’ включно, — а як персонажі російської класики, заклопотані тим, як ‘врятувати світ’, — і це мало щонайпряміший вплив на міжнародні успіхи сталінської політики” (Oksana Zabuzhko, “Вони питають, чи єсть у нас культура!” [Estão nos perguntando se temos cultura!], *Ukrainska Pravda*).

²³ Pierre Bourdieu, “O mercado de bens simbólicos”, op. cit., 2007; Aimée Plourde, “Prestige Goods and the Formation of Political Hierarchy: A Costly Signaling Model”, *Pattern and Process in Cultural Evolution*.

Na antiguidade ou na modernidade, os grupos precisavam promover-se tanto interna quanto externamente

No que diz respeito à afirmação acima, não há diferença significativa entre antiguidade e modernidade. Tanto em uma como em outra, os grupos tiveram de promover-se tanto interna quanto externamente. Membros reais e potenciais de um grupo precisavam ser convencidos da singularidade da entidade que era promulgada e das vantagens de pertencer a ela e, ao mesmo tempo, precisavam propagar essa vantagem entre outros grupos, para que pudessem assumir uma posição melhor na rede intergrupar, comumente chamada de “sistema mundial”. Para além dos diferentes graus de liberdade entre os povos ancestrais e os povos modernos, a distinção entre pessoal e coletivo nem sempre é bem delimitada. Quando o ex-presidente Obama diz: “É útil quando você pensa que essa incrível quantidade de gente vê que é isso o que nos torna a maior nação da Terra”,²⁴ ele não soa muito diferente dos antigos governantes que se vangloriavam de suas posses. Mesmo na antiguidade, os governantes frequentemente se apresentavam não como indivíduos, mas como guardiões de suas sociedades, autoidentificando-se como “pai” ou “mãe” da população por eles controlada. Mesmo os cruéis déspotas da antiga Assíria achavam necessário persuadir seus súditos, através da propaganda, de seu valor como benfeitores.²⁵ Elogiar-se por ter dado uma boa vida à sua sociedade (no lugar de vangloriar-se somente pela conquista e pelo extermínio de outras nações, ou mesmo pela distinção pessoal) foi um clichê utilizado pelos governantes de todo o Crescente Fértil durante a Idade do Ferro. Azitawadda de Adana e Kilamuwa de Samal/ Yaudi são dois exemplos nesse sentido. Ambos tinham orgulho de narrar como haviam proporcionado uma vida boa e de saciedade a seus povos.²⁶ Em resumo, não

²⁴ No original: “And it’s useful when you think about this incredible collection of people to realize that this is what makes us the greatest nation on Earth” (Barack Obama, Remarks by the President at Presentation of the Presidential Medal of Freedom, *The White House*).

²⁵ Hayim Tadmor, “History and Ideology in the Assyrian Inscriptions”, *Assyrian Royal Inscriptions*; id., “Monarchy and the Elite in Assyria and Babylonia: The Question of Royal Accountability”, *The Origins and Diversity of Axial Age Civilizations*.

²⁶ Azitawadda (século VIII-IX a.C.) vangloria-se insistentemente na epígrafe encontrada em Karatepe (Cilícia, Anatólia), de que, em sua época, “por todo o vale de Adana, da alvorada até o ocaso [...] havia abundância de alimentos e vida boa e longa e diversão para todos os dânaos

há nada de essencialmente “moderno” em governantes benevolentes que se empenham em difundir repertórios entre sua população. O resultado dessa difusão é o que costumamos chamar de “coesão” sociocultural, que, por sua vez, pode ser interpretada de duas formas contraditórias: como solidariedade humana, mas também como uma medida menos dispendiosa de conquistar a obediência coletiva.

A necessidade de construir e difundir ativos simbólicos coletivos aumenta em condições de conflito e mudança

Em comparação com o que ocorre em contextos sociais estáveis, a necessidade de construir e difundir ativos simbólicos coletivos, e de disseminá-los em comunidades mais amplas, aumenta em condições de conflito e mudança, sejam elas violentas ou não. Em um conflito, o status está ameaçado. A discussão recente a respeito do acesso ou do controle do Monte do Templo em Jerusalém pressionou as pessoas — muitas das quais estariam, em outras circunstâncias, politicamente indiferentes — a tomarem partido e a comprometerem-se emocionalmente, sem esperar recompensa material por sua participação.²⁷ Outro exemplo: as competições esportivas, que normalmente são vistas como substitutas simbólicas da luta armada,²⁸ tornaram-se, à semelhança do exemplo anterior, um canal poderoso para incitar esse tipo de adesão popular na sociedade, que não se importaria muito, em princípio, com capitais que não pudessem ser imediatamente convertidos em moeda utilizável.

O mesmo tipo de interesse em ativos simbólicos há muito guardados em repositórios coletivos, como o cânone, pode ser ativado quando seu

e para todo o Vale de Adana” (Halet Çambel et al., *Corpus of Hieroglyphic Luwian Inscriptions*, p. 50-61). Kilamuwa de Samal (Turquia meridional, século XII a.C.) vangloria-se de que “para alguns fui pai; e para outros, mãe; e para outros, irmão. A pessoas que não tinham sequer visto a figura de uma ovelha eu dei um rebanho, a pessoas que não conheciam um boi eu dei uma manada [...]”, e assim por diante (Herbert Donner e Wolfgang Röllig, *Kanaanäische und Aramäische Inschriften*). Sobre ambos os exemplos, entre vários outros na mesma linha, ver também Douglas James Green, *I Undertook Great Works: The Ideology of Domestic Achievements in West Semitic Royal Inscriptions*.

²⁷ Para uma discussão mais detalhada, ver Itamar Even-Zohar, “Le Patrimoine qui attise les conflits”, *Géopolitique, conflits et patrimoine*.

²⁸ Norbert Elias e Eric Dunning, *A busca da excitação*.

status está ameaçado, ou quando a imagem aceita de uma entidade coletiva é contestada.²⁹ Em artigos recentes, meu colega Elias Torres Feijó e eu abordamos casos de tentativas, na Itália, em Portugal e no Brasil, de remover certos textos canônicos do currículo escolar.³⁰ Embora eles sejam lidos por poucas pessoas e crianças em idade escolar particularmente não os apreciem, quando as medidas foram anunciadas, ou mesmo sugeridas, uma grande discussão irrompeu nesses países, tanto da classe erudita quanto da classe popular, exigindo a revogação dessas decisões. Nós argumentamos que, embora esses textos fossem, para a maioria das pessoas, entediantes e difíceis de ler, era, inaceitável para elas pensar que eles poderiam ser eliminados do cânone literário mundial, pois isso lhes conferia grande prestígio.

No mundo atual, o capital simbólico está perdendo poder

Apesar da evidência apresentada no parágrafo anterior, gostaria de sugerir que, no mundo atual, o capital simbólico parece estar perdendo seu poder, seja de criar um consenso dentro do grupo, seja de gerar prestígio, que pode ser convertido em recursos. Outra possibilidade é que os ativos simbólicos que têm sido sancionados e diligentemente acumulados ao longo da história não são realmente eficazes. Em outras palavras, um tipo novo e diferente de repertório, ainda não identificado, pode estar surgindo. Muitos bens tradicionais estão perdendo seu valor; no entanto, eles estão sendo convertidos em ativos de um domínio completamente diferente, que, de alguma forma indireta, ainda pode ajudar a alcançar o prestígio almejado. Refiro-me à transformação de muitos patrimônios, sejam espaços ou objetos, em mercadoria, com o objetivo de atrair turistas e gerar lucro. Esse tipo de mudança foi diagnosticado há mais ou menos vinte anos por Gísli Sigurðsson.³¹ Seu estudo mostra como bens valorizados (tais como os manuscritos islandeses antigos) se tornaram atrações turísticas em vez

²⁹ Rakefet Sela-Sheffy, “Canon Formation Revisited: Canon and Cultural Production”, *Neohelicon*.

³⁰ Elias Torres Feijó, “Historiar e comparar literatura como meio e análise de comunidades: Espaços literaturizados como exemplo e proposta”, *Letras de hoje*; Itamar Even-Zohar et al., “The End of Literature or What Purposes Does It Continue to Serve?”, *Poetics Today*.

³¹ Gísli Sigurðsson, “Icelandic National Identity: From Nationalism to Tourism”, *Making Europe in Nordic Contexts*.

de estimados símbolos nacionais, o que, por outro lado, acabou salvando a Islândia depois da crise de 2008. Entretanto, os manuscritos têm atraído menos atenção do que as poderosas imagens do vulcão em erupção na geleira de Eyjafjalla em 2010, entre outros recursos naturais espetaculares.

Uma chamada da Comissão Europeia sustenta essa nova compreensão do valor dos bens simbólicos para o bem-estar da Europa como um todo:

Conclusões recentes do Conselho da União Europeia reconheceram o patrimônio cultural como um “recurso para uma Europa sustentável” e destacaram que “a governança participativa do patrimônio cultural oferece oportunidades para promover a participação democrática, a sustentabilidade e a coesão social e para enfrentar os desafios sociais, políticos e demográficos” na Europa. A Comissão Europeia também destacou que a contribuição do patrimônio cultural para o crescimento econômico e para coesão social, apesar das crescentes evidências científicas, é subvalorizada, e convoca uma abordagem integrada do patrimônio cultural na Europa. Reconhece-se o patrimônio cultural como um recurso compartilhado por todos e se estabelece o objetivo de continuar a desenvolver uma interpretação e modelos de governança mais participativos que sejam mais adequados para o contexto europeu contemporâneo, através de um envolvimento maior do setor privado e da sociedade civil. A densa rede europeia de instituições culturais precisa adaptar-se a mudanças nas circunstâncias sociais, demográficas e econômicas.³²

³² No original: “Recent conclusions of the Council of the European Union recognized cultural heritage as a ‘resource for a sustainable Europe’ and highlighted that ‘participatory governance of cultural heritage offers opportunities to foster democratic participation, sustainability and social cohesion and to face the social, political and demographic challenges’ in Europe. The European Commission has also highlighted that the contribution of cultural heritage to economic growth and social cohesion is undervalued in spite of growing scientific evidence, and called for an integrated approach to cultural heritage for Europe. It is recognized that cultural heritage is a shared resource for everyone and set the objective of continuing to develop more participative interpretation and governance models that are better suited to the contemporary European context, through greater involvement of the private sector and civil society. Europe’s dense network of cultural institutions needs to adapt to changing societal, demographic and economic circumstances” (Comissão Europeia, *Participatory Approaches and Social Innovation in Culture*, 2016, disponível em: <https://bit.ly/2M0n4jI>).

A hierarquia de recursos

Mais um aspecto precisa ser mencionado. Diversas teorias do consumo têm levantado a questão da hierarquia de recursos. Todas concordam sobre os aspectos básicos, mas divergem sobre o que muitos chamam de capital de alto nível. Bens simbólicos costumam ser descritos como os últimos a serem procurados, e somente depois das pessoas terem atendido suas necessidades básicas. Além disso, argumenta-se que eles só são procurados em situações de estabilidade. Quando as necessidades básicas não são mais atendidas, o capital simbólico deixa de ser útil. Devo explorar brevemente esses dois argumentos.

'Quando as necessidades básicas não são mais atendidas, o capital simbólico deixa de ser útil'

É preciso admitir que, de fato, faltam pesquisas para sustentar a hipótese de que o capital simbólico é essencial em qualquer situação, em vez de só ser útil na prosperidade. Entretanto, é possível observarmos que, se há certa continuidade na história dos grupos, os capitais simbólicos não são abandonados ou descartados imediatamente por causa da luta básica pela sobrevivência, mas costumam estar prontos para revitalizar-se sempre que as circunstâncias permitirem. A luta pela independência do povo grego durante o século XIX, que certamente não aconteceu em meio à abundância, mas à escassez, conseguiu lançar mão do antigo prestígio da nação grega de forma a angariar amplo apoio, tanto moral quanto material, para a sua causa. Em contrapartida, nada de fato ajudou os curdos do Oriente Médio, apesar da decisão favorável da Liga das Nações, depois da Primeira Guerra Mundial, em apoio à sua aspiração por um Estado independente. Como disse Oksana Zabuzhko, eles possivelmente não foram identificados como um grupo que pudesse exibir qualquer ativo simbólico. Há outros casos muito piores, como as 40 milhões de pessoas de Telangana que foram ignoradas pelo estado indiano de Andhra Pradesh, cuja luta por um Estado independente ao longo de aproximadamente sessenta anos passou despercebida pelo resto do mundo; houve luta armada, ataques terroristas, o suicídio de centenas de pessoas (tanto camponeses quanto estudantes) e intensos debates na mídia. Embora o estado de Telangana tenha sido finalmente fundado em 2014, até o momento

sua necessitada população parece estar decepcionada. De acordo com Benbabaali, “a nova classe governante de Telangana continua implementando sua verdadeira intenção de reproduzir as mesmas estruturas de controle e exploração que atingiram as castas e classes que forneceram a maioria dos soldados de infantaria do movimento [de Telangana]”.³³

‘A estabilidade como uma condição indispensável para o funcionamento do simbolismo’

Quanto ao segundo argumento, isto é, o da estabilidade como condição indispensável para o funcionamento do simbolismo, considero-o plausível apenas em partes, mas não universalmente válido. É evidente que o grande colapso da Idade do Bronze, por volta de 1177 a.C. — em parte causado pela escassez de latão (que precisava ser importado do atual território do Afeganistão) e pelos violentos protestos populares — de fato criou uma espécie de idade média que durou dois ou três séculos, um período no qual as trocas entre grupos que existiam nas eras anteriores, em especial as trocas de ativos simbólicos, deixaram de funcionar: “As elites perderam o quadro internacional e o contato diplomático que as tinham sustentado, ao mesmo tempo em que bens e ideias estrangeiras pararam de chegar”.³⁴

Por outro lado, há casos na história, de menor magnitude, em que, apesar do colapso do sistema local e mundial, os grupos conseguiram sobreviver graças ao prestígio que haviam adquirido através de capitais simbólicos. O antigo Egito, a Índia e a Islândia moderna são alguns desses exemplos.³⁵

³³ No original: “the new ruling class of Telangana goes about implementing its real agenda of reproducing the same structures of control and exploitation that bore down on the castes and classes that provided most of the foot soldiers of the [Telangana] movement” (Dalel Benbabaali, “From the Peasant Armed Struggle to the Telangana State: Changes and Continuities in a South Indian Region’s Uprisings”, *Contemporary South Asia*, p. 194). Para uma análise crítica do caso, ver Haresamudram Srikanth, “Construction and Consolidation of the Telangana Identity”, *Economic and Political Weekly*.

³⁴ No original: “The elites lost the international framework and the diplomatic contacts that had supported them, at the same time as foreign goods and ideas stopped arriving” (Eric Cline, *1177 BC: The Year Civilization Collapsed*, p. 174; baseado em Marc van de Mieroop, *A History of the Ancient Near East: ca. 3000-323 BC*).

³⁵ Sucessivos episódios de colapso não aniquilaram a Islândia, provavelmente devido aos capitais que acumulou, entre os quais se destacam os capitais simbólicos. Minha visão sobre esse caso

Conclusão

Para concluir, a relação entre o status alcançado pelo acúmulo de capital simbólico e a conquista de um acesso mais amplo a vários tipos de recursos ainda não foi suficientemente investigadas. Como Cline afirmou em seu estudo sobre colapso da Idade do Bronze, a situação do mundo hoje lembra muito a do século XII a.C.³⁶ Isso é muito alarmante, o que no mínimo justifica o investimento de esforços intelectuais para compreender essas complexas relações no contexto mais amplo da seguinte questão: o que faz a civilização humana sobreviver com sucesso?

também resulta de estudos comparados que realizei sobre a Islândia e Terra Nova. Ver “O trabalho ideacional e o sucesso das sociedades”, nesta coletânea, p. 17.

³⁶ Eric Cline, *op. cit.*, 2014, p. 15-16.

ELABORADORES DE IDEIAS, EMPREENDEDORES CULTURAIS, ELABORADORES DE IMAGENS DE VIDA E AS PERSPECTIVAS DE SUCESSO¹

Propósito do trabalho

Este texto trata das relações entre os elaboradores de ideias e as perspectivas de sucesso dos grupos. Minha questão é: os elaboradores de ideias — assim como os elaboradores de imagens da vida — são necessários, ou mesmo indispensáveis, para o sucesso dos grupos? Essa questão não surgiu do nada, tampouco através de especulações filosóficas e deduções teóricas. Pelo contrário, ela foi se instalando lenta e gradualmente, como uma possível direção de pesquisa, em uma série de intrigantes enigmas que encontrei ao investigar as conexões entre a planificação cultural deliberada e a elaboração de novas entidades sociopolíticas. Entretanto, meu objetivo não é respondê-la, mas tentar analisá-la em um contexto mais amplo do aquele do qual ela originalmente emergiu.

¹ Baseado em uma palestra proferida durante a conferência anual do ano letivo de 2002-2003 no Departamento de Literatura e Linguagem Moderna do Trinity College, Hartford, 10 mar. 2003.

O sucesso dos grupos

O que é o sucesso dos grupos? Ao longo da história, a sobrevivência tem sido a principal empreitada dos grupos humanos, e talvez seu mais importante empreendimento. Aqueles que não conseguiram praticá-la, pereceram. Aqueles que não pereceram fisicamente com frequência pereceram culturalmente. Nesse caso, em que parte de um grupo sobreviveu fisicamente, mas sua cultura característica fracassou, seus membros — que antes haviam pertencido a um grupo vital — foram rebaixados a uma situação inferior, quando não ao perigo iminente. Devemos considerar a tenacidade dos grupos, essa capacidade de sobreviver tanto física quanto culturalmente, uma questão de sucesso de modo geral?

Embora essa lógica seja aceitável, acredito que não é o que a maioria das pessoas, incluindo os pensadores profissionais, quer dizer quando usa esse termo. *Sucesso* é compreendido como uma conquista que vai além da sobrevivência, um estado de coisas no qual há *proliferação de opções*. A sobrevivência, por sua vez, pode ser entendida como a condição mínima para o *sucesso*. O sucesso, tanto de grupos quanto de indivíduos, é muitas vezes expresso em termos de acesso a recursos e de capacidade, e possibilidade, de escolher *um dentre os muitos* caminhos que a vida oferece. Isso implica, é claro, que o caminho escolhido forneça mais opções, produzindo assim vários tipos de capital e riqueza — econômicos, na maioria das vezes, mas não só. Isso não significa, entretanto, que o sucesso de uma entidade coletiva será igualmente distribuído entre todos os seus membros. O oposto também é verdadeiro: sem o sucesso da entidade, dificilmente haverá sucesso individual.

O sucesso é uma variável relativa

Está claro, e uma vasta literatura reitera isso, que o *sucesso* é uma variável relativa. Não há um conjunto de opções *a priori*, tampouco um número específico de opções, que possa definir uma situação ou um nível de sucesso considerado universalmente válido. O volume de opções e o grau de proliferação delas dependem de duas variáveis, que podem ou não estar conectadas, ou serem interdependentes, em qualquer situação. A primeira

variável é o *gerenciamento de circunstâncias em transformação*, e a segunda, a *presença de opções que outro grupo possui e pratica*.

O gerenciamento de circunstâncias em transformação

Quando um grupo, ao ser afetado por mudanças, não produz novas opções para superá-las, o que pode acabar repercutindo negativamente dentro dele mesmo, dizemos que ele precisa gerenciar as circunstâncias em transformação. Isso não significa que, se o grupo insistisse em não produzir novas opções, ele não sobreviveria, mas apenas que não teria prosperidade, ou seja, não obteria sucesso. É um senso relativamente comum dizer que as mudanças, em especial as mais profundas, sempre forçam os grupos humanos a produzir medidas apropriadas. Entretanto, a história está repleta de exemplos de entidades que ou não foram capazes ou se recusaram a introduzir novas opções na sua vida e, portanto, na sua cultura. Muitas delas mal conseguiram sobreviver; outras simplesmente foram empurradas para a miséria. Se antes da mudança elas eram prósperas, depois dela essas entidades se tornaram decadentes.

Essa incapacidade, ou recusa, não é simples de explicar. As circunstâncias históricas podem ser ilusórias, e nós, enquanto pesquisadores, podemos ter uma compreensão limitada desses eventos. Como compreender, por exemplo, a situação dos mamelucos no Egito, em 1516, quando foram confrontados e derrotados pelo exército otomano? De acordo com a maioria dos historiadores, os mamelucos — que foram a nação mais poderosa do Oriente Médio por trezentos anos (1258-1517) — recusaram-se a utilizar canhões contra os otomanos porque para eles era uma arma “desonrosa”. Em outras palavras, acredita-se que a entidade mameluca que vivia na Síria e no Egito se recusou a utilizar um instrumento necessário para sua própria sobrevivência física, em respeito ao seu modo de vida tradicional.² Entretanto, não podemos ter certeza de que essa é a interpretação correta das circunstâncias. Talvez a superioridade avassaladora dos otomanos derivasse de um estoque muito maior de opções avançadas, dentre as quais o canhão era apenas um — e o maior — componente, de modo que os mamelucos simplesmente não teriam tido condições de incorporá-lo. Aqui, esteve

² Fernand Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, p. 667.

presente a incapacidade de gerar ou fornecer novas opções em situações de mudança, mas em tal escala que a presença dos canhões poderia não ter alterado o resultado histórico. Como um resenhista anônimo resumiu no *The Economist*:

Os 20 000 mamelucos confiaram em táticas e equipamentos aperfeiçoados ao longo século XIII. Os altamente treinados arqueiros a cavalo que formavam o cerne de seu exército não eram páreo para os soldados de infantaria otomanos, que empunhavam os recém-inventados arcabuzes, tampouco para a mortal artilharia leve dos turcos. A logística dos otomanos, com pelotões especiais de transporte, engenharia, suprimento de comida e cirurgia, possibilitou manter 60 000 homens no campo. [...] Os otomanos também representavam um novo padrão de pensamento. O regime que eles substituíram eram feudais e mercenários. No âmbito mameluco, os não muçulmanos não tinham sido mais do que apenas tolerados. Os otomanos tinham um outro jeito de olhar as coisas.³

Ainda mais intrigante é o caso dos tasmânicos. Acredita-se que eles perderam seu poder de resistência porque relutaram — entre outras coisas — em comer peixe quando o homem branco impediu seu acesso a outros recursos básicos.⁴ Há também o argumento de que a principal razão de seu desaparecimento foram os cruéis massacres perpetuados pelos invasores coloniais. Eles não possuíam nem mesmo as ferramentas e armas que, naquele momento, estavam à disposição dos aborígenes australianos, com os quais haviam perdido qualquer contato dez mil anos antes da chegada dos europeus. Acredita-se que os beothuks de Terra Nova tenham perecido porque eram incapazes de estabelecer trocas com os invasores europeus, ou de gerar recursos alternativos sustentáveis para compensar aqueles que haviam

³ No original: “The 20,000 Mamluks relied on tactics and equipment perfected in the 13th century. The highly trained, horse-mounted archers at the core of their army were no match for Ottoman foot-soldiers wielding new-fangled arquebuses, nor for the Turks’ deadly light artillery. The Ottomans’ logistics, with separate corps for transport, engineering, food supply and surgery, enabled them to keep 60,000 men in the field. [...] The Ottomans also represented a new kind of thinking. The regimes they replaced were feudal and venal. In the Mamluk realm, non-Muslims had been tolerated, but only just. The Ottomans had a different vision” (*The Economist Magazine: Special Millennium Edition*, vol. 353, n. 8151, 31 dez. 1999, p. 68).

⁴ Jared Diamond, “Ten Thousand Years of Solitude”, *Discover*.

perdido.⁵ A comparação com outras tribos nativas americanas, argumentam alguns historiadores, demonstra que a capacidade que os micmac de Cabo Breton tinham de desenvolver relações de troca com facilidade foi o que provavelmente os salvou da extinção.

Em qualquer um desses exemplos, e em muitos outros similares a eles, podemos apontar várias causas para sua suposta deficiência. Algumas causas não têm nada a ver com as preferências culturais citadas acima, mas, mesmo quando elas podem ser explicadas pela negação de líderes em permitir mudanças no repertório de seu grupo por alguma razão extravagante, todas elas têm um aspecto de sobrevivência cultural, se o novo componente tiver sido identificado como uma ameaça para a situação contemporânea da cultura. Em geral, parece que não estivemos atentos o suficiente para o esforço, por vezes extremo, empregado pelos grupos para impedir que se desintegrassem em um aglomerado de indivíduos cujo repertório cultural não é nem mesmo parcialmente comum. Enquanto em vários casos assim a sobrevivência pode ser explicada, com seriedade ou cinismo, tendo em vista o esforço contínuo para manter o poder, em muitos outros, a única explicação é a solidariedade do grupo e a tentativa de mantê-lo unido, baseando-o em uma cultura compartilhada. Resumindo, *sucesso* é a capacidade dos grupos de fornecer, ou de gerar — com a ajuda de quaisquer meios acessíveis — opções novas ou alternativas.

A presença de opções que outro grupo possui e pratica

Se um grupo é ativamente exposto a opções praticadas por outro grupo, quanto mais essas opções estiverem associadas a um melhor acesso a recursos, maior é a probabilidade de que o grupo exposto venha a adotá-las. Existem muitos fatores que regem as chances de transferência de opções de uma cultura para outra,⁶ mas o que mais conta é se as opções praticadas por outro grupo podem colocar o grupo exposto a elas em uma perigosa situação de inferioridade. Na perspectiva da maioria dos pesquisadores, o tipo de relação que se estabelece nessa circunstância é a da competição. Enquanto algumas situações de

⁵ Ralph Pastore, *The Beothuks*; e Ingeborg Marshall, *The Beothuk*.

⁶ Itamar Even-Zohar, “Leis da interferência cultural”, *Ipotesi: Revista de estudos literários*.

competição podem ser inofensivas, outras fazem com que o grupo exposto se deteriore rapidamente.

Vamos usar um exemplo conspícuo da história mundial: para os antigos egípcios, a introdução compulsória de cavalos e bigas, feita pelos hicsos no século XVII a.C., constituiu um momento decisivo em sua história. Obviamente, como aponta Bennett, “as antigas bigas puxadas por mulas ou bois não tinham chances contra os novos e velozes veículos a cavalo”.⁷ A importação de bigas e cavalos, portanto, possibilitou aos egípcios a *manutenção de uma competitividade equilibrada com outros grupos*, notoriamente com os hititas e os mesopotâmicos. Esse equilíbrio da competição permitiu que os egípcios não fossem derrotados na batalha de Cades (c. 1275 a.C.) pelo formidável exército hitita de 2 500 bigas, um evento que eles consideraram vitorioso.⁸ Isso possibilitou, ainda que somente onze anos depois, que as duas partes finalmente chegassem a um acordo: egípcios e hititas assinaram um tratado de paz memorável, encerrando uma luta ancestral. Não menos importante, a adoção do cavalo e da biga trouxe consigo uma ampla gama de novas opções para os egípcios, profissões iam surgindo à medida que novas habilidades eram requeridas. Estas incluíam conhecimento sobre cavalos e bigas e construção de rodas —⁹ o que, por sua vez, aumentou o número de gêneros alimentícios que eram cultivados.

A transferência de repertório de um grupo para o outro, como forma de proliferar o repertório de opções domésticas, sempre foi um processo importante na história humana. Como diz Diamond, “a competição entre as sociedades humanas que estão em contato umas com as outras é o que move a invenção de novas tecnologias e a disponibilidade contínua delas”;¹⁰ a palavra “tecnologia” pode ser facilmente substituída pelo termo mais geral “repertório”. Claro que estar “em contato”, em contraposição a estar isolado, é uma precondição para qualquer fluxo de opções entre grupos humanos.

⁷ No original: “The old chariots pulled by mules or oxen did not stand a chance against the swift new horse-vehicles” (Dirk Bennett, “Chariot Racing in the Ancient World”, *History Today*).

⁸ Cf. Donald Redford, *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*, p. 184-185.

⁹ Alberto Rovetta et al., “The Chariots of the Egyptian Pharaoh Tut Ankh Amun in 1337 BC”, *Mechanism and Machine Theory*.

¹⁰ No original: “[...] competition between human societies that are in contact with each other is what drives the invention of new technology and the continued availability of technology” (Jared Diamond, “How to Get Rich”, *Edge*).

Em suma, para um grupo ter sucesso, ele precisa ser capaz de manter um equilíbrio competitivo com outros grupos, o que só se consegue com a proliferação do repertório de opções disponíveis para si.

Quem é capaz de proliferar opções ao fomentar novas ideias?

O que significa, em termos práticos e concretos, um grupo ser ou não capaz de gerar e fornecer novas opções ou alternativas? A quem pertence essa capacidade?

No dia a dia, a avassaladora maioria das pessoas, de qualquer grupo, não tenta elaborar novas opções para si ou para o grupo, nem sequer reflete sobre isso. A principal preocupação das “pessoas comuns” é seguir em frente com sua vida amparadas pelas opções culturais com as quais já estão familiarizadas. Certamente, repetir um dado repertório é continuar confirmando sua validade; portanto, pode-se dizer que as pessoas recriam diariamente sua cultura, negociando-a entre si permanentemente.¹¹ Se dominar o repertório vigente de maneira satisfatória já não é uma questão simples, haja vista que muitos indivíduos mal conseguem fazê-lo, imaginem o quão difícil é gerar novos itens para esse repertório. Durante muito tempo, a vida tem se limitado ao âmbito do conhecido e do familiar — e ainda é assim para um vasto número de pessoas ao redor do mundo. Bernard Reilly descreve do seguinte modo a vida das pessoas na Espanha medieval: “Naquele tempo, a imensa maioria das pessoas vivia em três mundos mentais. O primeiro era a natureza, da qual eram muito próximas. O ciclo vegetal — vida, morte e vida de novo — era o que fornecia seu sustento, condicionava sua vida cotidiana e dominava suas imagens mentais. Nele, tudo estava em movimento e nada continuava o mesmo”.¹²

¹¹ John Davis, “Social Creativity”, *When History Accelerates: Essays on Rapid Social Change, Complexity and Creativity*.

¹² No original: “The overwhelming majority of people, then, lived in three mental worlds. The first was constituted by the nature to which they lived so close. It was the vegetative round of life, death, and life again that provided their sustenance, conditioned their everyday life, and dominated their mental images. In it everything was in motion but nothing ever changed permanently” (Bernard Reilly, *The Medieval Spains*, p. 153).

Diante desse cenário, é possível dizer que, quando há necessidade de novas opções, considerando as variáveis descritas acima, *a maioria das pessoas não está equipada com as aptidões necessárias para fornecê-las*. A atividade de pensar, gerar ou fornecer opções novas tem sido sempre a tarefa de um “pequeno e dedicado grupo de cidadãos atenciosos e comprometidos” (para utilizar a famosa expressão de Margaret Mead).¹³ Essas opções estão relacionadas a todos os elementos da vida, como relações familiares, papéis de gênero, hierarquias sociais, princípios governamentais e organização sociais, métodos de escrita e de elaboração de textos, bem como a domesticação de animais e gêneros alimentícios.

Esse “pequeno e dedicado grupo de cidadãos” envolvido na formulação, fornecimento e geração de novas opções surgiu nos primórdios da história. Há muitas evidências indiretas disso, pelo menos desde que os humanos se tornaram sedentários. No entanto, é somente do período histórico mais próximo, a partir do terceiro milênio antes do nascimento de Cristo aproximadamente, que temos notícias mais precisas sobre a existência de grupos e indivíduos com mais voz do que outros, que são capazes de projetar modos de vida para além de si mesmos. De modo geral, essas são as pessoas que, ao assumirem o poder — normalmente como parte de um grupo, ou mesmo quando o poder está concentrado em poucas mãos —, conseguem colocar suas ideias em ação; ideias que frequentemente tangenciam muitos aspectos da vida. Essas pessoas, quando não estão envolvidas somente no exercício do poder, mas também na produção de opções até então inéditas, podem ser vistas como dedicadas elaboradoras de práticas futuras, proliferando, assim, o estoque de opções disponíveis para seu grupo e contribuindo para seu sucesso. Elas também colaboram para a construção de culturas que moldam a vida dos grupos que controlam, ao mesmo tempo em que se vangloriam por isso, mesmo que as ideias não sejam necessariamente suas. A propósito, esses esforços têm sido bem-sucedidos, de maneira que podemos detectar na sabedoria popular de grupos ao redor do mundo a contribuição desses excepcionais — e às vezes lendários — indivíduos. Por trás dos registros disponíveis, podemos perceber, mesmo que sutilmente, que esses indivíduos conviveram com pessoas que os criticaram e sugeriram a eles novas opções. É nesse contexto que a história de Jetro, que toma a liberdade de criticar a

¹³ No original: “a small group of thoughtful, committed citizens”.

postura do seu genro Moisés, parece-me muito instrutiva. Eis como ela está registrada no Êxodo:

No dia seguinte, assentou-se Moisés para julgar o povo; e o povo estava em pé diante de Moisés desde a manhã até o pôr-do-sol. E o seu sogro, vendo tudo o que ele fazia com o povo, disse: “Que é isso que fazes com o povo? Por que te assentas sozinho, e todo o povo está em pé diante de ti, desde a manhã até o pôr-do-sol?” Respondeu Moisés ao sogro: “É porque o povo vem a mim [...]. Quando tem uma questão, vêm a mim. Julgo entre um e outro [...]”. O sogro de Moisés lhe disse: “Não é bom o que fazes! Certamente desfalecerás, tu e o povo que está contigo, porque a tarefa é muito pesada para ti; não poderás realizá-la sozinho. Agora, pois, escuta o conselho que te darei [...]: escolhe do meio do povo homens capazes, tementes a Deus, seguros, incorruptíveis, e estabelece-os como chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez. Eles julgarão o povo em todo tempo. Toda causa importante a trarão a ti, mas toda causa menor eles mesmos julgarão. Assim será mais leve para ti, e eles levarão a carga contigo. Se assim fizeres, e Deus to ordenar, poderás então suportar este povo, que por sua vez tornará em paz ao seu lugar”. Moisés seguiu o conselho de seu sogro, fez tudo o que ele havia dito.¹⁴

Jetro, personagem mais simbólico-representativa do que histórica, não é, contudo, um indivíduo singular na história. Gradualmente, pessoas audaciosas foram emergindo fora do grupo dominante, ou pelo menos fora da comitiva imediata aos detentores do poder. Essas pessoas começaram a elaborar ideias com o propósito de criar novos e diferentes grupos ou, em menor medida, de moldar a cultura dos grupos aos quais pertenciam. A novidade a respeito delas era que não aspiravam ao poder, embora pudessem ter permanecido completamente obscuras para nós caso não tivessem pelo menos um pouco dele, ou uma forma diferente dele. Isso eventualmente resultou em conflito com os verdadeiros detentores do poder e em graves consequências para elas, como a morte ou a perda de sua propriedade ou de sua família. Meu argumento é o de que elas foram as primeiras pessoas da história mundial a se autodenominarem elaboradoras de ideias e a se

¹⁴ Êxodo, 18,13-24.

dedicarem integralmente a essa atividade, sem que fossem incumbidas por alguém de fazer isso.

Creio que as primeiras figuras desse tipo são os profetas hebraicos, pessoas que conhecemos pelos nomes de Amós, Isaías — século VIII a.C. — e Jeremias — séculos VII e VI a.C. Apesar de sua audácia, eles precisaram legitimar suas ideias subversivas dizendo que eram agentes de uma autoridade maior, o governante invisível do universo; mas, ao afirmarem isso, também precisavam dar a essa autoridade um poder muito além do que seus contemporâneos acreditavam que ela tinha. O deus de um grupo foi transformado no governante universal cuja autoridade se estendia além das fronteiras do território nacional — uma nova concepção que impactou o conceito de certo e errado.¹⁵

O próximo grupo de elaboradores de ideias surgiu na Grécia, no final do século V a.C., e teve em Sócrates (470?-399 a.C.) o seu principal representante. Ao dizerem que suas ideias não precisavam mais de legitimação divina, eles antecipavam os elaboradores da classe moderna e assumiam a responsabilidade por seu pensamento, certos de sua capacidade, como seres humanos, de elaborar ideias próprias com critérios que poderiam ser criados e negociados pelo cérebro humano.

Elaboradores de ideias conversíveis em opções

Em vários momentos do meu trabalho, parecia-me que o termo “intelectual” poderia ser utilizado, com algumas modificações, para denotar esse tipo de indivíduo capaz de elaborar novas opções por meio da reflexão. O problema é que seu emprego nesse contexto não é compatível com alguns hábitos vernaculares e acadêmicos. Em ambos os casos, esse termo é usado para referir-se sobretudo a quem é “culto”, “erudito” ou “de instituições acadêmicas”, e mesmo como sinônimo de “cientista”. Em outros contextos, ele é combinado com a palavra “público” para denotar aquelas pessoas públicas que expressam ideias já validadas como “preferenciais”. Mas seu uso mais comum é para indicar qualquer pessoa que exerce um tipo de

¹⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre esse assunto, ver “Os intelectuais na antiguidade”, nesta coletânea, p. 109.

trabalho mental, seja como profissão ou por vontade própria. E nada disso é o que venho tentando descrever. Existem inúmeros tipos de “intelectuais” que definitivamente *não* têm as capacidades mentais de produzir ideias que podem ser convertidas em novas opções ou alternativas para o repertório cultural de grupos sociais. Isso não significa que eles nunca foram capazes de fazer isso, ou que não tenham desempenhado esse papel antes — isso explicaria por que continuam acreditando nessa imagem que têm de si —, mas que, de modo geral, eles deixaram de sê-lo ou de desempenhá-lo em algum passado remoto ou recente.

Em boa parte da tradicional discussão sobre o que é um intelectual, muita ênfase é colocada na primeira parte da minha formulação, ou seja, nas “capacidades mentais de produzir ideias”, mas pouca ou nenhuma atenção tem sido direcionada à qualificação dessas ideias como produtos espirituais que “podem ser convertid[o]s em novas opções ou alternativas”. Gostaria de argumentar que, qualquer que seja o rótulo que coloquemos nessas pessoas, nós precisamos tomar ambas as partes da minha formulação como condições necessárias para identificar o intelectual dentre os outros tipos de trabalhadores mentais. Isso vai esclarecer, espero, a conexão entre determinadas ideias e a realidade sociocultural. Nesse sentido, as pessoas que demonstram grande conhecimento e sabedoria, que se sobressaem no trabalho científico, ou que expressam os sentimentos do grupo ao qual pertencem de forma excepcional, embora sejam frequentemente reconhecidas como intelectuais, não pertencem à categoria de “elaboradores de ideias como inventores de opções”, a não ser que produzam algo que dê origem a processos inéditos. O fato histórico de que muitos tipos de pessoas que trabalham com reflexão em geral suportam mais dificuldades pode ser um resultado inevitável de sua atividade em certas sociedades, mas essas dificuldades não podem servir como critério para identificar esse tipo de elaboradores de ideias que estou discutindo aqui. É por isso que sugiro deixar o termo “intelectual” para o mercado usar e doravante me referir ao tipo de atores aqui discutidos pelo termo pouco elegante, mas claro, “elaboradores de ideias como inventores de opções”, ou “elaboradores de ideias”, em versão abreviada.

Elaboradores de ideias como inventores de opções e empreendedores culturais

Até que ponto os elaboradores de ideias têm se empenhado em produzir ideias mais do que em promovê-las? Se por “promover ideias” entendemos falar sobre elas e tentar disseminá-las, sem dúvida a maioria dos elaboradores de ideias de que temos notícia agiu sozinha ou através de alguns agentes próximos. Embora a história mundial esteja, com certeza, repleta de pensadores solitários, eles não podem ser considerados elaboradores de ideias no sentido aqui proposto. Por outro lado, se entendemos a promoção de ideias como um tipo de atividade cuja finalidade é concretizá-las e fazê-las serem não somente ouvidas e aceitas, mas também convertidas em realidade sociocultural com sua implementação no repertório ativo do respectivo grupo, então perceberemos que os elaboradores de ideias estão claramente divididos, ao longo da história, entre aqueles que estão engajados sobretudo em produzir e pregar suas ideias e aqueles que, além de fazerem isso, trabalham ativamente para implementar essas mesmas ideias.

Esse último tipo, o qual podemos chamar de “elaboradores de ideias ativos”, na realidade também assume o papel de *empreendedores culturais*. Esse não é um termo normalmente utilizado nas ciências humanas. “Empreendedor” descreve, na economia, pessoas engajadas na geração de novas ideias e na iniciativa real de implementá-las, com propósitos somente econômicos. Embora seja um conceito antigo (que provavelmente remonta aos fisiocratas franceses do século XVIII),¹⁶ ele sofreu resistências antes de ser incorporado pelo pensamento teórico-econômico convencional. Em 1986, Mark Blaug queixou-se:

É um absurdo que hoje em dia os alunos de economia passem anos estudando antes de ouvirem o termo “empreendedor”, que cursos de desenvolvimento econômico façam listas exaustivas de fatores que impedem ou aceleram o crescimento econômico sem mencionarem as condições sob as quais o empreendedorismo definha ou floresce, e que as comparações aprendidas entre “socialismo” e “capitalismo”

¹⁶ Robert Formani, “The Engine of Capitalist Process: Entrepreneurs in Economic Theory”, *Economic & Financial Review*.

sejam virtualmente omissas quanto ao papel do empreendedorismo em regimes de posse coletiva em vez dos de posse individual.¹⁷

Da mesma forma que o papel vital dos elaboradores de ideias é pouco reconhecido em várias tradições da pesquisa social e histórica, importantes tradições de análise econômica também os rejeitaram. As teorias econômicas marxistas não podiam mesmo aceitar o papel de indivíduos como grandes geradores de mudança em qualquer domínio da vida social. “Para Marx, o processo dos negócios corre substancialmente sozinho”, afirma Schumpeter, um dos teóricos modernos fundadores do empreendedorismo, “sendo que a única coisa necessária para ele funcionar é o suprimento adequado de capital”.¹⁸

Hoje parece não haver mais controvérsia entre os economistas sobre a utilidade do conceito de empreendedorismo como ferramenta adequada de análise. O empreendedorismo também é ensinado como profissão prática. Essa mudança conceitual, no entanto, é atribuída não a um desenvolvimento do pensamento acadêmico, mas à “profunda mudança no ambiente competitivo”,¹⁹ como argumenta Gary Hamel; uma mudança que, de acordo com ele, criou uma situação na qual,

Indústria após indústria, são os revolucionários — normalmente principiantes — que estão criando a nova riqueza. [...] A questão parece incontestável: em um mundo descontínuo, a inovação de estratégia é a chave para a criação de riqueza. Inovação de estratégia é a capacidade de repensar o modelo industrial existente de maneira

¹⁷ No original: “It is a scandal that nowadays students of economics can spend years in the study of the subject before hearing the term ‘entrepreneur,’ that courses in economic development provide exhaustive lists of all the factors impeding or accelerating economic growth without mentioning the conditions under which entrepreneurship languishes or flourishes, and the learned comparisons between ‘socialism’ and ‘capitalism’ are virtually silent about the role of entrepreneurship under regimes of collective rather than private ownership” (Marc Blaug, *Economic History and the History of Economics*, p. 229).

¹⁸ No original: “[...] for Marx the business process runs substantially by itself, the one thing needed to make it run being an adequate supply of capital” (Joseph Schumpeter, *History of Economic Analysis*, p. 530).

¹⁹ No original: “profound change in the competitive environment” (Gary Hamel, “Strategy Innovation and the Quest for Value”, *Sloan Management Review*).

que novos valores sejam criados [...]. A inovação de estratégia é a única maneira de os principiantes serem bem-sucedidos frente a enormes desvantagens de recursos, e a única forma de incumbentes renovarem sua concessão de sucesso. E se a métrica do sucesso corporativo for redefinida como participação na criação de nova riqueza dentro de algum domínio mais amplo de oportunidade — como energia, transporte, comunicação, computação e assim por diante —, o imperativo da inovação é inescapável.²⁰

Embora essa seja, a meu ver, uma análise muito estimulante, existem duas falhas, ou pontos fracos, na argumentação proposta por Hamel e em várias outras que seguem a mesma direção.

O *primeiro ponto fraco* é que aquilo que nos parece uma rápida e empolgante mudança de ritmo pode parecer algo muito menos drástico aos olhos das próximas gerações, como costuma acontecer quando observamos eventos de algum passado remoto que nos parecem incrivelmente lentos. Como venho tentando argumentar neste texto, sem os inventores de opções novas e de alternativas, nada teria acontecido na história mundial. A drástica implementação do uso de grãos e animais, a invenção da foice (entre 13 000 e 10 000 anos a.C.) e a adoção de sistemas de escrita não foram mais drásticas do que as modernas invenções tecnológicas. Além disso, agora a perspectiva da maioria dos estudiosos da pré-história é que essas inovações não ocorreram de forma lenta e gradual, mas foram introduzidas em curtos períodos de tempo, uma perspectiva sustentada por evidências arqueológicas e mais compatível com a hipótese do empreendedorismo do que com a ideia do surgimento espontâneo e impessoal de novas opções. Em suma, a “inovação de estratégia”, que como termo pode ser substituída sem problemas por “inauguração/visualização de novas opções”, é mais intensa em certos

²⁰ No original: “In industry after industry, it is the revolutionaries — usually newcomers — who are creating the new wealth. [...] The point seems incontestable: in a discontinuous world, strategy innovation is the key to wealth creation. Strategy innovation is the capacity to reconceive the existing industry model in ways that create new value [...]. Strategy innovation is the only way for newcomers to succeed in the face of enormous resource disadvantages, and the only way for incumbents to renew their lease on success. And if one redefines the metric of corporate success as share of new wealth creation within some broad opportunity domain — e.g., energy, transportation, communication, computing, and so on — the innovation imperative becomes inescapable” (ibid., p. 7-8).

períodos do que em outros, mas sempre foi um importante fator na dinâmica das sociedades humanas.

O segundo ponto fraco é que ver o empreendedorismo econômico somente em termos econômicos pode esconder muitos elementos que participam ativamente não só do ambiente das atividades empreendedoras, mas que também figuram como recursos integrados do comportamento do empreendedor. O inventário de opções disponíveis está intimamente ligado às soluções para substituições, o que torna a conexão entre o contexto mais amplo da cultura e as capacidades de um empreendedor em potencial um fator indispensável para qualquer análise adequada. Além disso, o que foi apresentado como um empreendimento econômico pode produzir um número maior de consequências no contexto sociocultural mais amplo. Por outro lado, os economistas infelizmente têm ignorado o impacto avassalador do trabalho realizado pelos elaboradores de ideias e empreendedores culturais para fazer as opções proliferarem, incluindo as inovações claramente econômicas.

Algumas críticas às definições estreitas de empreendedorismo e de sucesso já foram objeto de clamor por membros de dentro do círculo do comércio. Por exemplo, Paula Kantor, em um estudo sobre mulheres empreendedoras no sul da Ásia, afirma em alto e bom som:

A maioria dos estudos sobre a performance de empreendimentos mensura o sucesso através de resultados exclusivamente econômicos [...]. As medidas incluem o tamanho da firma, a mudança no número de empregados, o crescimento nas vendas ou da renda, a produtividade e o retorno. Essa definição estreita de sucesso destaca somente as motivações econômicas para ser trabalhador autônomo, o que tende a encaixar-se no modelo masculino de trabalho autônomo [...]. Ela não reflete tão bem a motivação das mulheres para começar um negócio, entre elas uma renda mais alta, mais oportunidades de progredir no mercado de trabalho, meios de melhorar a vida da família, autorrealização e uma habilidade maior de equilibrar o trabalho e os papéis domésticos. [...] Entre mulheres pobres, tanto em países desenvolvidos quanto em países subdesenvolvidos, o trabalho autônomo também é percebido como meio de empoderamento através do qual elas podem reduzir

sua dependência do Estado ou dos membros masculinos da família ao obterem o controle sobre sua própria renda.²¹

Acredito que Kantor tenha exagerado em sua distinção entre as aspirações de homens e mulheres. O desejo, atribuído por ela às mulheres, de “uma renda mais alta”, assim como a criação de “mais oportunidades de progredir” aplica-se perfeitamente à essência do trabalho intelectual e empreendedor ao longo da história. Mas esse não é o foco aqui; o foco é que Kantor reconhece que o propósito do trabalho empreendedor, e parte de suas consequências, não pertence inteiramente ao domínio econômico. Isso significa que a noção de empreendedorismo nas teorias econômicas pode e deve ser ampliada para englobar o contexto sociocultural. Em termos concretos, isso significa que analistas econômicos deveriam compreender que não somente uma iniciativa econômica pode ter consequências para além da economia, mas que o trabalho intelectual em geral, que não é motivado pela economia, pode influenciar nela em pelo menos dois níveis. O primeiro é a atividade direta dos elaboradores de ideias engajados em desenvolver ideias que podem ser convertidas em opções; o segundo são as consequências socioculturais gerais do trabalho intelectual, que podem frequentemente desempenhar um papel na elaboração do ambiente — o meio e a atmosfera — necessário para o próprio empreendedorismo. Por outro lado, já passou da hora de o estudo sobre a definição do termo “intelectual” deixar de ser uma preocupação exclusiva dos pesquisadores da história das ideias.

²¹ No original: “Most studies of enterprise performance measure success through economic outcomes alone [...]. The measures include size of firm, change in number of employees, growth in sales or income, productivity, and returns. This narrow definition of success highlights only economic motivations for entering into self-employment, which tends to fit the male model of self-employment [...]. It does less well in reflecting women’s motivations for starting a business, which include a desire for greater income as well as creating more opportunities for advancement than in the labor market, improving a family’s livelihood position, self-fulfillment, and a greater ability to balance work and family roles [...]. Amongst poor women in both developed and developing nations, self-employment also is perceived as a means of empowerment through which women can reduce their dependence on the state or on male family members by gaining control over their own income [...]” (Paula Kantor, “Gender, Microenterprise Success and Cultural Context: The Case of South Asia”, *Entrepreneurship: Theory and Practice*, p. 132-133).

Elaboradores de imagens da vida

Enquanto a elaboração de ideias e o trabalho empreendedor se manifestam, de modo geral, em ideias explícitas e diretas, a elaboração de novas opções também tem sido realizada ao longo da história através de imagens, de metáforas e da representação de modelos de vida alternativos, diferentes ou novos. Tais produtos semióticos já estavam presente na escrita nos primórdios da história. Enquanto muitos deles ajudaram a reforçar o controle sociocultural ao promoverem interpretações preferenciais de circunstâncias da vida, outros iam de encontro com as preferências predominantes. Como muitos produtos intelectuais, essas imagens podiam se chocar contra as opções de vida aceitas então ao mostrarem que havia outras possibilidades. Claro que me refiro à vasta atividade hoje chamada de “literatura”, e à variedade de textos que conhecemos por poesia, ficção e drama. Isso também se aplica facilmente a mídias similares e paralelas como o audiovisual.

Do ponto de vista do assunto que estou discutindo aqui, esses produtos podem ser descritos de forma mais adequada como “imagens da vida”. Uma das principais conquistas dos chamados semióticos russos — tais como Lotman, Uspenskij e Ivanov — foi a análise da literatura como uma grande contribuinte na elaboração de “modelos potenciais de vida”. Eles nos indicaram o caminho para entender a atividade literária como uma grande indústria capaz de fornecer ferramentas tanto para compreender a vida real quanto para atuar nela. Isto é, produtos como textos de ficção e poesia fornecem não somente explicações, justificativas e motivos, mas também — e às vezes sobretudo — planos (ou “roteiros”) de ação na vida real. As pessoas que leem esses produtos ou assistem a eles não apenas recebem em troca concepções e imagens coerentes do que supostamente é a “realidade”, como também extraem deles instruções práticas para o comportamento diário. Assim, os textos propõem não somente modos de se comportar em situações específicas, mas modos de organizar a vida: quando e como executar várias opções. Por exemplo, apaixonar-se, comer muito ou pouco, casar-se, ter filhos, trabalhar ou evitar o trabalho, sentir-se feliz em morrer pela pátria.

A validade dessa função vai, claro, até certo limite; já que fornecer essas ferramentas não é sempre o principal propósito dessa indústria, por isso mal-entendidos têm sido frequentes. *Dom Quixote* de Cervantes e *Madame*

Bovary de Flaubert são dois dos exemplos disso. O mesmo vale para o status dos produtores, que por vezes, especialmente nos últimos tempos, têm sido confundidos com elaboradores de ideias e acabam por incorporar seus privilégios e suas privações. É devido a certa coincidência histórica, que vem desde a Renascença italiana, que os elaboradores de imagens da vida têm sido identificados por toda parte como intelectuais, e os intelectuais como elaboradores de ideais e inventores de opções. Assim como filósofos e outros pensadores podem ou não ter atuado como elaboradores de ideias, o mesmo ocorre com os elaboradores de imagens da vida — escritores, poetas, pintores, compositores, cineastas e outros —, que podem ou não ter atuado como intelectuais. É nossa tarefa examinar em cada período histórico específico se o trabalho deles produziu imagens que serviram como fonte para as ideias que puderam ser convertidas em novas opções e alternativas. No entanto, mesmo se essas imagens serviram somente para promover, encorajar ou tornar mais práticas e compreensíveis as propostas por vezes abstratas de elaboradores de ideias e empreendedores, seu status e sua função como proliferadores, ao menos em regime parcial, de opções precisam ser reconhecidos também.

Em momentos de grande opressão, quando os intelectuais de diversos tipos precisam se esconder ou se exilar, os elaboradores de imagens da vida, poetas e contadores de histórias, que não são identificados pelo opressor como perigosos, ainda podem produzir opções diferentes e criticar um governante disfarçadamente. Em poemas escritos para crianças, em que um crocodilo, uma pulga e baratas oprimiam a sociedade, o poeta russo Kornei Tchukóvski — para citar um dentre milhares de exemplos — insinuava que a tirania não duraria para sempre, e que um admirável mundo novo brilhava além do horizonte. Muitos movimentos nacionais importantes dos séculos XIX e XX tiveram na poesia sua única alternativa para expressar novas preferências. Frequentemente, os próprios poetas, tais como Rosália de Castro da Galiza, tornaram-se símbolos dessas ideias implícitas que só seriam trazidas à luz por intelectuais e empreendedores da posteridade. Por outro lado, também há muitos exemplos de poetas e escritores que se tornaram empreendedores culturais ativos, que com frequência utilizavam o capital simbólico que haviam acumulado através da escrita imaginativa em prol do

empreendedorismo eficiente.²² Isso não significa que essas pessoas puderam escapar da prisão só por aquilo que hoje considerariamos sugestões humildes para um mundo diferente. E quanto mais pitoresca a pessoa é, mais provável que enfrente medidas drásticas, como pode ser ilustrado no infame caso de Aleksandr Púchkin, cuja morte em um duelo foi planejada pelo czar da Rússia e pelo chefe de gabinete de seu exército.²³

A indústria de ideias e quem são aqueles que assumem papéis nela

O conjunto de atividades desempenhadas pelos elaboradores de ideias, empreendedores culturais e elaboradores de imagens da vida pode ser concebido como uma indústria, tendo em vista que elas repercutem na vida dos indivíduos e dos grupos. Já argumentei que essa indústria não é insignificante, pelo contrário, ela é uma pré-condição para sociedades existirem e serem capazes de competir com outras sociedades. Ela pode ser chamada de “indústria de ideias para a proliferação de opções”. Gostaria de enfatizar que, por conta das imagens históricas que já estão estabelecidas — claramente elaboradas e promovidas por vários lobbies profissionais de intelectuais e artistas —, nós temos tendência de confundir as pessoas que poderiam ter exercido uma atividade específica em algum momento do passado com aquelas que continuam nessa atividade mas não são mais atuantes, nem capazes de gerar quaisquer consequências no repertório cultural em termos de proliferação de opções. Posso estar errado, mas creio que, como em qualquer indústria, se as pessoas continuam produzindo ideias ou tomando iniciativas sem quaisquer consequências para o sucesso, então elas não fazem mais parte dessa indústria, ou a indústria com a qual estão comprometidas não fabrica mais produtos eficazes. Refiro-me àqueles que desempenham profissões historicamente associadas a intelectuais e empreendedores culturais mas que podem não ser aqueles que propõem e visualizam novas opções ou alternativas. Eu diria que eles ainda podem fazer “barulho” e estimularem a

²² Sobre o papel e a contribuição da literatura na elaboração de entidades, ver “Soluções datadas e a indústria de ideias”, nesta coletânea, p. 117.

²³ Roman Jakobson, *Pushkin and His Sculptural Myth*.

elaboração de “energia geral”, sem a qual o grupo pode cair em vários graus de estagnação, mas que deixaram de contribuir para o sucesso. Essas pessoas talvez até tenham sido incorporadas às forças que rejeitam novas opções e abominam mudanças.

É, portanto, nossa tarefa, enquanto pesquisadores da cultura, tentar localizar, em cada grupo específico e em cada momento específico, quem são essas pessoas na indústria de ideias. Sabemos que, ao longo do século XIX, as pessoas que falavam sobre gramática e ortografia ainda não adotadas, filólogos e historiadores, filósofos e outros pensadores, por vezes estudiosos amadores, participaram intensamente da fabricação de novas opções, que de fato mudaram o estado das coisas — e subsequentemente a vida de muitos indivíduos — em muitos territórios e sociedades. Nós, no entanto, não deveríamos nos limitar apenas a esse grupo de pessoas e seus similares na busca por quem de fato assume esses papéis hoje. Não somente elas podem não mais ser as pessoas envolvidas na chamada indústria cultural — pensadores, filósofos, escritores, artistas —, como também quem procuramos pode estar em algum lugar escondido, oculto do público, desenvolvendo novas opções ou se envolvendo em iniciativas que mudam gradual ou drasticamente a vida das pessoas, através de caminhos bem diferentes daqueles que conhecemos ou vimos no passado. Nesses casos, é preferível atribuir o papel de elaboradores de ideias e empreendedores culturais a estes do que àqueles que simplesmente perpetuam certas atividades que foram eficientes em algum passado recente ou remoto. Em vários países, como a Catalunha, a Escócia e a Islândia, onde os intelectuais foram responsáveis pelo sucesso da sociedade durante o final do século XIX e início do século XX, parece que os elaboradores de ideias que deram origem ao sucesso moderno não são mais do tipo tradicional. Os elaboradores de ideias e empreendedores que têm sido decisivos para esses países parecem pertencer a algum outro pequeno grupo de pessoas, ainda mal identificado.

Talvez a conexão entre a indústria de ideias e o sucesso seja mais visível nos lugares onde ela quase não existe

É a combinação da presença dessa indústria nos casos bem-sucedidos e sua ausência naqueles menos exitosos que pode sustentar — pelo menos

como evidência circunstancial — a hipótese da necessidade, ou mesmo imprescindibilidade, dessa indústria. Em *Living on the Edge*, Lawrence Felt e Peter Sinclair analisam as estratégias de sobrevivência que permitiram à comunidade de Terra Nova dar continuidade à sua vida. Eles avaliam a capacidade dos terranovenses de empregar essas estratégias como uma “adaptação bem-sucedida [...] baseada na flexibilidade, na substituição e cooperação”.²⁴ As palavras de “um ex-pescador que se tornou caminhoneiro”²⁵ descrevem esse tipo de vida: “O que eu faço da vida? Qualquer coisa que aparecer, eu acho. Já pesquei, trabalhei na floresta, construí a escola secundária em Plum Point e dirijo esse caminhão faz cinco anos. Por aqui, você faz o que aparecer”.²⁶

Essas heroicas estratégias de sobrevivência definitivamente não constituem um sucesso no sentido de proliferação de opções. Quando a existência só é possível por meio de improvisos — por mais inteligentes que possam ser — com as poucas opções disponíveis, temos uma clara situação de insucesso. Penso que o fato de os elaboradores de ideias e empreendedores culturais terem sido muito ativos em lugares como a Islândia e ao mesmo tempo completamente ausentes em lugares como Terra Nova tem sido um fator decisivo no sucesso ou insucesso de outros grupos semelhantes. Cabe a outro trabalho a tentativa de explicar em mais detalhes o que acontece nessas sociedades específicas e por que as coisas são desse jeito, mas já é possível ver que mesmo a inacreditável solidariedade social do tipo descrito por Felt e Sinclair não é uma ferramenta que pode aumentar a qualidade de vida e a competitividade de uma sociedade. E infelizmente nenhuma Comissão de Recuperação Econômica federal, tal como a liderada pelo dr. Doug House em Terra Nova,²⁷ pode mudar isso, mesmo quando seu trabalho não é obstruído pela burocracia local.²⁸

²⁴ No original: “successful adaptation [...] based on flexibility, substitution and co-operation” (Lawrence Felt e Peter Sinclair, “Conclusion”, *Living on the Edge: The Great Northern Peninsula of Newfoundland*, p. 210).

²⁵ No original: “a former fisher turned truck driver” (ibid.).

²⁶ No original: “What do I do for a living? I guess anything that comes along. I fished, worked in the woods, built the high school in Plum Point and been driving this truck for five years. Round here, you do whatever is available” (ibid.).

²⁷ John House, *Against the Tide: Battling for Economic Renewal in Newfoundland and Labrador*.

²⁸ Para uma discussão mais profunda sobre a comparação Islândia-Terra Nova, ver “O trabalho ideacional e o sucesso das sociedades”, nesta coletânea, p. 17.

A PLANIFICAÇÃO CULTURAL, A COESÃO E A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES¹

A planificação de uma cultura é um exemplo de criação deliberada de novas opções para a vida social e individual. Aceita-se, de modo geral, que tais opções de alguma forma surjam e se desenvolvam por meio da contribuição anônima de uma infinidade de pessoas desconhecidas. Essa contribuição normalmente é descrita como “espontânea”, ou seja, ela é produto, ou subproduto, da própria interação humana. Acredita-se que itens que emergem espontaneamente são aleatórios. Além disso, o modo pelo qual esses itens se acumulam, se organizam e se transformam em repertórios aceitos é o resultado da livre negociação entre as forças de mercado. O complexo mecanismo através do qual, a partir da livre negociação entre essas forças, determinados grupos

¹ Versão revisada de uma palestra proferida no Colóquio A Criação da Cultura, na Faculdade de Dartmouth entre 22 e 27 de julho de 1994, com uma continuação apresentada no seminário Literatura Galega: Literatura Nacional ou Subalterna?, realizado em Mondonhedo, Galiza, entre 3 e 5 de setembro de 1994. Muito importantes para o aprofundamento desse conjunto de questões foram as várias contribuições posteriores feitas pelo falecido Gideon Toury (“Culture Planning and Translation”, *Anovar/anosar*; “A tradução como meio de planificação e a planificação da tradução”, *Histórias Literárias Comparadas*), que também desenvolveu muitas hipóteses para os Estudos da Tradução, aprimorando algumas e submetendo outras a uma rigorosa análise. Beneficiei-me muito da discussão realizada por ele sobre a planificação da cultura ao revisar o presente texto para incluí-lo no Festschrift em sua homenagem (Itamar Even-Zohar, “Culture Planning, Cohesion, and the Making and Maintenance of Entities”, in Anthony Pym et al. [org.], *Beyond Descriptive Translation Studies: Investigations in Homage to Gideon Toury*, Amsterdã, John Benjamins, 2008, p. 277-292).

adotam ou rejeitam repertórios específicos é a principal questão da agenda de todas as ciências sociais e humanas.

Essa visão, contudo, precisa de várias modificações; não eliminando as ideias de espontaneidade e as negociações mercadológicas, mas reconhecendo que essas mesmas negociações podem, inevitavelmente, levar a ações de planificação. Isso acontece porque as negociações sempre resultam na seleção, ou seja, na escolha entre alternativas. Assim, a partir do momento que alguém, indivíduo ou grupo, sob qualquer forma, começa a agir para promover determinados elementos e suprimir outros, a “espontaneidade” e “as ações deliberadas” deixam de ser tipos separados de atividade. Qualquer intervenção deliberada no sentido de estabelecer prioridades em um conjunto existente de possibilidades (o que, fora desse contexto, costuma ser discutido como “codificação”, “normatização” ou “legislação”) deve, portanto, ser reconhecido como um caso fundamental de “planificação”. Se determinado indivíduo ou grupo, além de agir em favor de prioridades, não apenas apoia, mas se envolve ativamente na criação de novas opções, a planificação estará presente.

Por que determinados indivíduos ou grupos se comprometem com a planificação da cultura, o que esperam alcançar com ela, e quais práticas utilizam são algumas questões que abordarei nesse texto.

A planificação é um procedimento cultural regular

A “planificação” entendida como uma intervenção deliberada em um repertório existente ou em cristalização leva à minha primeira hipótese, a saber, a de que a planificação cultural é uma atividade permanente na história das entidades coletivas.

Desde os primórdios da história, os grupos e indivíduos no contexto da organização social preocupam-se em instaurar a ordem naquilo que surgiu como um conjunto desordenado de opções. Ou seja, eles têm se empenhado em transformar inventários não estruturados em repertórios estruturados. Por meio dessa mesma ação de estruturação, foram estabelecidas novas relações para categorias existentes. Através da combinação, da analogia e do contraste, novos componentes também foram implantados. Contudo, qualquer dessas ações não poderia resumir-se a implementar ordem e

prioridades em um conjunto existente ou pronto, modificando-o através de todo tipo de manipulação.

A planificação cultural definitivamente esteve presente, a julgar pelas evidências, no primeiro grupo humano organizado que deixou registros de si: a antiga civilização suméria da Mesopotâmia. Nessa e nas seguintes fases da história humana, como Acádia, Egito, Babilônia e Assíria, o Império Hitita e outras entidades politicamente organizadas do Crescente Fértil (Mari, Ebla e Iamade, por exemplo), a planificação ficava nas mãos daqueles poucos que detinham o controle físico dos grupos nos quais tentavam inculcar a cultura organizada.

O notório interesse na planificação cultural expresso pelos governantes dessas entidades é uma clara evidência de que eles sabiam que a força física pura era insuficiente para dominar um grupo. Os historiadores nos dizem que o surgimento de instituições e práticas religiosas centralizadas (em contraposição, talvez, a cultos locais) era uma questão de transmitir a coesão social via comprometimento cognitivo através da persuasão. Quando aderiam ao mesmo conjunto codificado de cultos e crenças (chamados anacronicamente de religiões), as pessoas eram informadas do que era a realidade, e quais opções de quais repertórios estavam disponíveis ou eram indispensáveis a elas. Estudiosos do antigo Egito sugeriram uma explicação para a enigmática preocupação dos egípcios no que dizia respeito aos monumentos funerários conhecidos como pirâmides. Na visão deles, tal empreitada era pautada pela necessidade de inventar um projeto comum para que a população aceitasse determinado repertório de ordem social e uma identidade individual. Mesmo na Assíria, que perdeu sua reputação por conta da crueldade e do uso da força extrema, os governantes mostraram um notável interesse em autopromoverem-se por meio da propaganda.² Louvar a si próprio por ter proporcionado uma boa vida às pessoas parece ter se tornado um clichê empregado pelos governantes em suas epígrafes em toda a região do Crescente Fértil (Azitawadda de Caratepe e Kilamuwa de Samal são dois exemplos a serem mencionados).³ E as primeiras escolas da Suméria,

² Hayim Tadmor, “History and Ideology in the Assyrian Royal Inscriptions”, *Assyrian Royal Inscriptions: New Horizons*; id., “Monarchy and the Elite in Assyria and Babylonia: The Question of Royal Accountability”, *The Origins and Diversity of Axial Age Civilizations*.

³ Ver “A competição intercultural por recursos através da disputa de capitais simbólicos”, nesta coletânea, p. 41.

com as ricas opções que criaram em termos de sistemas de escrita e de cânone textual, são o protótipo mais antigo do mundo quanto a sistemas educacionais, academias e instituições que impõem o cânone — todos funcionam como instrumentos, pelo menos os que são mais acessíveis, para implementar os repertórios desejados e preferidos.

Em suma, não há nada de moderno em governantes tomarem a iniciativa de criar repertórios que seriam aceitos por ao menos parte da população por eles dominada. Também não é novidade o recrutamento de pessoas com a finalidade de realizar a planificação.

Parece, contudo, que é apenas na Israel antiga, e mais tarde na Grécia antiga, que vemos as primeiras tentativas não de detentores de poder, mas de pessoas com iniciativa de fora do círculo deles, de tomar a frente no oferecimento de repertórios alternativos, ou uma partes deles, e de trabalharem publicamente pela aceitação desses repertórios, em geral contra o poder. Refiro-me aos profetas de Israel que, desafiando os governantes políticos e culturais (os últimos geralmente personificados pelo clero), muitas vezes arriscando o próprio pescoço (o caso mais famoso é o de Jeremias), lutaram pela substituição de repertórios. O mesmo vale para os filósofos gregos e outros *literati*. Ambos os grupos podem ser vistos não como agentes contratados para prestarem serviços a governantes exigentes, mas como tipos arcaicos de intelectuais. A ausência de registros a respeito desses indivíduos ou grupos nas outras sociedades antigas (embora apareçam algumas pistas, como no caso de Imotepe em 2630-2611 a.C) não prova necessariamente que não existiram, apenas que seus registros não foram preservados, o que por si só não é uma informação insignificante acerca da respectiva sociedade.⁴

Desde o início da Idade Moderna, até o fim do século XVIII, os governantes e detentores do poder estiveram cada vez mais inclinados (embora não necessariamente de bom grado) a recorrer à planificação cultural, fazendo uso crescente dos repertórios fornecidos, direta ou indiretamente, pelos produtores culturais. Sem dúvida, a planificação cultural adquiriu vigor, intensidade e impulso, e se tornou um fator primordial na configuração, reconfiguração e manutenção de grandes entidades.

⁴ Ver essa discussão em “Os intelectuais na antiguidade”, nesta coletânea, p. 109.

A implementação da planificação proporciona coesão sociocultural

A implementação da planificação proporciona coesão tanto a entidades reais quanto a entidades potenciais. Essa coesão é alcançada por meio da criação de um espírito de pertencimento entre aqueles que aderem ao repertório que lhes foi introduzido.

Entendo “coesão sociocultural” como uma situação em que um senso generalizado de solidariedade ou de união — que não foi imposto pelo poder — está presente em um grupo de pessoas. Parece-me que o conceito-chave para essa coesão é a disposição mental que impulsiona as pessoas a agirem de várias maneiras que poderiam ser contrárias às suas “inclinações naturais” e aos seus interesses fundamentais. Ir à guerra disposto a morrer seria um caso extremo, e muito praticado ao longo da história da humanidade. Fazer com que o maior número de pessoas estejam dispostas a enfrentar essas questões é algo que, embora seja essencial para qualquer sociedade, não pode ser dado como certo. Por exemplo, nenhum governo pode ter certeza de que as pessoas irão obedecer às “leis”, sejam elas escritas ou não, a menos que elas sejam convencidas a fazer isso. O exército e a polícia podem usar a força para fazer as pessoas obedecerem ou intimidá-las, e no entanto isso só será eficaz por um tempo. Mais cedo ou mais tarde, essa obediência entrará em colapso, em parte porque poucas sociedades conseguem arcar com os custos de manter um corpo de agentes fiscalizadores grande o suficiente.

O pensamento sociológico clássico reconhece o poder daquilo que chamam de “persuasão” para o “controle eficaz” de uma população dominada. Conforme sintetizado por Bartoli, esses mecanismos consistem “na persuasão à submissão e na internalização dos modelos culturais que a classe ou os grupos que estão no poder consideram necessários para a manutenção do equilíbrio social e que, particularmente nas sociedades muito estratificadas, determinados outros grupos ou classes colocam ao centro de uma estratégia de organização de consenso em torno dos próprios objetivos e das próprias definições da realidade”.⁵

⁵ No original: “di persuasione alla conformità e di interiorizzazione di modelli culturali che la classe o i gruppi al potere ritengono necessari per i mantenimento dell’equilibrio del sistema sociale e che, in particolare nelle società fortemente stratificate, determinati altri gruppi o classi sociali

Não é fácil avaliar o nível de coesão de uma sociedade. Mas vale a pena desenvolver algumas categorias que podem ajudar nessa tarefa. Essas categorias deixam nítido o que podemos identificar como “nível alto” — que pode ser retraduzido como “sucesso” do ponto de vista da planificação — e “nível baixo” — ou “fracasso”. Quando, por exemplo, os territórios estão sujeitos ao domínio de poderes externos, e a população local se apega ao repertório com o qual se cristalizou como entidade, podemos falar que ela tem um nível alto de coesão. É possível pensar em casos como o dos judeus na Palestina romana, o dos poloneses sob o domínio da Alemanha, da Rússia e da Áustria, e o dos islandeses sob o domínio da Dinamarca. De outro lado, temos evidências de níveis baixos de coesão no colapso e no aparentemente rápido sumiço dos assírios como entidade organizada distinta e como grupo de indivíduos identificáveis. Este exemplo é especialmente interessante por causa do notável *esprit de corps* da Assíria, decorrente do terror e da brutalidade.

A coesão é uma condição necessária para a criação ou para a sobrevivência das grandes entidades

A coesão sociocultural pode tornar-se uma condição necessária para a criação de uma nova entidade e/ou sobrevivência de uma entidade existente.

As grandes entidades aqui referidas são unidades sociais como “comunidade”, “tribo”, “clã”, “povo” ou “nação”; não são objetos “naturais”. São formadas por ações de indivíduos ou por pequenos grupos de pessoas que tomam iniciativas e são bem-sucedidos em mobilizar as fontes necessárias para a tarefa, sendo a mais importante entre elas um repertório cultural que possibilite ao grupo apresentar justificativas e conteúdos para sua existência enquanto uma entidade separada e distinta.

Vários métodos podem ser observados na criação de grandes entidades, em especial aquelas conhecidas como “nações”, onde vemos a busca de um repertório apto para servir de suporte à sua existência e para assegurar sua perpetuação. Os mais evidentes são:

pongono al centro di una strategia di organizzazione del consenso attorno ai propri obiettivi e attorno alle proprie definizioni della realtà” (Paolo Bartoli, *Il condizionamento sociale*, p. 4).

(1) Um grupo obtém à força o controle de um território e domina os habitantes. Se a iniciativa der certo, há chances de os membros do grupo dominante perceberem que, para a manutenção e sobrevivência da entidade, precisam fazer algo para que ela seja coesa. Há muitos casos na história em que uma relativa minoria invadiu ou conquistou um território majoritário: os francos na Gália, os suecos na Rússia de Kiev, os suevos e visigodos na Península Ibérica e os ostrogodos na Itália.

(2) Um grupo de indivíduos se organiza e se envolve em uma luta para livrar-se do controle que desejam rejeitar. Uma vez exitosos, podem ficar desorientados diante da entidade que criaram, a qual, terminada a luta, pode desintegrar-se por falta de coesão. Seria o caso, por exemplo, da Holanda após a revolta contra o domínio espanhol. De acordo com Schama,

A invenção mais extraordinária de um país que se tornaria famoso por sua ingenuidade foi sua própria cultura. Dos ingredientes obtidos de encarnações anteriores, os holandeses criaram uma nova identidade. A produção dessa identidade foi uma resposta que poderia ter sido uma legitimação insuportavelmente negativa: a revolta contra a autoridade real. Diferentemente dos venezianos, cuja mitologia histórica fornecia uma linhagem de ancestralidade e continuidade imemoriais, os holandeses realizaram um “corte” irreversível em relação a seu verdadeiro passado, e eram agora obrigados a reinventar esse passado para poderem cicatrizar a ferida e refazer a estrutura política. Em um nível mais pragmático, era urgente que a adesão popular fosse mobilizada exclusivamente em favor da nova pátria. O que se exigia de uma cultura flamenga nórdica era, então, que se reunissem todos os que viviam dentro das fronteiras da nova república em um novo destino comum, que se estigmatizasse o passado recente como estranho e impuro e se rebatizasse o futuro como patriótico e imaculado.⁶

⁶ No original: “The most extraordinary invention of a country that was to become famous for its ingenuity was its own culture. From ingredients drawn from earlier incarnations, the Dutch created a fresh identity. Its manufacture was in response to what would otherwise have been an unbearably negative legitimation: rebellion against royal authority. Unlike the Venetians, whose historical mythology supplied a pedigree of immemorial antiquity and continuity, the Dutch had committed themselves irrevocably to a ‘cut’ with their actual past, and were now obliged to reinvent it so as to close the wound and make the body politic whole once again. On a more pragmatic level, it was imperative that popular allegiance be mobilized exclusively in favor of the new Fatherland. What was required of a northern Netherlandish culture, then, was that it associate all those living

E ainda:

O patriotismo holandês não foi a causa, mas a consequência, da revolta contra a Espanha. Independentemente de sua invenção após o fato, contudo, ele logo tornou-se um foco poderoso de comprometimento para as pessoas que consideravam estar lutando pelo coração e pela pátria. Não importava que o coração e a pátria significassem mais precisamente Leida e Harlém do que alguma nova abstração de união; o conceito de nova pátria, sem dúvida, trazia conforto e esperança aos cidadãos que poderiam estar se sentindo desesperadamente isolados, assim como fisicamente sitiados. Assim, não surpreende saber que foi no período dos grandes cercos dos anos 1570 que os primeiros sinais de identidade nacional se tornaram visíveis em moedas e medalhas.⁷

(3) Um grupo ou indivíduo põe-se a planejar um repertório para justificar a instituição de uma identidade sobre determinado território que não coincide com o seu território doméstico. Isso acontece muitas vezes na unificação bem-sucedida de diferentes territórios. O mesmo método, contudo, pode funcionar de maneira oposta, isto é, possibilitar que determinado território se separe total ou parcialmente de uma entidade maior.⁸

São exemplos notáveis do primeiro tipo (unificação) os casos da Alemanha e da Itália, dois Estados fundados quase na mesma época (entre 1860 e 1870). Nos dois casos, o trabalho dos planejadores precedeu a real trajetória política. Na Alemanha, como notado por um observador ocasional, “Bismarck jamais teria conseguido criar uma unidade política se nossos

within the frontiers of the new Republic with a fresh common destiny, that it stigmatize the recent past as alien and unclean and rebaptize the future as patriotic and pristine” (Simon Schama, *The Embarrassment of Riches: An Interpretation of Dutch Culture in the Golden Age*, p. 67).

⁷ No original: “Dutch patriotism was not the cause, but the consequence, of the revolt against Spain. Irrespective of its invention after the fact, however, it rapidly became a powerful focus of allegiance to people who considered themselves fighting for heart and home. No matter that heart and home more obviously meant Leiden and Haarlem than some new abstraction of a union, the concept of a new patria undoubtedly gave comfort and hope to citizens who might otherwise have felt themselves desperately isolated as well as physically beleaguered. It is not surprising, then, to find that it was in the period of the great sieges of the 1570s that the first signs of national identity became visible on coins and medals” (ibid., p. 69).

⁸ Michael Hechter, “The Dynamics of Secession”, *Acta Sociologica*.

escritores clássicos não tivessem antes disso criado uma unidade espiritual”.⁹ Na Itália, se não tivesse havido esse repertório, o minúsculo e, na opinião de muitos, ridículo reino de Piemonte-Sardenha não teria conseguido unificar toda a península italiana, incluindo a Sicília.

São exemplos do segundo tipo (separação) todos os casos dos Estados e províncias criados por meio da separação de um Estado maior, como a Checoslováquia depois da Primeira Guerra Mundial, ou a Eslováquia em 1993, e qualquer uma das “comunidades autônomas” da Espanha, principalmente a Catalunha e a Galiza.

(4) Um grupo que não consegue sobreviver, cultural ou fisicamente, como entidade em um território (onde ele pode ser uma minoria perseguida ou desprivilegiada) emigra para outro território e lá passa a utilizar o repertório que não pôde implementar em seu país natal. É o caso da emigração dos grupos nórdicos que fundaram a Islândia no século IX e da emigração dos puritanos ingleses para a Nova Inglaterra, ou ainda o caso dos judeus que emigraram para a Palestina no fim do século XIX.¹⁰

Em todas as entidades que surgiram ou se cristalizaram, fica claro que a manutenção de uma entidade no tempo, seja qual for o ritmo, é certamente uma preocupação fundamental para os que têm interesse em sua existência. Quanto maior a entidade, maior a dificuldade em mantê-la sem certo consentimento de seus membros.¹¹

Quanto mais se obtém o consentimento por meio da coesão, mais esse assunto irá preocupar um número maior de indivíduos. Quando não alcançado, ou sequer buscado, ele permanecerá como um interesse de pouquíssimos privilegiados, que podem ser os únicos a estar se beneficiando da existência da entidade. Isso, porém, pode ameaçar a sobrevivência da entidade no longo prazo e colocar em risco os interesses particulares do grupo privilegiado.

⁹ No original: “Bismark hätte die politische Einheit nie schaffen können, wenn nicht vorher von unsern Klassikern die geistige Einheit begründet worden wäre” (Moritz Goldstein, *Begriff und Programm einer Jüdischen Nationalliteratur*, p. 20).

¹⁰ Sobre a planificação cultural na Palestina sob o domínio britânico, ver Itamar Even-Zohar, “O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948)”, *Cadernos de língua e literatura hebraica*.

¹¹ Sobre consentimento, ver Philip Dodd, “Englishness and the National Culture”, *Englishness: Politics and Culture 1880-1920* (em especial a p. 2).

O que chamo de *colapso* não quer dizer necessariamente o desaparecimento físico dos indivíduos, embora isso também possa ocorrer caso o poder mude violentamente. Exemplos desse tipo são tão numerosos e óbvios que não é preciso citá-los. O que na verdade estou chamando de colapso é o fim, seja permanente ou temporário, da entidade enquanto entidade. Isso envolve a adoção de um repertório diferente por parte dos indivíduos pertinentes, de modo que eles não possam mais se identificar como “distintos” dos demais.¹²

A planificação precisa de uma base de poder

O que importa, assim, para a planificação é a perspectiva de ser implementada eficazmente. Nesse sentido, os planejadores precisam ter ou conseguir poder, ou obter o apoio daqueles que possuem poder.

O objetivo dessa hipótese, por mais trivial e óbvia que pareça, é chamar atenção para o fato, muitas vezes negligenciado tanto nas humanidades como nas ciências sociais, de que estar envolvido na produção de repertório *per se* é apenas uma condição necessária para implementar a planificação desejada.

O poder pode ser alcançado em vários níveis, e não é, de forma alguma, uma noção simples no que se refere aos produtores culturais. Muitas vezes, os intelectuais parecem se envolver na produção de repertório por pura diversão. Quanto aos autodenominados produtores, ou seja, aqueles cujo trabalho não está ligado a detentores de poder, os produtos que eles apresentam podem não ir além de um círculo restrito. As pessoas que produzem textos em uma linguagem que os grupos dominantes não aceitam, os que inventam ou reinventam a linguagem envolvida, ou entram em longas e intermináveis discussões sobre a natureza da entidade à qual aspiram — ou sobre a natureza dos membros que irão nascer naquela entidade, ou o estilo de vida que substituirá o estilo vigente, e assim por diante — podem parecer patéticos ou dignos de pena a seus contemporâneos, que podem considerar o que eles fazem como inútil e uma perda de tempo. Contudo, quando o produto de algum modo ganha mercado, um círculo mais amplo pode ser criado e assim

¹² Sobre sociedades em colapso, ver Jared Diamond, *Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*.

tornar-se a base de poder necessária para introduzir as mudanças desejadas. A situação pode, então, mudar radicalmente, transformando os outrora frágeis produtores culturais em agentes poderosos.

Uma atividade de planificação que pode vir a ser um grande empreendimento de substituição de repertório pode começar com produtos aparentemente inofensivos. De fato, muitas entidades encontram sua origem em produtos assim, sejam eles epopeias supostamente escritas a partir dos relatos de aldeões das florestas primitivas da Carélia (refiro-me, claro, à *Kalevala* finlandesa), ou poemas escritos, em uma língua hoje sem prestígio, por uma delicada mulher semi-isolada em Santiago de Compostela (estou falando de Rosalía de Castro, evidentemente). A epopeia da Finlândia e os poemas de Rosalía tornaram-se pilares de novos repertórios que manifestam um tipo diferente de coesão. Na Galiza, um pequeno círculo, incluindo Rosalía e o marido Manuel Martínez Murguía, organizara os inocentes concursos de poesia chamados *xogos florais* [jogos florais], o primeiro deles realizado na Corunha em 1861. Esse concurso criou um canal para a oferta de novas opções a um potencial mercado.¹³ Na Itália anterior à unificação, as óperas de Verdi teriam desempenhado um papel semelhante, e libretos foram censurados quando pareciam perigosos demais para os governantes de então. A propósito, o próprio nome de Verdi tornara-se politicamente subversivo, já que era interpretado como acrônimo de “Viva Emmanuele re di Italia” [Viva Emanuel, rei da Itália].

Os *xogos florais*, bem como uma série de outras associações e sociedades com nomes inofensivos, como Irmandades da Fala (na Galiza) ou Sociedades Literárias, são muitas vezes instrumentos simples, até mesmo rudimentares, para criar bases de poder de forma a implementar a planificação cultural. Embora esses agrupamentos possam tornar-se corpos políticos robustos como partidos e organizações de massa, desconheço casos em que seus esforços tenham de fato progredido sem formar alianças com os reais ou potenciais detentores de poder. A planificação cultural poderia ter se prolongado por sabe-se lá quanto tempo sem que os empreendedores culturais italianos

¹³ Por uma questão de precisão, entretanto, vale notar que os *xogos florais* da Galiza se inspiravam nos *jocs florals* catalães de 1859, os quais, por sua vez, seguiam a tradição dos *jeux floraux* de Occitânia (Languedoque, Provença), sendo que estes jamais atingiram sucesso comparável àqueles da Catalunha e da Galiza. Os *jocs florals* de Barcelona ainda existem como festivais anuais de poesia.

atingissem seu objetivo, que era criar uma nova Itália e novos italianos — que não apenas estivessem politicamente desvinculados dos austríacos e dos espanhóis, mas também que cumprissem um novo conjunto de diretrizes para a vida. Foi a união das aspirações desses empreendedores com as ambições políticas do primeiro ministro de Piemonte, o conde de Cavour, que fez com que tudo isso fosse possível quase imediatamente. Ideias impossíveis, como o restabelecimento da língua literária italiana, puderam enfim deslanchar com a unificação da Itália. De modo parecido, um esforço centenário em favor da criação de uma entidade galega única não renderia os mesmos resultados que uns sete ou dez anos de governo local. Embora tardiamente, o governo acabou “descobrendo”, por assim dizer, que podia utilizar com sucesso o rico repertório já criado, em especial a língua galega renovada e seus subprodutos, como a base da identidade política da Galiza, necessária para assegurar a sua autonomia.

A planificação eficaz pode tornar-se o interesse de uma entidade

Vários estudos mostram que tanto os detentores de poder como os planejadores podem adquirir, ao serem bem-sucedidos em implementar a planificação, o domínio ou o controle de uma dada entidade. Voltando ao argumento de Bartoli, que considero representativo da tradição socio-histórica, esse domínio é o objetivo máximo ao qual os detentores de poder visam quando decidem dar início à planificação cultural. Obviamente, eles querem reforçar sua posição impondo a parcelas mais amplas da população um repertório conciliatório, enquanto os produtores culturais podem tornar-se detentores de poder por meio da aceitação de seus produtores, ou obter o apoio daqueles que já estão no poder. Em qualquer dos desfechos possíveis, ambos podem sair ganhando se implementarem uma planificação bem-sucedida.

Para um aglomerado de indivíduos que habita um território, os benefícios do estabelecimento de uma organização maior do que o seu próprio ambiente não são nada óbvios. Pelo contrário, tal organização pode até mesmo representar uma ameaça a suas liberdades e lhes impor fardos indesejáveis.

É apenas quando as pessoas estão conscientes de que pode haver vantagens com a fundação de uma organização maior, ou de que sem ela será pior, que elas podem mostrar consentimento passivo ou ativo. Isso não significa que na prática todos irão colaborar com aqueles que assumem a responsabilidade do empreendimento, mas definitivamente permite que os últimos prossigam com menos obstáculos.

Não surpreende, portanto, que ao sugerirem um repertório alternativo os propagadores muitas vezes se refiram a questões como discriminação ou humilhação, o que, conforme seu argumento, pode ser solucionado apenas se o repertório vigente for deposto. Digamos: se nossos governantes zombam de nós e nos discriminam porque não dominamos a língua que eles dominam, então devemos encontrar uma alternativa, que é passarmos a utilizar a “nossa própria língua”. Essa “língua própria” em geral é apresentada como um recurso natural — igual e facilmente acessível aos membros do grupo almejado. Na verdade, isso raramente acontece, uma vez que é mais comum que a língua seja reformulada a partir de alguma variedade não padronizada, perdendo, assim, seu imediatismo para os falantes visados. Em muitos outros casos (o italiano, por exemplo), a língua não é de uso real. O mesmo ocorre com qualquer outro item de um repertório, assim como hábitos, vestuário e alimentação, rotinas de interação, e assim por diante. Em todos os casos, contudo, seja o repertório acessível facilmente ou assimilado pelo aprendizado, o que conta não é se o repertório alternativo é “nativo” ou “indígena”, mas sua habilidade de funcionar a despeito das opções vigentes. Se um repertório diferente puder fornecer opções que antes eram vedadas, a persuasão será, sem dúvida, iminente.

Os mesmos fatores aplicam-se à situação em que a entidade já está bem consolidada como instituição. Nesses casos, podemos esperar um grau mais elevado de coesão sociocultural, o que torna os membros da entidade propensos a resistir aos repertórios indesejados que tentam impor a eles. Faz todo sentido, nesses casos, argumentar que a resistência a um repertório estranho, ou o interesse em promover os repertórios domésticos, deverá tornar-se um sentimento comum, senão uma consciência generalizada, entre os membros da entidade. É de fato a única maneira que eles têm de sobreviver como entidade e de garantir seus privilégios.

Naturalmente, há muita margem para discutir sobre até que ponto essa consciência é consequência de privilégios reais que as pessoas usufruem, ou

de um exitoso processo manipulatório de inculcação, ou seja, uma persuasão eficaz realizada por agentes dos detentores do poder. Eu diria que essa é uma questão a ser analisada caso a caso. Já de saída eu rejeitaria qualquer análise unilateral ou tendenciosa: (a) aquela que pode cair na armadilha da romantização, descrevendo tais envolvimento como se fossem aprovados por todos os membros da comunidade, os quais estariam se dedicando à causa, por assim dizer, porque perceberam o grande risco que seus mais profundos “valores” estariam correndo; e (b) aquela que examina a iniciativa como se fosse basicamente uma maquinação cínica cujo único objetivo seria gerar lucros para os exploradores da credulidade comum.

Fatores de mercado não se adaptam facilmente a novos repertórios

Uma vez que, por definição, a implementação da planificação cultural envolve introduzir a mudança em uma situação vigente, as perspectivas de sucesso também dependem de uma utilização eficaz das condições de mercado. A possibilidade de a planificação dar errado seria, assim, esperada. Além disso, onde as forças de resistência são mais intensas, o fracasso — parcial ou total — é possível.

O “mercado” é o conjunto de fatores envolvidos na compra e venda de produtos e na promoção de tipos de consumo. Isso inclui todos os fatores ativos no intercâmbio semiótico (“simbólico”) que envolvem essas transações, além de outras atividades relacionadas.¹⁴ Enquanto esse conjunto da “instituição” cultural é o que pode tentar direcionar e ditar os tipos de consumo, bem como estabelecer o valor dos vários itens produzidos, o que realmente determina seu sucesso ou fracasso é como ele vai interagir com o livre mercado. Na realidade sociocultural, os fatores da instituição cultural e do mercado podem cruzar-se no mesmo espaço: os “salões” literários, por exemplo, são ao mesmo tempo instituições e mercados. De todo modo, os agentes específicos que desempenham o papel de instituição e de mercado, isto é, os comerciantes e os fregueses, podem simplesmente não coincidir. Uma escola regular, por exemplo, pertence ao ramo da “instituição” devido à sua capacidade de vender

¹⁴ Pierre Bourdieu, “O mercado de bens simbólicos”, *A economia das trocas simbólicas*.

o tipo de propriedade que o sistema dominante (ou seja, a parte central da instituição cultural) deseja vender aos estudantes. Professores na verdade funcionam como agentes de marketing. E os estudantes, que são uma espécie de consumidor, tornam-se fregueses. A infraestrutura que é disponibilizada pela escola, incluindo o padrão de interação interno, na verdade constitui-se como o mercado *strictu sensu*. Contudo, todos estes fatores juntos podem, para fins de uma análise mais aprofundada, ser vistos como “mercado”.

A implementação da planificação cultural é, portanto, claramente uma questão de marketing bem-sucedido realizado, entre outros meios, pela publicidade e pela propaganda. É possível argumentar que isso seria uma simplificação, uma vez que a disposição para comprar determinada mercadoria não obrigaria o indivíduo a organizar sua vida do mesmo modo que o repertório cultural faria; isto é, os produtos não controlariam a percepção de realidade do indivíduo e, conseqüentemente, todos os componentes comportamentais que dela derivam. Discordo desse argumento, pois parece haver um consenso considerável em relação ao papel do consumo moderno na visão que os membros da chamada sociedade de consumo têm da realidade. A linha que divide os vários modos de inculcação não está na profundidade e no peso, por assim dizer, dos produtos promovidos, mas no seu grau de internalização.

Como se sabe, a inculcação de um repertório pode parecer bem-sucedida. As pessoas o aceitam porque não há alternativa, isto é, porque é imposto, mas também porque é uma exigência do meio, ou ainda porque é a única opção com a qual conviveram. A adesão pública a tal repertório traz vantagens óbvias, como tornar-se membro do Partido Comunista na União Soviética, ou livrar-se de ser deportado para os gulags. Se isso requer a negação da divindade, as práticas religiosas explícitas podem ser eliminadas da vida das pessoas. Contudo, no dia seguinte ao colapso da antiga União Soviética, os jovens da Rússia pós-comunista que podem não ter tido nenhum acesso prévio visível a cultos religiosos abraçaram fervorosamente a religião ortodoxa, um repertório cultural alternativo de todo contrário à educação que receberam.

Cabe lembrar que, para um repertório ser eliminado e substituído por outro, não precisa haver uma mudança de repertório dentro do mesmo grupo social. Se ocorrer uma mudança de posição na sociedade e o grupo adepto de um repertório for empurrado para a periferia da estrutura social, o repertório

pode perder sua primazia. Esses processos são predominantes em qualquer sociedade, uma possibilidade que nos faz lembrar que, admitida a hipótese do mercado, quaisquer produtos estabelecidos estão sempre correndo o risco de serem derrubados pelos concorrentes. Na cultura, esses concorrentes podem ser aqueles que foram derrotados em uma fase anterior. Se aceitarmos a ideia do polissistema,¹⁵ a cada momento poderemos observar uma “fase nova” em um sistema, e o que estaremos observando é, na verdade — como foi proposto há muito por Tyniánov —¹⁶ o sucesso de um novo repertório se esforçando para chegar ao centro. Esse sucesso não necessariamente oblitera o repertório anterior: ele pode somente destroná-lo. Nesse momento, os derrotados podem estar fracos demais para frear a implementação eficaz de um novo repertório, mas podem fortalecer-se o bastante e a tempo para tentarem fazer isso.

Gostaria, então, de ressaltar que costumamos ser tentados, por uma questão de elegância de descrição, a considerar que as situações estão concluídas. Em termos de planificação cultural, assim como em tudo na análise cultural, situações concluídas são apenas temporárias, e mesmo assim visíveis apenas em algum setor da rede geral de relações que chamamos de “sociedade” ou “cultura”. Nesse sentido, no exato momento em que a implementação de certo repertório defendido por indivíduos dedicados alcança seu auge, ela pode estar prestes a desintegrar-se e a tornar-se irrelevante para as novas circunstâncias que estão para surgir, e que podem exigir um outro repertório.

As consequências do fracasso da planificação cultural não é o colapso da entidade, mas a criação de energia

Quando acontece um fracasso parcial ou total, a planificação e as atividades que ela engendra podem não criar consequências negativas para o bem-estar da entidade envolvida, embora possam, é claro, ser prejudiciais às pessoas específicas implicadas na planificação.

Considero que, onde ocorreu uma planificação, independentemente das consequências, a entidade — ou o conjunto de pessoas — pertinente pode ter alcançado uma melhoria nas condições de vida, mesmo que não

¹⁵ Itamar Even-Zohar, “Polysystem Studies”, *Poetics Today*; e id., op. cit., 1998.

¹⁶ Yuri Tyniánov, *Arxaisty i novatory*.

seja a mesma que os planificadores previram ou que seus parceiros no poder imaginaram. Além disso, estou cada vez mais convencido de que, para a manutenção de qualquer entidade sociocultural humana desse tipo, a atividade planificatória *per se* cria algum grau de movimento, um aumento de vitalidade que possibilita à entidade acessar opções das quais pode ter sido privada antes. Sugiro o termo “energia” para descrever esse tipo de fenômeno, ao menos até que se encontre outro melhor.

É possível, claro, argumentar que o envolvimento na planificação é um resultado da energia e não o contrário. Onde existe ação social, as pessoas escrevem textos, desenvolvem ideias e se comprometem energicamente na criação e na implementação de novos repertórios. Contudo, em todos os casos que contribuíram para a minha hipótese sobre a planificação cultural, o envolvimento na planificação começou quando o bem-estar da população não era satisfatório. Isso não significa que todos eram igualmente humilhados ou terrivelmente desfavorecidos, mas todos tinham menos acesso a fontes do que outros, ou ao menos era assim que percebiam a situação. Por exemplo, em comparação com a França e a Inglaterra, as províncias alemãs dos séculos XVIII e XIX não tinham tantas possibilidades. De modo semelhante, províncias como a Galiza do século XVIII não haviam se tornado localidades remotas devido à sua posição geográfica na Península Ibérica. Ao contrário, a Galiza foi a primeira província romana desenvolvida na península, e manteve sua posição de destaque quase até a unidade política de Castela e Aragão na segunda metade do século XV. Seu declínio foi consequência de uma política deliberada de ostracismo por parte do governo central. Os passos lentos e descoordenados em direção à reinvenção da Galiza, dados ao longo do século XIX, foram a única chance de a província estabelecer-se como entidade com cultura própria, o que lhe permitiria não ficar limitada a opções disponíveis e permissíveis no centro. Afinal, essa é, em suma, a natureza das relações entre “periferia” e “centro”: permite-se que a periferia apenas siga o que já está disponível no centro, enquanto o centro está livre para ofertar novas opções diariamente. O que passei a identificar como “energia” permite que determinado aglomerado de pessoas, ou uma entidade já mais ou menos estabelecida, tenha os mesmos privilégios de um centro. Quando isso é feito, o bem-estar local aumenta significativamente. Em contrapartida, se nada for feito, o lugar estará muitas vezes fadado à periferia.

Nem sempre é fácil determinar quando o resultado de uma iniciativa de planificação pode ser considerado bem-sucedido ou malogrado. Uma das razões é que, para os planificadores e empreendedores, o conteúdo de um repertório pode tornar-se mais importante que o propósito daquele repertório conforme descrito por seus propagadores. Por exemplo, se a reintrodução da língua galega ou da língua italiana se tornasse uma condição indispensável para os respectivos “movimentos de ressurgimento”, então o fracasso potencial do galego, em uma época na qual os objetivos principais da entidade galega teriam atingido o seu auge, poderia ser decepcionante para aqueles que haviam associado sua identidade e visão de mundo à língua, embora a língua devesse melhorar (e não piorar, como poderia ter ocorrido) as chances de as pessoas terem mais acesso às fontes econômicas, políticas e sociais.

O motivo para tais acontecimentos — talvez tristes — está na própria natureza da iniciativa planificatória. Quando os planificadores e os detentores do poder começam a colaborar, a iniciativa passa a avançar rapidamente. Contudo, se os planificadores forem criar uma base de poder e trabalhar para produzir um repertório que pareça atraente o suficiente a ponto de provocar os detentores do poder, então o intervalo de tempo entre a planificação e seus resultados pode ser longo, às vezes mais de um século, como no caso galego. Nesses casos, o repertório alternativo planejado, concebido a partir das condições iniciais e assim provido de soluções relevantes para elas, pode já estar datado à época da implementação. Por exemplo, se ainda parecia possível, três décadas atrás, tirar a população galega de seu infortúnio legitimando o que chamavam de “sua própria língua”, já ficou claro para muitos galegos modernos que, se forem limitar-se a isso, à agora totalmente legitimada língua galega oficial, é mais provável que obtenham mais perdas do que ganhos. No fim das contas, enquanto se vê o idioma em todas as placas públicas nas ruas e nos prédios, e em todas as suas formas burocráticas, as crianças em idade escolar e seus pais falantes de galego estão cada vez mais inclinados a escolher o castelhano, uma língua descrita no patrimônio galego como fonte de todo o mal.¹⁷ Sem a língua como ingrediente central no novo repertório galego, não

¹⁷ Cf. dados e análise em Mauro Fernández Rodríguez e Modesto Rodríguez Neira [org.], *Lingua inicial e competencia lingüística en Galicia*; id., *Usos lingüísticos en Galicia*; e id., *Actitudes lingüísticas en Galicia*. A situação atual é descrita e analisada por Jaïne Beswick, “Galician Language Planning and Implications for Regional Identity: Restoration or Elimination?,” *National Identities*; e Bernadette O’Rourke, “Conflicting Values in Contemporary Galicia: Attitudes to ‘O Galego’ Since

dá dúvidas de que teria sido impossível alcançar o atual sucesso sociopolítico da Galiza. Entretanto, se considerarmos a língua como veículo principal da interação sociocultural, a Galiza pode estar fadada ao atraso. Apesar de tudo isso, sem os conflitos sobre desse e de outros componentes do repertório, ela não teria criado nenhuma energia. O conflito de interesses é ele próprio um gerador de energia, por mais doloroso que possa ser para os indivíduos envolvidos.¹⁸

Autonomy”, *International Journal of Iberian Studies*.

¹⁸ Para uma discussão mais detalhada desse caso, ver “Soluções datadas e indústria das ideias”, nesta coletânea, p. 117.

O MERCADO DE IDENTIDADES COLETIVAS E O TRABALHO PATRIMONIAL¹

A política de identidade, a inculcação deliberada de um agrupamento de elementos como inerentemente representativo de um grupo, tem sido um procedimento indispensável ao gerenciamento do grupo desde tempos imemoriais.² As forças dominantes vêm utilizando esses procedimentos de forma bastante consistente para governarem com eficácia. Quando essa política é bem-sucedida, cada um dos membros do grupo, de forma ideal, assume aquele agrupamento de elementos como próprio. O grupo então rejeitaria, individual e coletivamente, as tentativas de eliminar elementos do agrupamento, tenham surgido de dentro ou de fora. A posse de uma identidade coletiva tem sido uma condição primordial, não somente para manter o grupo unido, mas também para legitimar sua existência como entidade individual, o que permite a ele privilégios e distinção no que se refere a outros grupos: “[...] eles à parte e à parte também os egípcios que comiam com ele, porque os egípcios não podem tomar suas refeições com os hebreus: têm horror disso”.³

¹ Baseado em um trabalho apresentado no II Simpósio Ibn Battuta sobre Herança Cultural e Políticas de Identidade, Universidade de Wageningen, Países Baixos, em 11 de outubro de 2010, e posteriormente publicado em Roel During [org.], *Cultural Heritage and Identity Politics*, p. 31-37. Agradeço a Rakefet Sela-Sheffy pelos ótimos comentários e sugestões.

² Para uma discussão abrangente sobre a planificação cultural deliberada, ver “A planificação cultural, a coesão e a criação e manutenção das entidades”, nesta coletânea, p. 81.

³ Gênesis, 43,32.

Um exemplo recente de comprometimento coletivo desse tipo foi propiciado pela controvérsia sobre o crucifixo em salas de aula na Itália. Um processo judicial foi instaurado no Tribunal Europeu de Direitos Humanos em Estrasburgo por um cidadão italiano de ascendência finlandesa e outros cidadãos⁴ que defendiam o seguinte: “[...] a presença de crucifixos em salas de aula em escolas públicas na Itália, [...] [é] incompatível com a obrigatoriedade instituída pelo Estado, no exercício das funções que Ele assumiu perante a educação e o ensino, no que diz respeito ao direito dos pais de assegurar essa educação e ensino em conformidade com suas próprias convicções religiosas e filosóficas”.⁵

O tribunal decidiu contra os requerentes, confirmando, desse modo, que o cristianismo é um componente indispensável da identidade europeia. O ministro de relações exteriores da Itália, Franco Frattini, é citado como tendo dito: “Hoje o sentimento popular da Europa prevaleceu; porque a decisão exprime, acima de tudo, a voz dos cidadãos em defesa a seus próprios valores e à sua própria identidade”.⁶ No Vaticano, conforme *El País*, “O presidente do Conselho Pontifício da Cultura no Vaticano, Cardeal Gianfranco Ravasi, [...] defendeu que ‘se a Europa perder o patrimônio cristão’ também perderá ‘sua própria face’”.⁷ Essa controvérsia do crucifixo é apenas a ponta do iceberg dos conflitos atuais que acontecem nos países da União Europeia sobre quem detém a cultura, ou seja, quem tem o direito de dizer ao outro o que fazer. Certamente, a relutância a aceitar países com populações predominantemente não cristãs tem sido um fator decisivo para não aceitar a Turquia, por exemplo, como país membro.

⁴ Itália, Estrasburgo, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Lautsi e outros v. Itália, *Processo 30814/06*, 18 mar. 2011.

⁵ No original: “[...] the presence of crucifixes in State-school classrooms in Italy, [...] [is] incompatible with the obligation on the State, in the exercise of the functions which it assumed in relation to education and to teaching, to respect the right of parents to ensure such education and teaching in accordance with their own religious and philosophical convictions” (ibid.).

⁶ No original: “Oggi ha vinto il sentimento popolare dell’Europa. Perché la decisione interpreta soprattutto la voce dei cittadini in difesa dei propri valori e della propria identità” (“Crocefisso nelle aule, Italia assolta”, *Corriere della Sera*, 18 mar. 2011).

⁷ No original: “El presidente del Pontificio Consejo para la Cultura del Vaticano, el cardenal Gianfranco Ravasi, [...] ha recordado que ‘si Europa pierde la herencia cristiana’ pierde también ‘su propio rostro’” (Miguel Mora, “Estrasburgo da la razón a Italia en la guerra de los crucifijos”, *El País*, 18 mar. 2011).

De forma similar, recusar a secessão a um grupo se baseia com frequência na crença de que o grupo em busca da secessão não pode reivindicar uma identidade distinta porque isso seria ilegítimo. O slogan usado pelos separatistas do Quebec, *Nous sommes différents* [Somos diferentes], proclamado pelo premiê do Quebec, Jacques Parizeau, durante a campanha do referendo em 1995, foi rejeitado pelos membros anglófonos da confederação. Numa reunião em 9 de outubro de 1991, Parizeau disse: “Eles [os anglófonos] definiram seu país (na Carta Canadense dos Direitos e [das Liberdades], que se tornou [...] o símbolo da identidade canadense). Estamos prestes a definir outro. Isso não nos torna menos democráticos enquanto tal. [...] Isso nos torna diferentes”.⁸

“Ser diferente”, isto é, ter uma cultura diferente e, portanto, uma identidade diferente, tem sido o principal argumento do Quebec — assim como de qualquer outro grupo da história antiga e moderna — para justificar sua separação.

Desse modo, é evidente que os esforços investidos na criação, na inculcação e na declaração de um agrupamento de elementos, que constituem a identidade de um grupo, sempre tiveram uma dupla função: alcançar a coesão do grupo, bem como uma distinção baseada em ativos reconhecidos.

Alcançar a coesão e criar um senso de pertencimento pode exigir do grupo lealdade e sacrifício individual. Sem isso, pode ser que o grupo não estabeleça acordos fundamentais para a manutenção da vida entre os seres humanos. Em muitos períodos da história humana esses elementos socialmente cimentados foram criados e difundidos de baixo para cima por indivíduos e grupos pequenos, e em outros esse trabalho foi iniciado e mantido de cima para baixo, isto é, pelos governantes e líderes dos grupos. Os organismos governamentais não suprem todos os interesses de sua população, o que, em casos extremos, pode levar a revoluções culturais e políticas (ou seja, a uma drástica mudança deliberada de repertório).

Se as discrepâncias entre o repertório promovido pela população e aquele imposto pelas forças dominantes passar de um certo nível, é o segundo que não será mais tolerado, seja no Egito antigo ou na Grã-Betanha

⁸ No original: “Eux [the Anglophones] ont défini leur pays (sur la Charte canadienne des droits, laquelle est devenue [...] le symbole de l’identité canadienne). Nous sommes en train d’en définir un autre. Cela ne nous rend pas moins démocrates pour autant. [...]. Cela nous rend différents” (Jacques Parizeau, *Pour un Québec souverain*, p. 237-238).

moderna. O antigo Estado egípcio estava engajado em um constante esforço de harmonizar a enorme variedade de sua população, bem como de absorver do incessante fluxo de migrantes oriundos de todo o mundo antigo. Na nossa era, as políticas variam muito de país para país: alguns Estados, em grande parte totalitário-ideológicos, não tolerariam essas discrepâncias, enquanto outros (as democracias do Ocidente, por exemplo) parecem permitir uma certa diferença, endossando até o “multiculturalismo”. No entanto, explosões de descontentamento ocorrem inclusive nos Estados mais liberais. Recentemente, em fevereiro de 2011, o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, fez um ataque feroz contra o que ele considerava ser uma tolerância exagerada em relação a um repertório cultural, para ele, inaceitável. Em sua opinião, “o multiculturalismo do Estado é uma doutrina inadequada que tem apresentado resultados desastrosos. Tem fomentado a diferença entre as comunidades e tem impedido que fortaleçamos nossa identidade coletiva. Na verdade, ele a tem enfraquecido de propósito”.⁹

A função de uma identidade coletiva como bem a transforma, tanto de maneira endógena quanto exógena, em um capital simbólico que permite ao grupo reivindicar status, ou seja, justificar sua existência como uma entidade individual (política, por exemplo) e defender sua exclusão de outras. Em um estudo, Gísli Sigurðsson aponta como a causa da Islândia é reforçada ao mostrarem bens valorizados, como os manuscritos islandeses antigos, para os visitantes estrangeiros oficiais. É sintomático que o acordo que a Islândia e a Dinamarca assinaram em 1971 sobre o retorno dos manuscritos tenha representado “a confirmação final de que a Islândia conquistou sua

⁹ No original: “State multiculturalism is a wrong-headed doctrine that has had disastrous results. It has fostered difference between communities, and it has stopped us from strengthening our collective identity. Indeed, it has deliberately weakened it” (David Cameron apud Andrew Sparrow, “Cameron Attacks ‘State Multiculturalism’”, *The Guardian*, 26 fev. 2008). O editorial do *The Guardian*, entretanto, criticou Cameron veementemente: “David Cameron teve a oportunidade nesse fim de semana de dizer algo interessante e relevante sobre um assunto que importa a todos os habitantes da Grã-Bretanha: como as sociedades hiperdiversificadas podem não somente ser coerentes, mas também prosperar. Ele falhou. O que o primeiro-ministro ofereceu, ao invés, foi uma mistura de clichés, uma visão esgotada e uma terminologia completamente ofensiva”. No original: “David Cameron had an opportunity this weekend to say something interesting and relevant about a subject important to anyone who lives in Britain: how hyper-diverse societies cannot only cohere, but thrive. He flunked it. What the prime minister offered instead was a mix of clichés, tired thinking and some downright offensive terminology” (“Cameron on Multiculturalism: Blaming the Victims”, *The Guardian*, 7 fev. 2011).

independência da Dinamarca”,¹⁰ embora os islandeses tenham declarado sua independência em 1944.

A valorização de identidades é, dessa forma, parte de uma interminável competição entre grupos por prestígio e status, que, em última análise, é também uma competição por acesso a recursos. O intercâmbio desses ativos entre os grupos tem sido determinante desde a antiguidade para hierarquizar os grupos étnicos e políticos, de modo que alguns possuam, por exemplo, mais voz que outros. Para vencer a competição, “os melhores elementos” sempre tiveram de ser mostrados como pertinentes ao grupo demandante, e, portanto, os repertórios dos elementos cristalizaram rapidamente para abarcar uma variedade de componentes, desde construções impressionantes, como as pirâmides, portais de cidades, jardins suspensos e templos, até reivindicações de liberdade, qualidade de vida e financeira, deuses mais poderosos, uma justiça melhor, segurança pessoal e quaisquer posses ou princípios que eram valorizados em uma época. Esse repertório básico fornecia instrumentos poderosos para os grupos formarem sua identidade. Não mudou muito desde o antigo Egito com suas pirâmides (ou carruagens, cavalos e ornamentos) e seu conceito de *ma'at* [justiça],¹¹ ou desde os governantes de Estados grandes e pequenos do Crescente Fértil antigo que se vangloriavam da elevada qualidade de vida dos territórios que governavam.¹²

¹⁰ No original: “the final confirmation that Iceland had gained its independence from Denmark” (Gísli Sigurðsson, “Icelandic National Identity: From Nationalism to Tourism”, *Making Europe in Nordic Contexts*, p. 60-61).

¹¹ Jan Assman, *Maât, l'Égypte pharaonique et l'idée de justice sociale*. Agradeço a Orly Goldwasser por sua comunicação pessoal relativa a *maât* como um fator de planificação cultural.

¹² Green resume o propósito da vanglória como segue: “(A vanglória) de conquistas não está desvinculada da competição internacional pela honra, seja com o amigo ou com o inimigo. Dessa forma, essas conquistas podem ser apresentadas como uma inversão de condições negativas — a destruição e a desolação — criadas pelo inimigo. Assim, elas são uma extensão das vitórias do rei sobre seus inimigos, fornecendo, desse modo, uma evidência adicional de sua superioridade sobre eles. As conquistas domésticas foram também usadas para mostrar a superioridade do rei sobre outros reis que não eram considerados inimigos, por exemplo, vassalos parceiros e antecessores do trono. Elas foram também empregadas em um equilíbrio complexo entre o impulso à autoglorificação e o reconhecimento da superioridade da soberania do rei”. No original: “[The boasted about] achievements cannot be divorced from the international competition for honor with friend and foe alike. Thus, they can be presented as the reversal of negative conditions — the destruction and desolation — created by the enemy. In this way, they are an extension of the king’s victories over his enemies and so provide further evidence of his superiority over them. Domestic achievements were also used to demonstrate the king’s superiority over other kings who

Para acentuar e facilitar a inculcação de identidades, sempre foi utilizada uma série de procedimentos, sendo o mais popular vangloriar-se de conquistas na forma de rituais como a memorização de eventos e a edificação de monumentos.¹³ A memória coletiva tinha de tornar-se obrigatoriamente parte de um repertório partilhado pelo respectivo grupo. “Lembra-te do que Amalec te fez no caminho, quando saístes do Egito”,¹⁴ e a orientação do Hagadá, “Naquele dia, assim falarás a teu filho” (ou seja, a história do êxodo do Egito),¹⁵ são dois exemplos típicos de rituais de memorização. Não menos sintomática é a exortação “Contemos a história [da unificação da Itália] aos nossos filhos e netos” em um artigo do *Corriere della Sera*.¹⁶ Essas memórias e histórias contadas de geração em geração tornam-se, assim, patrimônios comuns, uma bagagem indispensável que nunca deve ser esquecida. Os monumentos, sejam eles construções ou obras — estelas, esculturas, pinturas, edificações, artefatos —, funcionam para inscrever os acontecimentos e pessoas na identidade do grupo, e para expor o esplendor dos ativos do grupo. O “trabalho patrimonial” pode, dessa maneira, referir-se a dois aspectos do trabalho de identidade, a saber, a criação de coesão e a exposição de bens de valor.

As tentativas de impor repertórios sem algum tipo de persuasão dificilmente se mantêm em pé por muito tempo, ou não se sustentam. A violência, a coerção, o terror e outros métodos violentos de opressão não são capazes de criar o consentimento necessário em um grupo e são, mesmo quando bem-intencionados, mais dispendiosos aos governantes. Podemos citar como exemplos Pedro I da Rússia e Muhammad bin Tughluq, o sultão de Delhi, interessados em reformar os repertórios culturais e a identidade coletiva de seus Estados. Tughluq foi o menos exitoso, uma vez que ele fracassou em recrutar um pequeno grupo de adeptos para apoiar suas reformas, ao

were not regarded as enemies, e.g. fellow-vassals, and predecessors on the throne. They were also employed in a complex balance between the impulse to self-glorification and the recognition of the superiority of the king's suzerain” (Douglas James Green, *I Undertook Great Works: The Ideology of Domestic Achievements in West Semitic Royal Inscriptions*).

¹³ Para mais informações sobre esses procedimentos, ver Roel During, *Cultural Heritage Discourses and Europeanisation: Discursive Embedding of Cultural Heritage in Europe of the Regions*.

¹⁴ Deuterônimo 25,17.

¹⁵ Êxodo 13,8.

¹⁶ No original: “[...] raccontiamone la storia ai nostri figli e ai nostri nipoti” (Aldo Cazzulo, “Ritroviamo l'orgoglio dell'Unità”, *Corriere della Sera*, 17 mar. 2011).

contrário de Pedro. Ibn Battuta contou a história dos projetos frustrados de Tughluq, que pretendiam ser inovações em grande escala. A relutância das pessoas em aceitar as decisões dele não o fez entender o que outros, ao longo da história, parecem ter entendido desde o princípio, ou seja, que a simples coerção não funciona. Ele considerava sua oposição, como era típico dele e de outros ditadores, apenas “uma resistência ignorante e maliciosa de um povo recalcitrante maldisposto à correção dos atos de um soberano esclarecido. Essa visão dá ao último o direito de impor suas opiniões pela força e punir os rebeldes. Assim, as maiores injustiças e as maiores crueldades serão feitas em nome da ordem, da justiça e dos grandes princípios de governo”.¹⁷

Existem um fluxo e refluxo constante no que diz respeito a qual aspecto do trabalho de identidade — e, como parte dele, da criação de patrimônios — domina em diferentes momentos. Em termos gerais, seria sensato acreditar que, quando um grupo está instável, seja em estado de emergência ou em crise, o trabalho de identidade e a criação de patrimônios tornam-se instrumentos decisivos para assegurar sua preservação. Em contrapartida, quando um grupo já alcançou um nível elevado de coesão ou quando não está ameaçado pelos adversários, o trabalho de identidade pode perder intensidade, e o trabalho patrimonial é, em grande parte, reduzido à mercantilização de objetos e imagens, incluindo histórias e memórias, que são parte do repertório já reconhecido. Parece que esse é o caso ao menos da Grécia e dos Países Baixos, discutidos por During.¹⁸ Em contrapartida, na Lituânia, “a resistência subjacente dos habitantes de Caunas contra a história militar da cidade”¹⁹ obliterou os planos patrimoniais concebidos pelos decisores, assim como aconteceu em Creta, onde “os cretenses não gostavam de patrimônios, porque faziam que eles se lembrassem de períodos da história nos quais eles não foram livres”.²⁰

¹⁷ No original: “[...] une résistance ignorante et malveillante d’un peuple récalcitrant et mal disposé face à la justesse des actes d’un souverain éclairé. Cette vision des choses donne à ce dernier le droit d’imposer ses vues par la force et de punir les insoumis. Ainsi les plus grandes injustices et les plus grandes cruautés se feront au nom de l’ordre, de la justice et des grands principes de gouvernement” (Stéphane Yerasimos, “Introduction”, *Voyages d’Ibn Battuta*).

¹⁸ Roel During, op. cit., 2010.

¹⁹ No original: “the underlying resistance of the inhabitants of Kaunas against the military history of the town” (ibid., p. 115).

²⁰ No original: “Cretan people didn’t like heritage, because it reminded them of periods in history in which they were not free” (ibid., p. 137).

Assim, nos países da União Europeia, que não têm mais de legitimar sua existência ou justificar o valor de seus patrimônios, o trabalho patrimonial está, com frequência, desvinculado do trabalho de identidade, tendo por objetivo reforçar o valor dos ativos expostos à venda. Quando esses objetos e imagens são abundantes, as instituições do Estado envolvidas na promoção de patrimônios se dedicam quase somente a facilitar o acesso físico a esses ativos (como lugares e monumentos, livros e manuscritos), ou promovê-los através de publicações, ofertas de visitação ou pela internet.²¹ Por outro lado, para áreas pouco conhecidas ou que necessitem de incentivo econômico, os objetos e imagens patrimoniais podem ser extraídos de fontes imaginárias ou ocultas. Em suma, seria sensato acreditar que o patrimônio se tornou, em grande parte, uma competição de “quem possui os melhores bens para vender”, enquanto que no dia a dia da maioria das pessoas eles não apresentam muito significado.

No entanto, essa não é uma questão imutável. Como a explosão inesperada do primeiro-ministro britânico citada anteriormente mostra, o que parece ser uma situação estável pode rapidamente mudar caso pessoas do grupo percebam uma ameaça à sua identidade estabelecida. Quando isso ocorre, a indiferença dá lugar a um acirramento de emoções; os conflitos de identidade podem de repente respingar sobre objetos, imagens ou memórias esquecidas, que até aquele momento não eram importantes e estavam escondidos.²²

²¹ Gísli Sigurðsson, “Icelandic National Identity: From Nationalism to Tourism”, op. cit., 1996.

²² Para uma discussão mais detalhada desse assunto, ver “Quem lucra com o patrimônio (e quem perde)?”, nesta coletânea, p. 133.

OS INTELLECTUAIS NA ANTIGUIDADE¹

No epílogo de seu exuberante livro *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times* [Egito, Canaã e Israel na antiguidade], Donald Redford diz:

O domínio de estrangeiros nos assuntos do Egito e de Judá colocou a *intelligentsia* de ambas as comunidades em posição defensiva. No Egito, desde a conquista grega, os servidores do templo isolaram-se e, com a perda progressiva de apoio e aprovação das autoridades, começaram a considerar-se o último repositório e bastião das antigas tradições dos tempos faraônicos. Em Judá, em um esforço reacionário para resistir, os conselheiros sacerdotais da comunidade vincularam a ortodoxia ao nacionalismo, e causaram a intransigência dos macabeus e a selvageria dos zelotes.²

Penso que essas generalizações, talvez apressadas, sejam muito compatíveis com algumas hipóteses que venho tentando desenvolver sobre a

¹ Trabalho apresentado na Academia Austríaca de Ciência, Viena, em 6 de junho de 2003, durante a Conferência Internacional Contato cultural e inovação: a influência dos hicsos no Novo Reino, ocorrida em Viena, de 5 a 7 de junho de 2003.

² No original: “The dominance of foreigners in the affairs of Egypt and Judah set the intelligentsia in both communities in a defensive posture. In Egypt, certainly from the Greek conquest, the temple personnel turned in upon themselves, and with the progressive loss of patronage and approbation by the authorities, began to consider themselves the last repository and bastion of the old ways of pharaonic times. In Judah, in a reactionary effort to hold the line, the sacerdotal mentors of the community linked orthodoxy with nationalism, and produced the intransigence of the Maccabees and the savagery of the zealots” (Donald Redford, *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*, p. 470).

problemática da subsistência em contexto de pressões de contato em sociedades modernas.³ As observações de Redford me motivaram a sugerir que algumas dessas hipóteses fossem aplicadas na discussão sobre as sociedades antigas. Reconheço que parece um tanto curioso que, justo no encerramento desta exaustiva obra de Redford, uma nova categoria de pessoas, a *intelligentsia*, de repente entre em cena na história da humanidade. Os mais críticos diriam que se trata de um deslize, talvez algo que a elaboração habitual de Redford tivesse deixado passar, em um tom ensaístico em vez de exploratório, visto que foi colocado no epílogo, ou seja, o lugar em que se permite um tom mais livre. Isso, poderiam dizer, nada mais é do que mais um exemplo do estilo extravagante de Redford, um anacronismo histórico, um jargão mais apropriado à discussão de questões ligadas ao século XIX e que, portanto, deveria ser interpretado como uma metáfora, e não como a descrição de uma comunidade real de pessoas que desempenhavam um papel específico naquele momento remoto da história mundial.

Essa, no entanto, não me parece ser a interpretação adequada desse trecho. Penso que Redford esteja sugerindo, consciente ou inconscientemente, uma explicação crítica, embora incompleta, para o nó górdio das complexas relações entre o poder, o sucesso e o papel dos elaboradores de ideias no destino das comunidades. Ele está propondo discutir a inaptidão de uma comunidade em permitir inovações no seu repertório cultural, como se ela conseguisse cada vez menos enfrentar grandes mudanças, por causa de outros repertórios que estão se fazendo mais presentes. Redford parece sugerir que esse fracasso deveria ser atribuído à comunidade específica de indivíduos cuja maior preocupação é a produção, a distribuição e a manutenção de ideias. Essa comunidade é descrita como tendo praticamente substituído os detentores políticos do poder dos tempos antigos, pelo menos no que se refere ao gerenciamento de um repertório cultural elevado. Discute-se que sua habilidade de controlar os repertórios culturais faz que eles sejam responsáveis pelo declínio gradual e pela marginalização crescente dessas comunidades em um mundo no qual elas não se ajustam mais, um comportamento diferente do que sua sociedade teria assumido em tempos mais prósperos.

³ Ver, nesta coletânea, “Elaboradores de ideias e de imagens da vida, empreendedores culturais e as perspectivas de sucesso” (p. 59) e “A planificação cultural, a coesão e a criação e manutenção das entidades” (p. 81).

O que considero interessante nessas sugestões é basicamente o seguinte: (1) O reconhecimento do papel da *intelligentsia* como um fator decisivo na configuração da vida das comunidades. (2) A sugestão de que os fatores que governam a existência de comunidades se concatenem com as relações entre grupos. São essas relações que determinam se a comunidade é bem-sucedida, próspera e influente, ou o extremo oposto. (3) A ideia implícita de que os integrantes da *intelligentsia* são, acima de qualquer coisa, os guardiães do *repertório* que acreditam ser indispensável, e não os defensores da *comunidade*. Assim, a manutenção do *repertório* é mais importante do que os interesses da comunidade. (4) A ideia implícita de que, ao restringir o *repertório* cultural a componentes exclusivamente estabelecidos, a comunidade envolvida acaba se refugiando em uma situação que a coloca atrás de outras comunidades que estejam concorrendo com ela.

É adequado supor que a *intelligentsia* tenha surgido na história mundial no século VI a.C.? Não sabemos, mas parece mais plausível sugerir que ela se tornou visível, ou emergiu, no século VI do que em algum momento anterior. Seja operando como um grupo coordenado e coerente, seja dividida em partes conflitantes, ela funcionava basicamente como um substituto do poder político e como fonte de decisões. Na história dos judeus, considerando o exemplo de Redford, especialmente após a destruição de Jerusalém pelos romanos, não há dúvida de que a *intelligentsia* estabelecida tomou a iniciativa de substituir o poder político, dirigindo a vida diária da comunidade ao criar um complexo *códex* de leis que substituiu o anterior e que duraria muitos séculos. No entanto, mesmo que seja verdade que a *intelligentsia* tenha surgido tão tardiamente, penso que seria um equívoco supor que ela assumiu um controle tão forte do *repertório* cultural e, através dele, da comunidade que o adotara, se não tivesse existido de algum modo anteriormente.

Basta lembrarmos do que é de conhecimento geral, ou seja, do fato de que grupos de pessoas capazes de manter, controlar e direcionar certo estoque formalizado de instruções para a vida já existiam desde a aurora da história, e provavelmente muito antes disso. Estou obviamente me referindo ao grupo de trabalhadores especialistas da indústria de controle de ideias, que sempre esteve disponível a todos os tipos de poder no mundo antigo, bem como em todo estágio posterior da história. Esse grupo é muito heterogêneo e incluía, entre outros, gerentes e agentes de cultos e crenças, assim como

trabalhadores mais técnicos que liam, escreviam e decifravam ideias, textos, mensagens. Enquanto alguns deles operaram no núcleo do poder, e, portanto, sob o controle imediato dos detentores do poder, outros trabalhavam nas margens, de algum modo longe do poder, uma posição que deve ter dado a eles uma relativa independência que os trabalhadores do núcleo não tinham. É provável que esse inevitável estado de coisas tenha dado origem à opção de os membros da *intelligentsia* assumirem o poder substitutivo em estágios posteriores da história antiga, como afirma a hipótese de Redford.

Pode-se perguntar também se todas as pessoas cuja preocupação principal foi produzir ou manter ideias deveriam ser consideradas como membros de uma *intelligentsia* estabelecida. Infelizmente, não consigo identificar na argumentação de Redford nenhuma pista de outras pessoas que estivessem empenhadas nas atividades de ideias. Em outras palavras, Redford não menciona as pessoas que não se engajaram na manutenção de repertórios culturais. Refiro-me aqui a uma categoria que parece ser bem menos evidente para muitos historiadores, a saber, os autodenominados elaboradores de ideias, pessoas que trabalhavam não somente como *críticos* da visão de mundo institucionalizada ou da política e da cultura contemporâneas, mas também como *produtores de novas alternativas*. Tenho plena consciência de que, enquanto conhecemos essa categoria de pessoas na era moderna, em que elas têm sido frequentemente retratadas com romantismo, muitos de nós podemos considerar um tanto estranha a ideia de que elas já tenham existido na antiguidade. De fato, é muito difícil encontrar pistas dessas pessoas na história dos grandes e poderosos Estados do mundo antigo. A única tradição escrita na qual elas recebem atenção significativa é a das escrituras hebraicas, comumente conhecidas como a Bíblia.

Editadas em período posterior, e portanto refletindo visões e crenças muito mais próximas ao século VI que à alta antiguidade, as escrituras hebraicas contêm informações sobre indivíduos cuja atividade não foi contestada como fabricada ou anacrônica. É óbvio que me refiro aqui aos supostos profetas hebreus, de quem conhecemos os nomes, como Amós e Isaías, do século VIII a.C., e Jeremias, dos séculos VI e VII a.C. Nos textos atribuídos a eles, bem como nas histórias sobre o que fizeram, eles tomam a liberdade de expressar atitudes, ideias e crenças que claramente contradiziam as dos guardiães dos repertórios culturais, sustentados pelo poder da época. Pode-se argumentar que eles não podem ser igualados aos intelectuais

verdadeiramente independentes, visto que, apesar de sua incontestável audácia, eles ainda precisavam legitimar suas ideias subversivas dizendo-se agentes de uma autoridade superior, a saber, o governante invisível do universo. Ao contrário de Sócrates e de todos aqueles que seguiram seus passos, os profetas não se consideravam pessoalmente responsáveis por suas ideias. No entanto, ao atribuírem suas ideias a um governante universal, que não fazia distinção entre os humanos, eles não estavam simplesmente usando uma fonte reconhecida de legitimação,⁴ mas reinventando essa fonte e, indo além, contradizendo a crença contemporânea comum. Transformar o deus da comunidade, o deus que havia escolhido seu povo, em um governante universal, cuja autoridade extrapolava os limites do território doméstico e para quem todas as comunidades humanas eram iguais, era um ato no mínimo tão perigoso quanto os escandalosos ensinamentos de Sócrates.

Além disso, o fato de atribuírem suas ideias a um governante supremo do universo não fez que as pessoas, sobretudo os detentores do poder, os tratassem com reverência. Eles eram vistos como pessoas suspeitas e, com frequência, perigosas. Enquanto Amós foi advertido pelo sacerdote de Betel a calar-se,⁵ Jeremias foi torturado,⁶ e o livro que ditou ao seu secretário foi rasgado e queimado pelo rei.⁷ A desconfiança das pessoas sobre a autenticidade das mensagens dos profetas, que no fim não são do agrado delas, é ridicularizada por Isaías: “[...] este povo é rebelde, constituído de filhos desleais, de filhos que se recusam a ouvir a Lei de Iahweh, e dizem aos videntes: ‘Não queirais ver’, e aos seus profetas: ‘Não procureis ter visões que nos revelem o que é reto. Dizei-nos antes coisas agradáveis, procurai ter visões ilusórias. Afastai-vos do

⁴ A prática de legitimar ideias, seja de natureza “filosófica” ou “erudita” ou como adivinhações do futuro, tem sido usada por milênios, desde os tempos da Babilônia (cf. Marc van de Mieroop, *Philosophy Before the Greeks: The Pursuit of Truth in Ancient Babylon*; e Martti Nissinen, *Prophets and Prophecy in the Ancient Near East*).

⁵ “Vidente, vai, fuge para a terra de Judá; come lá o teu pão e profetiza lá” (Amós 7,12).

⁶ “O sacerdote de Fassur, filho de Emer, que era o chefe da guarda no Templo de Iahweh, ouviu Jeremias que profetizava estas palavras. Fassur bateu no profeta Jeremias e colocou-o no tronco que está na porta alta de Benjamim, no Templo de Iahweh” (Jeremias 20,1-2). É revelador que quem mais rejeita a mensagem de Jeremias, usando o corpo para impedir que o profeta falasse, seja o guardião do templo, que é o defensor de nível mais inferior do estabelecimento clerical.

⁷ “O rei estava sentado em sua casa de inverno — estava-se no nono mês — e o fogo de um braseiro ardia diante dele. E assim que Judi lia três ou quatro colunas, o rei as cortava com a faca do escriba e as lançava no fogo do braseiro, até que todo o rolo foi consumido pelo fogo do braseiro” (Jeremias 36, 22-23).

caminho, apartai-vos da vereda, fazei desaparecer da nossa presença o Santo de Israel”⁸.

Os profetas, muitos dos quais tomam o cuidado especial de apontar sua origem humilde como credencial positiva, definitivamente não se encaixariam na descrição da *intelligentsia* estabelecida, segundo Redford. Eles podem ser qualquer coisa, menos mantenedores de um repertório herdado que não deveria ser mudado. Nesse sentido, eles são os precursores mais notáveis dos elaboradores de ideias e dos dedicados intelectuais do futuro. O fato de não termos notícias desses atores nas comunidades vizinhas não significa que não existiram. Considerando que mudanças deliberadas foram iniciadas e implementadas em todas as sociedades antigas, penso que é melhor supor que eles existiram, mesmo que fossem diferentes do que pensamos e tivessem sido personalizados por várias pessoas que não desempenharam de maneira explícita o papel de contestadores de ideias estabelecidas e de defensores de novas ideias. Não devemos esperar que eles se pareçam com os profetas hebreus ou ajam como os povos que surgiram em estágios posteriores da história da humanidade, mas em vez disso temos de buscar pessoas que, ao contestarem e discordarem de um repertório estabelecido, atuaram para introduzir inovações e mudança.

Geralmente é aceito que, por volta do terceiro milênio a.C., começamos a ter mais conhecimento específico sobre indivíduos que falam mais alto do que outros pela vida de outras pessoas além da deles próprios. Na maior parte das vezes, essas pessoas são aquelas que, ao assumir o poder, são capazes de concretizar suas ideias sobre o que a vida deveria ser. Em muitos casos, o ato de assumir o poder era em si mesmo parte da luta para implementar certas ideias que pretendiam mudar as condições de vida da comunidade que essas pessoas aspiravam governar. Era óbvio que elas não estavam preocupadas apenas em exercer poder, mas também em projetar alternativas e opções inéditas para a vida de seu meio — quaisquer fossem seus motivos e ganhos, elas certamente podem ser vistas como iniciadoras e criadoras de práticas. Por toda a antiguidade, muitas dessas iniciativas não foram desenvolvidas ao acaso, mas de forma deliberada e frequentemente com um excepcional grau de autoconsciência. Pode-se inferir isso, *inter alia*, do fato de que muitos dos detentores do poder faziam disso sua causa a fim de glorificarem-se por esses

⁸ Isaías 30, 9-11.

atos inovadores. Às vezes se nota, por trás dos registros explícitos disponíveis, que esses indivíduos tinham em seu círculo mais próximo ou mais distante pessoas que os criticavam e sugeriam a eles novas opções. No entanto, o fato de serem detentores do poder não os impedia de serem também elaboradores de ideias e empreendedores culturais, mesmo que depois viessem a proteger suas inovações e a proibir que mudassem. Novos concorrentes podem então surgir para tentar removê-los ou sucedê-los, a fim de implementar novas políticas de gerenciamento da vida.

Bem antes de certa *intelligentsia* do século VI a.C. ter substituído o poder em algumas sociedades antigas, os iniciadores de ideias exerceram o poder, serviram a ele e entraram em conflito com ele de várias formas, tanto nas que já existiam como nas recém-criadas. Esse capítulo da história mundial aguarda seu restabelecimento, como uma Aváris, a capital dos hicsos no antigo Egito, resgatada das sombras do passado pelo admirável Manfred Bietak.⁹ Penso que está na hora de observar com mais atenção essas pessoas da antiguidade, apesar de todas as dificuldades objetivas envolvidas nesse esforço. Essa busca nos ajudaria a suprir as lacunas conceituais entre o tempo antigo e moderno.

⁹ Manfred Bietak, *Avaris and Piramesse: Archaeological Exploration in the Eastern Nile Delta*.

SOLUÇÕES DATADAS E A INDÚSTRIA DE IDEIAS¹

Em memória de Xoán Gonzalez-Millán (1951-2002)

Há quase dez anos, provavelmente em 4 de setembro de 1994, apresentei um trabalho sobre planificação cultural no seminário Literatura Galega: Literatura Nacional ou Subalterna?, organizado em Mondonhedo, na Galiza. O coordenador da minha sessão era Xoán Gonzalez-Millán, e, quando fui convidado a participar desse evento em sua homenagem, logo lembrei, claro, daquela sessão. Naquela fase da minha pesquisa sobre a planificação cultural e como as iniciativas empreendedoras implicavam na mobilização das atividades coletivas, não pude deixar de suscitar o que pensava serem conclusões incontornáveis, não sobre o sucesso dessas iniciativas, mas sim sobre as armadilhas e problemas que elas acarretam. Do ponto de vista de um defensor da causa galega, como foi Xoán, algumas conclusões minhas, compreensivelmente, não tiveram uma repercussão muito agradável. O texto depois foi traduzido para o galego por Carlos Casares, outro amigo querido

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Em Memória de Xoán Gonzales-Millán, Graduate Center, Universidade da Cidade de Nova York, 5 de setembro de 2003, posteriormente publicado em galego (Itamar Even-Zohar, “Solucións anticuadas e a industria de ideas”, *Anuario de estudios literarios galegos*).

cuja partida lamento profundamente, e publicado.² Fiquei pensando que, por mais desagradáveis que aquelas conclusões possam ter sido para esses dedicados galeguistas, eles jamais se furtaram a debatê-las, de maneira acalorada, como era típico de Xoán, ou de maneira tranquila e bem-humorada, como era típico de Carlos. Este texto é uma tentativa de expandir minhas conclusões daquela época em relação a estudos mais recentes. Imaginei o texto como uma conversa com Xoán e Carlos, dos quais sinto muita falta.

Meu trabalho sobre “planificação cultural”, iniciado no fim dos anos 1970,³ foi na verdade uma tentativa de analisar iniciativas tomadas por várias comunidades a fim de se estabelecerem como capazes de concorrer em um nível intercomunitário. Nessas comunidades, os elaboradores de ideias e os empreendedores culturais obviamente chegaram à conclusão de que o interesse da comunidade à qual pertenciam — ou que seria criada mediante seus esforços — seria melhor atendido se elaborassem e consolidassem um repertório doméstico distinto. A visão compartilhada por grande parte desses atores em muitas dessas comunidades era de que uma iniciativa desse gênero daria à comunidade melhores condições de vida mediante uma estratégia de dupla via: por um lado, reivindicar o autogerenciamento político, e assim permitir aos membros da comunidade visada que acessassem recursos livremente; por outro, explorar os recursos domésticos, libertando os membros da comunidade da difícil tarefa de competir com recursos não domésticos. Tanto o repertório doméstico como o autogerenciamento foram encarados como facilitadores do acesso aos ingredientes de repertórios culturais e organizacionais considerados necessários para melhor lidar com as tarefas da vida.

A ideia de que o autogerenciamento político deve representar um avanço para qualquer grupo de pessoas é há muito tempo um lugar-comum universal, poucos a contestam e muitos a almejam. Os casos em que a comunidade, especialmente aquela que vive em um território bem definido, não tenha reivindicado o autogerenciamento para si parecem ser raros na

² Id., “Planificación da cultura e mercado”, *Grial*.

³ Minha primeira investigação sobre a planificação deliberada de cultura da Palestina no período entre 1882 e 1948 foi apresentada em uma conferência em 1978, publicada em 1980, 1987 e 1990 (Id., “The Emergence of a Native Hebrew Culture in Palestine (1882-1948)”, *Poetics Today*) e em 1998 em português (Id., “O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948)”, *Cadernos de lingua e literatura hebraica*).

história moderna. Até onde sei, desde a Segunda Guerra Mundial só houve um caso, o de Terra Nova, onde, em um referendo em dezembro de 1948, uma pequena maioria decidiu abrir mão de um Estado independente para unir-se, ao invés disso, a uma confederação canadense. Em contrapartida, a grande maioria das comunidades ao redor do mundo, pelo menos mais de uma centena desde 1945, assim que a oportunidade surgira, decidiu quase sem hesitar a favor de um princípio de autogerenciamento.

A ideia de usar recursos domésticos para construir ou “preservar” uma cultura local individual se tornou um dogma universal. A necessidade de muitos grupos em usar uma cultura que não é sua foi considerada um obstáculo importante à capacidade dos indivíduos de alcançar sucesso em um nível competitivo com outros indivíduos para os quais aquela cultura estava mais acessível. Em quase todos os empreendimentos desde o fim do século XVIII, a criação de culturas em prol de comunidades cujas “culturas” não tinham sido institucionalmente codificadas foi apresentada como uma solução para ajudar a grande maioria das pessoas a lidar com as tarefas da vida. Muito esforço foi investido na criação e recriação de culturas, que muitas vezes se tornaram tão distantes dos indivíduos nativos visados quanto as culturas que deveriam substituir. Atualmente, é um dogma que uma pessoa sem permissão para utilizar sua cultura doméstica em todas as circunstâncias seja colocada em posição desprivilegiada e discriminada pelo que se costuma chamar de “cultura dominante”.

Em todos os casos nos quais a indústria de ideias forneceu às comunidades meios de distinção, o dilema muitas vezes era: até que ponto chegar? No nível das aspirações políticas, sempre houve, como em qualquer empreendimento, os moderados e os extremistas. Os extremistas sempre se interessaram por uma solução radical, ou seja, queriam estabelecer uma entidade completamente separada, como um Estado escocês ou catalão independente. Os moderados, por outro lado, sempre preferiram o que muitos estudiosos de ciência política rotularam de “abordagem pragmática”. Em várias comunidades, o entusiasmo dos zelotes foi sufocado por pessoas mais inclinadas ao “pragmatismo”. No referendo realizado no Quebec em 1994, somente 50 000 votos evitaram que a província se transformasse em um Estado independente. No caso da Eslováquia, defendeu-se que a secessão da confederação checoslovaca, em relação à qual já havia sinais de arrependimento, não fosse decidida com eleição regular. Nas Ilhas Faroé,

nas quais muitos ativistas vinham promovendo a ideia de independência até há pouco tempo, parece que atualmente grande parte das pessoas está seguindo um caminho mais moderado, um caminho que permitiria a elas se autogovernarem sem que precisassem se separar da Dinamarca. Em 2003, na Catalunha, na Galiza e no País Basco, apenas pequenos grupos de pessoas pensavam em secessão. Na Catalunha, isso mudou drasticamente em 2020, quando metade da população, se não mais, começaram a apoiar a secessão devido aos confrontos crescentes com o Estado central espanhol. Na Galiza, os sentimentos pelo que se pode chamar de “secessão virtual” parecem crescer, uma situação expressa de forma mais explícita na chamada “grafia lusitânica” da língua galega que se tornou cada vez mais radical. Quanto ao País Basco, o pequeno grupo de separatistas bascos é de fato muito estridente, mas não parece ter mobilizado o povo em geral.

Quando se quer atingir a distinção criando e/ou institucionalizando uma cultura, a situação é muito mais complexa. Aqui não estamos lidando com alternativas. Nos momentos mais acalorados da criação de um novo repertório para uma comunidade, é óbvio que a política adotada tanto por inventores quanto por empreendedores tende a ser de longo alcance. No entanto, até mesmo nos casos mais extremos e radicais, em que os detentores de poder, normalmente auxiliados por intelectuais, tentaram isolar ao máximo a cultura local do resto do mundo (ou, pelo menos, dos vizinhos mais importantes), o empreendimento em sua totalidade não conseguiu durar muito. Por outro lado, itens específicos, nos quais a separação poderia ser implementada, às vezes foram executados com grande sucesso.

O item mais notável no repertório de muitos desses casos tem sido uma língua que se vincula ao empreendimento cultural e político. Criadores e padronizadores de língua, especialmente aqueles que tiveram de criar línguas distinguindo-as de outras similares (como o norueguês, o galego ou o urdu), adotaram muitas medidas engenhosas em nível linguístico a fim de tornar suas criações o mais diferentes possível. Ao fazer isso, eles com frequência acabaram por distanciar o produto regulado e padronizado (ou “normalizado”) da fonte doméstica na qual fora baseado em um primeiro momento. Na Noruega do século XIX, “a língua da terra” (*landsmål*), inventada por Ivar Aasen, teve desde o início muitos ingredientes que não se relacionavam com a língua do país do qual se supunha que tenha nascido (em grande parte “dialetos” da Noruega ocidental). No moderno Estado da Noruega, no qual essa língua

(modificada em várias versões) é agora oficialmente chamada de “novo norueguês” (*nynorsk*), dificilmente encontraremos algum falante nativo dessa mais autêntica língua indígena que deveria substituir o dinamarquês de origem estrangeira e colonial. O mesmo aplica-se a outras línguas, embora em muitos casos a inculcação bem-sucedida tenha sido capaz de introduzir novas criações no contexto real de uso. Na França, na Suíça ou na Itália, as variantes não faladas das respectivas línguas literárias, introduzidas pelos empreendedores culturais do século XIX, têm quase se tornado uma realidade diária. Em outras culturas, como a da Islândia, o princípio de distinção extrema, apesar de não ter sido um traço onipresente do vernáculo doméstico na virada do século XIX, foi implementado com sucesso.

No entanto, no mundo cada vez mais competitivo dos séculos XX e XXI, o princípio de manter culturas altamente individuais e distintas está se tornando cada vez mais problemático. Não podemos dizer que essas culturas individuais já não eram assim no momento em que começaram a ser pensadas. Entretanto, implementar esse princípio provavelmente foi a única maneira viável que os envolvidos no empreendimento encontraram para criar culturas. Em outras palavras, pode não ter sido algo funcional de um ponto de vista prático, mas certamente pode ter sido indispensável para angariar o capital simbólico necessário que permitiria à comunidade visada alcançar os objetivos pelos quais lutava. Em algumas comunidades, a consciência desses conflitos de interesse talvez tenha feito elas se esforçarem menos em implementar, na realidade diária, os itens reconhecidos como indispensáveis para angariar um capital simbólico. Na Irlanda, apesar da Lei da Língua mais recente, aprovada em 14 de julho de 2003, “o Estado removeu a língua irlandesa de sua posição central [...]. Essa língua não é mais exigida para ingressar no serviço público, com exceção do Departamento de Relações Exteriores”⁴ Na Escócia, que no momento desfruta de uma administração autônoma recém-estabelecida, as tentativas de revitalizar “uma sintética e moderna língua escocesa” (provavelmente seguindo o exemplo do *landsmål* de Ivar Aasen) extinguíram-se quase que completamente já no final dos anos 1950 e foram substituídas pela atribuição de um status mais elevado ao

⁴ No original: “the state has moved Irish off the centre stage [...] Irish is no longer required to join the civil service except in the Department of Foreign Affairs” (Tadhg Ó Hifearnáin, “Irish Language Broadcast Media: The Interaction of State Language Policy, Broadcasters and Their Audiences”, *Current Issues in Language & Society*, p. 98-99).

sotaque local da língua inglesa padrão. Ao redor do mundo, desde a Nova Zelândia até a África, existem muitos itens simbólicos que permaneceram assim até o ponto em que se tornaram “folclore”, ou seja, são postos em prática somente em festividades específicas e em outras ocasiões especiais.

A questão de sabermos até que ponto é necessário continuar tentando elaborar um repertório de cultura distinto a fim de alterar as condições de vida de uma comunidade não pode ser respondida sem o devido contexto histórico. E aqui está a raiz do problema dessas iniciativas. É muito provável que, no exato momento em que um repertório distinto se torna indispensável para alcançar os objetivos determinados para a comunidade, ele já começa a deixar de apresentar os resultados para os quais foi concebido. Há várias décadas, comunidades ao redor do mundo vêm competindo quanto a qual delas tem criado os produtos mais distintos, “originais” e simbólicos, entre outros itens de repertório, que lhes permitiriam justificar o modo individual de sua existência. Nem mesmo a tecnologia ficou fora da disputa, itens como as diferentes técnicas de transmissão televisiva entre, digamos, a França e os outros países europeus; as diferentes medidas que são adotadas por grande parte do mundo e as que são adotadas pelos Estados Unidos, e muitas outras relíquias de padrões paroquiais (como o telefone e as tomadas elétricas). No decorrer do século XX, pessoas de todos os lugares vêm tentando criar, promover ou reforçar tipos distintos de arquitetura, alimentação, música, pintura e qualquer outro item imaginável (como as tatuagens *ta moko* dos Maori).⁵ Pode-se perguntar: era realmente necessário criar, citando um exemplo dentre muitos, “uma arquitetura islandesa distinta”? Do ponto de vista das pessoas interessadas em conservar uma comunidade islandesa bem-sucedida, a resposta poderia ser: provavelmente não menos necessário do que manter e conservar uma língua islandesa distinta. No entanto, os esforços islandeses direcionados a esse fim diminuíram, se não cessaram completamente. É como se, agora que a questão foi colocada, as pessoas não necessitassem mais dela, pois tudo que se cria na arquitetura islandesa é por definição islandês mesmo quando partilha de muitos traços com modelos de arquitetura de outras partes do mundo.

⁵ Stephen Pritchard, “Essence, Identity, Signature: Tattoos and Cultural Property”, *Social Semiotics*.

O que estou de fato discutindo? A questão que estou tentando abordar se relaciona com a capacidade ou incapacidade da indústria de ideias de ser flexível quando as condições anteriores que deram origem a determinado empreendimento mudam de tal forma que dúvidas sobre a utilidade de manter o empreendimento imutável são suscitadas. Em termos concretos isso significa modificar os componentes do empreendimento ou substituir o empreendimento por um diferente. Apesar de as ideias, ao contrário dos maquinários e materiais, serem baratas e móveis, isso é algo que poucos indivíduos, e comunidades muito menos, são capazes de fazer. Visto que a indústria de ideias tem de movimentar-se dentro da cultura e a cultura consiste em um repertório complexo de opções herdadas de gerações anteriores e meticulosamente inculcadas na mente humana, não é uma tarefa fácil introduzir transformações importantes nesse repertório em um espaço relativamente curto de tempo. Ademais, as culturas não são necessariamente orientadas por objetivos, e a capacidade dos membros de uma cultura de perceberem que a comunidade adepta daquela cultura corre perigo, o que os instigaria a clamar por substituições, nem sempre está presente. A indústria de ideias, quando está presente em uma comunidade, pode, com frequência, falhar no intuito de prover soluções para situações difíceis ou desafiadoras. A repercussão dessa situação pode causar muitos danos, a menos que uma miríade de desejos em equilíbrio e atos de “pessoas comuns” sejam postos em marcha, algo que não ocorre muito. Embora seja difícil determinar se a origem da “opinião pública” é a interpretação popular da indústria de ideias ou ideias produzidas “de baixo”, os estudos midiáticos têm mostrado com muita convicção que é a indústria que tende a ser a origem.⁶ Isso pode explicar por que a falha nesse grupo social pode ser mais significativa em comparação ao que poderia ser considerado como um fracasso geral da “população como um todo”.

É provável que as circunstâncias em que a indústria de ideias falha têm sido ainda menos investigadas do que as circunstâncias em que a indústria alcança o sucesso. Portanto, é muito exíguo o que posso oferecer tendo como base a literatura que trata do assunto. O que posso oferecer, contudo, é uma descrição esquemática de dois padrões de falha que pude observar nos casos que estudei:

⁶ Pierre Bourdieu, “A opinião pública não existe”, *Questões de sociologia*.

- (1) Os elaboradores de ideias e empreendedores bem-sucedidos não conseguem se libertar do empreendimento específico que eles geraram.
- (2) A *intelligentsia* de segunda geração é capaz sobretudo de perpetuar empreendimentos herdados.

Os elaboradores de ideias e empreendedores bem-sucedidos não conseguem se libertar do empreendimento específico que eles geraram

Esse tipo de falha é bem característico de grandes empreendimentos culturais que ocorrem em tempos de turbulência sociocultural envolvendo movimentos nacionais e grupos revolucionários, com frequência acompanhados de mudanças políticas. Em muitos desses casos, o objetivo é concebido com vistas à criação de uma entidade sociopolítica individual e todos os esforços são direcionados ao alcance desse objetivo. Uma vez que o objetivo é alcançado, os membros da indústria de ideias, que no começo não tiveram acesso ao poder, depois se aproximam ou se imbuem dele. Como resultado, eles em geral não continuam sendo os mesmos elaboradores de ideias ou empreendedores que eram antes, pois se converteram em membros do estabelecimento da nova entidade.

Esse tipo de falha se relaciona ao fato de que as pessoas que estiveram envolvidas, às vezes por muitos anos, com atividades que implicavam em lutas e conflitos provavelmente não são capazes, em um momento de sucesso ou até mesmo em um estágio posterior a ele, de revisar suas ideias e empreendimentos, de forma a ajustá-los às realidades angariadas. Os exemplos que podemos apontar são todas as revoluções mais notáveis, como a francesa, a russa e a chinesa, e todos os casos que abrangem mudança política e sociocultural, como a unificação da Itália e da Alemanha no século XIX, a criação do Estado turco moderno após a Primeira Guerra Mundial e a criação de entidades espanholas semiautônomas, como a Catalunha, a Galiza e o País Basco. Em todos esses casos, a indústria de ideias foi muito importante e ativa. Embora nos livros de história, bem como nas análises oferecidas pela ciência política, esse elemento quase nunca receba a atenção que merece, é óbvio que na maioria esmagadora dos casos foram os elaboradores de ideias e empreendedores culturais que tomaram a iniciativa, ou disponibilizaram

seus produtos aos que a tomaram, normalmente a detentores de poder que aproveitavam a oportunidade para usá-los.

A quantidade de sugestões e invenções que teve de ser produzida e a quantidade de energia investida em tentativas de implementação foram enormes em todos esses casos. Muitos dos repertórios tiveram de ser introduzidos para substituir os antigos ou para funcionar onde antes não existia nenhum. Apesar de o número real de indivíduos que se preocupavam com essas atividades nunca ter sido, na maioria dos casos, muito elevado, eles eram os únicos que estavam disponíveis às respectivas sociedades para a tarefa, pelo menos por um tempo. Portanto, aqueles que não se sentiram decepcionados de imediato, ou mesmo traídos, investiam grande parte de sua energia para ajudar a implementar o que eles haviam começado.

Por exemplo, aqueles que sugeriam uma nova língua para a comunidade na Alemanha, na Itália, na Catalunha, na Galiza, na Palestina judia ou na Turquia como o principal elemento de um conjunto de soluções, com frequência participavam da implementação dessa sugestão após seu sucesso. Em todas as novas entidades, os empreendedores culturais continuaram suas atividades ao galgarem mais degraus para implementar e consolidar essa língua. Com frequência, a nova entidade naturalmente os empoderava, fornecendo a eles novas possibilidades e outras condições para implementar suas sugestões. O Estado italiano nomeou o escritor Manzoni para presidir a comissão cuja tarefa era decidir qual língua seria adotada e inculcada por meio do novo sistema educacional. Mustafa Kemal, o novo líder da Turquia pós-Primeira Guerra Mundial — que depois ficou conhecido como Pai dos Turcos —, era definitivamente um empreendedor cultural *per se*, se não um elaborador de ideias. Ele investiu muita energia para propagar em pessoa a língua recém-inventada, além de muitos outros elementos do novo repertório que lhe interessava introduzir, viajando de trem de um lugarejo ao outro.⁷

Exemplos paralelos podem ser fornecidos para muitos outros, talvez menos notáveis, elementos de novos repertórios. Cada um desses elementos teve seus apoiadores e defensores, que naturalmente preferiram tirar proveito do sucesso em vez de desenvolver uma mente crítica para avaliar se o empreendimento havia sido ou não útil, se ele havia melhorado a vida

⁷ Cf. Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*; e Jacob Landau, *Atatürk and the Modernization of Turkey*.

da respectiva comunidade. Em termos sociológicos pode-se dizer que eles preferiram converter suas ações, que muitas vezes não lhes davam lucro, em capital cultural lucrativo antes que fossem bem-sucedidas, só para não passar pelos mesmos processos novamente.

A *intelligentsia* de segunda geração é capaz sobretudo de perpetuar empreendimentos herdados

Os herdeiros do empreendimento, conhecidos normalmente como *intellocratas*⁸ ou *intelligentsia* institucionalizada, em geral não se atentam mais às circunstâncias que originaram o empreendimento, nem têm mais consciência delas. Em vez disso, eles estão mais interessados em manter o repertório estabelecido e institucionalizado como está, protegendo-o de ser revistos ou substituídos. Essas pessoas frequentemente surgem após algum estágio finalizado no decorrer de um empreendimento iniciado, apoiado ou reforçado pela indústria de ideias. Elas substituem os empreendedores culturais iniciais, deslocando-os para segundo plano ou eliminando-os, como tem sido o caso de grande parte dos empreendimentos que a história chama de “revoluções”, ou simplesmente constituem a geração seguinte, que já terá crescido quando as novas realidades estiverem estabelecidas por completo. Se eles próprios não se tornaram elaboradores de ideias, o que significa que eles não estão propensos a criticar e a revisar, em geral a manutenção do repertório que eles herdaram de estágios ou gerações anteriores torna-se mais importante para eles que os objetivos pelos quais esse repertório havia sido criado. Entre a distinção de meios e objetivos culturais, a prioridade é dos meios, sem que seja considerado criticamente se eles estão justificados ou são justificáveis para atingir esses objetivos. Isso não significa que em todos os casos estudados as pessoas não mencionem ou falem desses objetivos, só que eles ou não são ajustados aos meios pelos quais deveriam ser alcançados, ou se aceita que os meios institucionalizados são de fato adequados para atingi-los.

Naturalmente, estou me referindo acima de tudo àqueles elementos dos novos repertórios que se relacionam com uma individualização e distinção mais ou menos substanciais das comunidades visadas. Em vez de desenvolver

⁸ Hervé Hamon e Patrick Rotman, *Les Intellocrates: Expédition en haute intelligentsia*.

ferramentas intelectuais flexíveis para lidar com a situação na qual se diagnostica que a comunidade visada está sob algum risco, a *intelligentsia* estabelecida tende a intensificar o empreendimento iniciado pelos precursores. Uma posição do gênero tem sido assumida várias vezes no decorrer da história. Mais recentemente, podemos vê-la em estabelecimentos de controle de repertórios em comunidades grandes, pequenas, fortes e fracas, como a França com suas leis de proteção linguística, por um lado, e os novos Estados balcânicos, por outro.⁹ Esse comportamento tem até mesmo se revigorado ao mobilizar o medo contra o que é popularmente chamado de “globalização”. Esse medo vêm fornecendo novas possibilidades de mobilização a grupos de ativistas e de defesa do cultivo de qualquer item cultural que seja apresentado como uma negação simbólica à globalização. Uma excepcional cooperação de radicais políticos e tradicionalistas culturais tornou-se a ordem do dia em muitas comunidades, onde, independentemente de sua intenção, aqueles itens marcados foram inseridos no panteão de “valores”, um termo bastante usado por estabelecimentos culturais para denotar os itens de repertório que não é permitido mudar.

Os acontecimentos recentes na Irlanda talvez possam nos ensinar algo sobre o que parece ser uma silenciosa mudança na postura de várias gerações de construtores culturais, tanto de elaboradores de ideias quanto de empreendedores culturais e da *intelligentsia* de gerações posteriores. Muitos estudiosos de história irlandesa moderna retrataram o imenso fardo imposto sobre os esforços de difundir a língua irlandesa entre a população do novo Estado irlandês. O conhecimento da língua irlandesa passou a ser uma condição para ser irlandês. No entanto, isso mudou e com isso muitas outras atitudes ligadas à separação e à distinção. Não me surpreenderia em absoluto saber que essa mudança, provavelmente provocada por um novo grupo de elaboradores de ideias e empreendedores culturais, esteja entre as principais causas da recente prosperidade social e econômica na Irlanda.

Quando conduzi meu primeiro estudo piloto na Galiza, no verão de 1993, não pude deixar de notar, quase imediatamente, que os defensores mais fervorosos da língua galega padrão eram aqueles que escolheram usá-la e não porque não conheciam o suficiente a língua castelhana. De fato,

⁹ Robert Greenberg, “Language, Nationalism, and the Yugoslav Successor States”, *Language, Ethnicity and the State*.

como também foi apontado por Sharon Roseman,¹⁰ muitos dos veementes defensores de uma cultura galega distinta eram pessoas que tinham o espanhol como primeira língua ou eram fluentes nele. O significado sociocultural e sociopolítico da castelhanização obviamente não é uma questão linguística, ou seja, uma questão de saber uma língua, mas de posição social. Nesses termos, minha conclusão foi de que somente pessoas que haviam adquirido o status sociocultural necessário poderiam dar-se ao luxo de falar a língua galega. Os outros, que ainda lutavam para angariar esse status, não viam nenhuma utilidade nela para alcançar seu objetivo. Certamente, esse não é um fenômeno único na história de movimentos da mudança sociocultural. Afinal, poucos líderes revolucionários modernos pertenciam à classe trabalhadora. Depois, pude encontrar, na Galiza, muitos indícios do que se pode chamar de um ressentimento popular silencioso, mas persistente e obstinado, contra um repertório galego distintivo, cujo componente mais notável tem sido, é claro, a língua galega normalizada. Isso não significa que as pessoas não tenham concordado com o que foi propagado por décadas, e que teve à época fortíssimo poder simbólico, especialmente no período da ditadura de Franco.

Jovens galegos das gerações mais novas são pragmáticos em relação à sua integração na sociedade, e em muitos casos são encorajados e apoiados pelos pais. As novas circunstâncias não mostram mais a perseguição, a humilhação e a exploração de poder estimuladas por uma língua que a maioria da população não domina. A descrição dolorosa em *Sempre en Galiza*, de Castelao, da “*nenos galegos*” [criança galega] que pode não ter um futuro se for obrigada a falar sua língua não nativa (e que seria redimida quando pudesse falar sua língua indígena)¹¹ não se enquadra mais nas realidades da Galiza atual. Também houve mudanças em outras comunidades, como na Irlanda e nas Ilhas Faroé, onde as atitudes baseadas em um sentido já angariado de autoconfiança tem sido registradas. Por exemplo, conforme o relatório de pesquisa de Nauerby feito em 1990 por uma comissão designada pelo comitê de educação faroês,

¹⁰ Sharon Roseman, “‘Falamos como falamos’: Linguistic Revitalization and the Maintenance of Local Vernaculars in Galicia”, *Journal of Linguistic Anthropology*; id., “‘Lenguas de solidaridad’ en el medio rural: El mantenimiento del gallego vernáculo”, *As linguas e as identidades: Ensaio de etnografía e de interpretación antropolóxica*.

¹¹ Daniel Castelao, *Sempre en Galiza*, Vigo, Editorial Galaxia, 2014.

Nas escolas [...] a língua faroesa está sendo associada com uma era passada com a qual os alunos não conseguem se identificar [...]. O dinamarquês, por outro lado, tem o apelo de um sujeito que lida com temas interessantes e do dia a dia. O *presente*, em outras palavras, pertence ao dinamarquês e o *passado* à língua faroesa: “[...] alunos em escolas faroesas se habituaram a identificar-se com uma cultura estrangeira enquanto se referem à sua própria cultura com um sorriso indulgente, como algo que nunca saiu da Idade Média”¹²

Um testemunho ainda mais forte de ressentimento é registrado por Helen Kelly-Holmes, que também pesquisou o caso. Em suas palavras,

A experiência de ser socializada no ideal de uma Irlanda gaélica através de um ensino compulsório e excessivo da língua irlandesa me deixou com aversão da superideologização da língua e da equação simplista de língua com identidade. [...] o fato de a língua irlandesa não ser atualmente a língua do dia a dia na Irlanda deve-se em larga medida à questão de ela ter sido sequestrada por ideólogos e imbuída de valores, qualidades e histórias muito distantes da cultura diária dos indivíduos. [...] Tendo crescido na Irlanda, os imperialistas culturais viviam em Dublin, não em Londres ou Hollywood. Esse não era o sentimento entre muitos dos meus colegas que aprendiam o irlandês como uma língua secundária na escola; o ressentimento era por vezes, talvez, ainda mais forte nos Gaeltacht falantes de língua irlandesa: “o fracasso em conciliar o nacionalismo romântico e o mito nacionalista com as realidades da vida dos Gaeltacht tem sido um elemento notável no fracasso de salvar

¹² No original: “In schools [...] Faroese [is] being associated with a bygone age with which the pupils cannot identify [...]. Danish, on the other hand, has the appeal of a subject which deals with present-day and interesting topics. The *present*, in other words, belongs to Danish and the *past* to Faroese: “[...] pupils in Faroese schools become accustomed to identifying themselves with a foreign culture while regarding their own with an indulgent smile, as something that never really made it out of the Middle Ages” (Tom Nauerby, *No Nation is an Island: Language, Culture and National Identity in the Faroe Islands*, p. 128-129). A citação dentro dessa citação foi retirada de: Jonhard Mikkelsen et al., *Føroyskt mál og støða tess í hf- og studentaskúlanu*, Tórshavn, Ilhas Faroé, Føroya skúlabókagrunnur, 1990, p. 35. Essa situação foi confirmada por pesquisas e análises posteriores. Para obter mais detalhes, consultar Karin Jóhanna Knudsen, “Language Use and Linguistic Nationalism in the Faroe Islands”, *International Journal of Multilingualism*. O artigo de Knudsen “questiona se a política linguística atual nas Ilhas Faroé é uma estratégia eficaz para manter e proteger uma língua demograficamente pequena — como o faroês — como uma língua viável” (ibid., p. 128).

a língua. Há pouco em comum entre os trabalhadores dos Gaeltacht que enxergam a língua como um instrumento, a ser descartado por um melhor quando se torna obsoleto, e os nacionalistas que pensam que o povo irlandês deveria falar a língua irlandesa porque sua nacionalidade é irlandesa e independente de considerações utilitárias”.¹³

Minha avaliação do caso galego é sustentada por Henrique Monteagudo e Xosé Manuel Nuñez Seixas em um artigo relativamente recente, de 2001, embora não de modo explícito, claro. A passagem a seguir me parece crucial:

Existe o risco de o nacionalismo galego do século XXI converter-se em um movimento voltado e apoiado por novos convertidos à língua galega de falantes de castelhano como primeira língua e residentes de áreas urbanas. Mas, considerando que se trata de uma língua neolatina e de fácil aquisição para um falante de castelhano, tudo continua sendo possível. Inclusive que as novas gerações, imbuídas de nacionalismo, ou de uma consideração socialmente positiva de sua identidade étnica, recuperem de maneira consciente a língua que seus avós quiseram abandonar.¹⁴

¹³ No original: “The experience of being socialized into an ideal of a Gaelic Ireland through excessive and compulsory Irish language teaching [...] has left me with an abhorrence of the over-ideologisation of language and the simplistic equation of language with identity. [...] the fact that Irish is not now the language of everyday life in Ireland is in no small way due to the fact that the language was hijacked by ideologues and imbued with values, qualities, histories far removed from the everyday culture lived by individuals. [...] Growing up in Ireland, the cultural imperialists lived in Dublin, not in London or Hollywood. This was not simply the feeling among many of my peers learning Irish as a second language at school; the resentment was at times perhaps stronger in the Irish speaking Gaeltacht: ‘The failure to reconcile romantic nationalism and nationalist myth with the realities of Gaeltacht life has been a conspicuous element in the failure to save the language. There is little common ground between Gaeltacht workers who see language as a tool, to be discarded for a better one when it becomes obsolete and nationalists who believe Irish people should speak Irish because they are Irish and regardless of utilitarian considerations’” (Helen Kelly-Holmes, “Language Maintenance or Language Fetishization? A Response to Michael Clyne”, *Current Issues in Languages & Society*, p. 168-169). A citação dentro dessa citação foi retirada de: Reg Hindley, *The Death of the Irish Language: A Qualified Obituary*, Londres, Routledge, 1990, p. 212.

¹⁴ No original: “Existe el riesgo de que el nacionalismo gallego del siglo XXI se convierta en un movimiento votado y apoyado por neoconvertos al idioma gallego de lengua inicial castellana y residentes en zonas urbanas. Pero, dado que se trata de un idioma neolatino y de fácil adquisición para un castellanohablante, todo sigue siendo posible. Incluso que nuevas generaciones, imbuidas de nacionalismo, o sencillamente, de una consideración socialmente positiva de su identidad

A discrepância da agenda da vida de pessoas comuns e os esquemas visionários concebidos por gerações anteriores de elaboradores de ideias e apoiados pela *intelligentsia* das gerações seguintes parece se manifestar tanto aqui que até mesmo as pessoas leais à causa da língua galega, como os autores citados nesse artigo, na qualidade de pesquisadores habilidosos e conscientes, não podem ignorá-la. Fiéis à língua galega, eles olham para a sina dessa língua com otimismo e pessimismo. Em contrapartida, eles, como pesquisadores, compreendem essa situação um tanto paradoxal, embora de maneira nenhuma a única na história do nacionalismo moderno, ou seja, essa situação em que as pessoas mais dedicadas a determinada causa talvez sejam aquelas que foram recrutadas para sê-lo e não as pessoas para quem a princípio se idealizou todo o empreendimento.

É compreensível que as escolhas e tarefas que os decisores de todos os níveis e tipos devem enfrentar hoje em dia, especialmente em comunidades onde a distância cultura deveria se tornar mais flexível se não quiserem cair em um beco sem saída, são difíceis e, com frequência, insuportáveis. É muito provável que elas não possam ser resolvidas por uma *intelligentsia* cuja principal tarefa seja perpetuar as soluções que herdaram de seus antecessores e que podem não ser mais válidas. Não é improvável, especialmente se um dos resultados da atividade da indústria de ideias tiver sido a geração de energia, que a solução definitiva seja implementada sem o esforço dos intelectuais e de outras pessoas interessadas no capital cultural, ou apesar dele. A “geração de energia” significa, em termos simples e concretos, que dentro de uma comunidade as pessoas têm cada vez menos medo de tomar decisões e assumir responsabilidades pela sua vida e pela vida daqueles que estão próximos. Penso que se isso é o que ocorreu na Irlanda, não é improvável que ocorra também em outros lugares.

étnica, recuperen conscientemente el idioma que sus abuelos quisieron abandonar” (Henrique Monteagudo e Xosé Núñez Seixas, “La política de la lengua en Galicia: De la reivindicación nacionalista a la planificación gubernamental, Políticas lingüísticas, Norma e Identidad: Estudios de casos y aspectos teóricos en torno al gallego, el español y lenguas minoritarias”, p. 65).

QUEM LUCRA COM O PATRIMÔNIO (E QUEM PERDE)?¹

Se imaginarmos o patrimônio, como sugerido pelas definições convencionais, como um repertório de características transmitido de uma geração à outra, caímos na armadilha de uma conceitualização circular, porque “patrimônio” então se torna simplesmente um sinônimo de “cultura” em geral e, desse modo, perde seu significado específico. Por conseguinte, prefiro a explicação alternativa de “patrimônio”, ou seja, aquela que o concebe como um conjunto seletivo de características em uma cultura, aquelas que são explicitamente “marcadas” (ou “rotuladas”) como valiosas e indispensáveis para a subsistência de um dado grupo. Em resumo, a transmissão cultural como tal não se torna um patrimônio sem que as características transmitidas sejam marcadas para adquirir valores simbólicos.

Marcar as características culturais a fim de torná-las ativos valiosos para aqueles que as possuem tem sido uma prática conhecida desde a aurora da história e, como é plausível supor, também nos tempos anteriores a ela. Uma magnífica evidência de que isso ocorreu em tempos pré-históricos está no sítio arqueológico de Göbekli Tepe, na região sudeste de Anatólia

¹ Baseado em um trabalho apresentado no primeiro encontro ProPeace, na Universidade de Wageningen, Wageningen (Países Baixos), ocorrido de 16 a 20 de janeiro de 2017, incluindo material apresentado na conferência proferida no Colóquio Geopolítica, Patrimônio e Conflitos, Universidade Jean Monnet, Saint Étienne, posteriormente publicado em Itamar Even-Zohar, “Le Patrimoine qui attise les conflits”, in Robert Belot [org.], *Géopolitique, conflits et patrimoine ethnologies*.

da atual Turquia, um local que foi muito usado entre 10 000 e 8 000 anos a.C.. Embora não tenhamos certeza de qual era a utilidade desse sítio, Klaus Schmidt, que o descobriu em 1996 e fez escavações nele até 2014, acreditava que ele havia sido usado como local sagrado,² e que “os pilares de pedra provavelmente representam os ancestrais, espíritos de mortos ou demônios”.³ Seu uso contínuo, o simbolismo elaborado e a ausência de vestígios de habitações indicam seu status de patrimônio intergeracional. Apesar de tal interpretação ser sustentada por constatações materiais, ela ainda é uma questão controversa. Mas a ideia da existência de práticas perpetuadas de patrimônio na pré-história não é mais algo inconcebível.

Por outro lado, há grandes evidências do uso proeminente do patrimônio desde a mais profunda antiguidade no quarto milênio a.C., com a fundação do Egito, um dos primeiros Estados do mundo. É surpreendente constatar que acadêmicos de destaque ignoram essa evidência e apresentam o patrimônio como uma novidade.⁴ Ao contrário dessas visões, é impressionante constatar que, nesses períodos da primeira antiguidade, todos os componentes dos usos e manipulações do patrimônio que supostamente caracterizam nosso próprio tempo já estão lá. Primeiro na Suméria, no Império Acádio e no Egito, e em seguida por todo o Crescente Fértil, um repertório amplo de características, tanto material quanto imaterial, foi elaborado e utilizado para servir como traços marcados. Naturalmente, esse repertório incluía edificações monumentais, como pirâmides e zigurates, ouro e pedras preciosas, estátuas e estelas, mobília, carruagens e cavalos, jardins suspensos e outras maravilhas.

² Klaus Schmidt, “Göbekli Tepe — The Stone Age Sanctuaries: New Results of Ongoing Excavations with a Special Focus on Sculptures and High Reliefs”, *Documenta Praehistorica*; Oliver Dietrich et al., “The Role of Cult and Feasting in the Emergence of Neolithic Communities: New Evidence from Göbekli Tepe, South-Eastern Turkey”, *Antiquity*.

³ No original: “[d]ie Steinpfeiler stellen womöglich Ahnen, Totengeister oder Dämonen dar” (Klaus Schmidt, “Als die Menschen sesshaft wurden”, *Forschung*, p. 14).

⁴ Por exemplo, Bugge considera que “a ideia de que esses objetos têm valor para além de sua utilidade e de que constituem um ‘patrimônio’ é algo relativamente novo”. No original: “the idea that such objects have a value beyond their utility and constitute a ‘heritage’ is in itself relatively new” (Peter Bugge, “A European Cultural Heritage? Reflections on a Concept and a Programme”, *Rethinking Heritage*, p. 62). De modo similar, na visão de Rodney Harrison, “o [p]atrimônio, e a experiência formalmente gradual de encontrar os traços físicos do passado no presente, tornou-se um aspecto onipresente da vida contemporânea”. No original: “[h]eritage, and the formally staged experience of encountering the physical traces of the past in the present, has become an all-pervasive aspect of contemporary life” (Rodney Harrison, *Heritage: Critical Approaches*, p. 1).

Tudo isso servia claramente para simbolizar o poder e para angariar prestígio; era atribuindo valor a esses elementos que eles se tornavam bens almeçados e indispensáveis para assumir não somente uma posição de destaque no mundo, mas também para assumir de fato qualquer posição. Desde tempos imemoriais até a atualidade, um conjunto dessas posses tem se convertido em um padrão para ser reconhecido como entidade no sistema mundial. Aqueles que acumularam esses bens têm chances melhores de marcá-los e convertê-los em ativos. Os principiantes, por outro lado, como Estados e nações novos, devem adotá-los de grupos anteriores ou inventá-los. As novas circunstâncias podem tornar possível o acréscimo de novos componentes ao conjunto já estabelecido e, assim, melhorar suas chances de alcançar esses ativos. Um exemplo aleatório: os manuscritos islandeses antigos que estiveram dispersos por séculos em várias casas na Islândia, que não eram considerados importantes, de repente se tornaram bens valiosos por volta do final do século XVIII durante o Romantismo europeu, que gerou uma competição para validar a ancestralidade.

No entanto, o conjunto material de componentes tem sido somente uma maneira de usar o patrimônio desde a antiguidade. A outra maneira, e talvez a mais poderosa, tem sido as características ideacionais ou imateriais que são marcadas como valiosas e se tornam, por sua vez, ativos pelos quais se angaria prestígio. É essa a autoimagem que os governantes vêm projetando de si como benfeitores da população governada. Esse tipo de imagem projetada, difundida através de propaganda política verbal e visual, tem sido perpetuada há séculos. Pelo menos do terceiro milênio a.C. até os dois mil anos seguintes, é assim que até mesmo os governantes mais cruéis preferiram apresentar-se aos seus súditos. Essa retórica foi frequentemente conduzida ao mesmo tempo em que se proclamava um forte vínculo com algum passado, até mesmo quando eram introduzidas reformas em vez de as tradições de um passado serem de fato preservadas. Os exemplos dessas práticas são abundantes, mas entre os destaques gostaria de mencionar o rei sumério Ur-Nammu (2047-2030 a.C.) e o rei babilônico Hammurabi (c. 1810-1750 a.C.); ambos conseguiram, em seu respectivo mandato, criar e manter um enorme império na Mesopotâmia. A fim de pacificar a população heterogênea, cujos territórios conquistaram, eles demonstraram lealdade às tradições locais do passado, não somente através de declarações verbais, mas, de modo ainda mais eficiente, iniciando grandes projetos de construção voltados para os

deuses locais e mantendo as tradições práticas de medidas econômicas, como a manutenção e o desenvolvimento da vasta rede de canais de irrigação. As estratégias de Hammurabi são muito semelhantes às de seus antecessores. Uma de suas notáveis iniciativas, a que o tornou famoso na história mundial, é o seu novo Código de Leis. No entanto, com Ur-Nammu, que compôs o primeiro código conhecido do gênero, a própria elaboração de um código de lei tornou-se uma característica indispensável, uma parte do repertório que deveria ser seguida e implementada por qualquer governante ou grupo. Ademais, o ato em si teve de ser marcado como valioso a fim de garantir que ele servisse para angariar prestígio. Depois disso, nenhum governante com alguma aspiração foi capaz de eximir-se de compor e adaptar um código de leis.⁵ Outra mudança introduzida por Ur-Nammu foi o hino da realeza. Talvez isso tenha sido algo inédito até aquele momento, mas se tornou muito popular entre seus sucessores e desde então foi estabelecido em todos os repertórios patrimoniais.⁶ Segundo Hallo, “[...] pode-se dizer que nosso gênero abrange quase 500 anos, atravessando sete dinastias diferentes. Em nenhum momento houve interrupção em uma geração sequer entre os governantes e as dinastias celebradas nesse gênero”⁷.

Mostrar respeito pelo passado através da oralidade e de impressionantes projetos de construção foi fundamental para que governantes como os faraós do Egito e os reis da Mesopotâmia inculcassem um certo grau de coesão sociocultural nas populações sob seu jugo. Como demonstram os casos de Ur-Nammu e Hammurabi, entre tantos outros no decorrer da história do Crescente Fértil, os governantes preferiam interagir com população persuadindo-a, em vez de exercitar sua força sobre ela. Alcançar a deferência

⁵ Entre os mais famosos legisladores, muitos séculos mais tarde, pode-se citar o sultão otomano Süleyman, “Solimão, o Magnífico”, conhecido em seu país como “O Legislador”. Seu códex é considerado um ato ousado tendo em conta a santidade da sharia islâmica, mas não se deve esquecer de que Solimão pode não ter tido a escolha de não seguir seu pai Selim I, bem como seu bisavô Mehmet II, sendo que ambos haviam criado códigos inovadores.

⁶ Marlies Heinz, “The Ur III, Old Babylonian, and Kassite Empires”, *A Companion to the Archaeology of the Ancient Near East*, p. 713; e Steve Tinney, “Ur-Namma the Canal-Digger: Context, Continuity and Change in Sumerian Literature”, *Journal of Cuneiform Studies*.

⁷ No original: “[...] the extent of our genre can be said to cover close to five hundred years and as many as seven different dynasties. At no time is there a certain gap of even so much as a generation between the rulers or dynasties commemorated in the genre” (William Halo, *The World’s Oldest Literature: Studies in Sumerian Belles-Lettres*, p. 185).

da população conquistando seu *respeito*, e não lhe inculcando *medo*, veio a ser muito mais lucrativo e muito menos dispendioso. Há muita diferença entre reconhecer o status superior do outro pelo medo e pelo respeito. Isso acontece porque, quando respeitamos algo, agimos voluntariamente, sem nenhuma coerção. O mesmo tipo de estratégia também serviu para propósitos externos, ou seja, como ativos que podem criar prestígio em relação aos outros. Quando em competição, cada participante tenta ser pelo menos igual aos outros, e possivelmente mais respeitado do que os outros. Esse tipo de respeito é o que se costuma chamar de “prestígio”.

A busca por esse prestígio faz que alguns desejem seguir o exemplo de outros e acabem adotando o mesmo tipo de características que teria propiciado um status melhor em um sistema mundial coevo. Desse modo, as características que são estabelecidas em um período por grupos bem-sucedidos, como o Egito, a Suméria e a Babilônia, são consideradas um patrimônio marcado durante os séculos seguintes. De fato, a maioria das características inventadas e difundidas na Idade do Bronze e na Idade do Ferro no Crescente Fértil continua entre nós.⁸ Evidentemente, aqueles que conseguiram instaurar e controlar essas características, fizeram isso pensando no lucro. Os governantes e suas elites foram aqueles que mais lucraram, mas poder-se-ia dizer com a devida cautela que, nos casos em que a sociedade atingiu um grau de prosperidade muito grande — e conseqüentemente mais liberdade de circulação e mais segurança, determinadas pela lei e pela ordem —, círculos mais amplos também receberam uma parte desse lucro. Contudo, a evidência tende a indicar que aqueles que estão no controle, ou seja, governantes e órgãos de governança de modo geral, estão mais interessados nesses ativos geradores de prestígio do que a população. Parece que, tanto na antiguidade como hoje em dia, a eficácia dos autodenominados bens simbólicos do grupo pode desenvolver-se mais sob confrontos e conflitos, sejam violentos ou não, do que em tempos de tranquilidade. Disputas por ativos simbólicos podem incitar pessoas indiferentes a tomarem partido em uma contenda. Alguns exemplos podem ilustrar o caso.

Uma forte comoção surgiu entre os armênios e os turcos após a descoberta do sítio Göbekli Tepe na região sudeste de Anatólia na Turquia. Cada parte reivindicou o que foi encontrado ali como parte de sua história

⁸ Id., *Origins: The Ancient Near Eastern Background of Some Modern Western Institutions*.

e cultura, mesmo que não pertencesse a nenhuma delas. Graham Hancock relata que “muitos armênios ficam indignados com fato de a Turquia reivindicar esse importante local como exclusivamente seu, embora o antigo vínculo armênio nem mesmo existisse”.⁹ Em um comentário de um vídeo no YouTube, citado por Hancock, um armênio comentou: “Aqueles pessoas que construíram Portasar [Göbekli Tepe, em armênio] estão aqui entre os armênios. Seus espíritos foram transpostos aos armênios de hoje”.¹⁰

Um exemplo mais notório é o caso do chamado Monte do Templo em Jerusalém, que mostra várias estratégias de utilização do patrimônio usadas pelos grupos a fim de obter vantagens sobre seus oponentes. Tais estratégias incluem desde aniquilar e eliminar o patrimônio do outro até negá-lo através de adoção, usurpação direta ou apropriação. Quando um grupo aniquila e elimina o patrimônio de outro, ele o destrói não só física e politicamente, mas também mentalmente. Os antigos métodos da Assíria e da Babilônia para destruir cidades conquistadas; a devastação romana de Cartago e Jerusalém; e a destruição das estátuas de Buda pelo Talibã são exemplos emblemáticos de consciência coletiva. De forma semelhante, a decisão de Stálin de alargar o suposto território de Sarquel, a cidade medieval do Império Cazar, com a construção de uma nova represa próxima a Astracã, foi atribuída a seu desejo de apagar a memória dos cázaros, um assunto sensível na era soviética.

A negação, a usurpação e a apropriação podem estar escondidas atrás de meios de eliminação mais sutis, mas para a parte afetada eles são tão ou mais radicais. Essas medidas não têm somente por objetivo eliminar o patrimônio do outro na realidade e na memória, material e imaterialmente: elas querem possuir o que era do outro. O grupo vitorioso não destrói ou apaga o patrimônio da memória, mas, ao contrário, reivindica-o, e ao mesmo tempo nega os direitos do proprietário anterior. Exemplos: monumentos pagãos (como templos e outros locais de veneração) transformam-se em igrejas; igrejas transformam-se em mesquitas (como a basílica de Jerusalém ou a catedral Santa Sofia em Constantinopla, que se tornou um museu e, recentemente, de novo uma mesquita). Sinagogas, assim como mesquitas,

⁹ No original: “many Armenians are outraged that Turkey claims this uniquely important site as its own heritage as though the ancient Armenian connection did not even exist” (Graham Hancock, *Magicians of the Gods: The Forgotten Wisdom of Earth's Lost Civilization*).

¹⁰ No original: “Those people who built Portasar (the Armenian name of Göbekli Tepe) are here among the Armenians. Their spirits have transcended into the Armenian people of today” (ibid.).

foram transformadas em igrejas em todas as regiões da Espanha após a expulsão dos muçulmanos e judeus em 1492. Isso se estende a outros tipos de posse, como os vários exemplos de propriedade intelectual. A *Bíblia Hebraica* tornou-se propriedade dos cristãos, sem mencionar os protagonistas hebreus, como os patriarcas e profetas, que foram adotados e confiscados por várias outras culturas.

O monte sagrado de Jerusalém, cujas edificações foram destruídas pelos babilônios e romanos, foi parcialmente reconstruído com uma igreja bizantina, que anos mais tarde foi destruída e, em 705 d.C., reerguida pelo califa Ualide em forma de basílica com função de mesquita. Tornou-se uma igreja com as Cruzadas após 1099, e depois foi reabilitada como mesquita na dinastia de Saladino em 1187. As tradições populares introduziram o monte como o local onde o patriarca Abraão levou seu filho Isaac para ser sacrificado em nome de seu deus. O Islã apagou Isaac de sua memória e o substituiu por Ismael. Um feriado foi instituído para marcar o evento na memória coletiva, a saber, a Festa do Sacrifício. Note que isso não é uma tradição árabe pré-islâmica nativa; basta olhar para o nome Ismael, que mostra sua origem grega em vez de árabe ou até mesmo hebraica. Seu objetivo era reivindicar a posse e, conseqüentemente, o valor simbólico do monte, expropriando-o das outras partes envolvidas.

Nessa guerra de posse, o jogo duplo de apropriação e substituição desempenhou seu papel no tratamento dos nomes. Por muito tempo, o monte recebeu em árabe o nome de Bayt al-Maqdis [A Casa do Templo], que é uma tradução literal do hebraico Bet ha-Miqdash, nome que a cidade toda recebeu. Mais tarde foi abreviado para Al-Quds [Santidade], mas conflitos recentes levaram ativistas árabes a adotarem mais uma vez o nome Bayt al-Maqdis a fim de nomear organizações e instituições, como o Centro de Jerusalém para Estudos Documentários.¹¹ Por outro lado, o nome atual do monte em árabe é Al-Haram ash-Sharif [Santuário Nobre], que se desvincula do nome original.

Esse processo de usurpação e reapropriação patrimoniais ainda está ativo graças ao poder de difusão da internet e aos jornalistas, aos semicientistas e até mesmo às autoridades religiosas islâmicas, que chegam ao ponto de negar a existência histórica de templos judaicos no Monte.¹²

¹¹ <http://www.aqsaonline.org>.

¹² Os argumentos a respeito disso são vários e tipicamente contraditórios: alguns negam a existência de um templo judaico (“há falta de evidência material”), outros negam que haja uma

É óbvio que o patrimônio é mobilizado e explorado nos casos mencionados acima como uma forma de vencer uma batalha geopolítica simbólica, porém importante. O patrimônio não é em si a fonte nem a causa de grande parte desses conflitos. No entanto, quando um conflito já está ocorrendo, até mesmo em situações em que o arsenal de medidas físicas é eficaz nas mãos de alguma parte, manipular as emoções para favorecer o entusiasmo pelo patrimônio sempre ajuda a elevar o nível de comprometimento dos membros do grupo envolvido. Parece que a necessidade é ainda mais forte e talvez mais eficaz quando o grupo em questão é o participante mais fraco do conflito e esse simbolismo pode então tornar-se o último recurso na ausência de outros meios. Nessas situações, ainda que não houvesse recursos de patrimônio disponíveis para esse uso, os grupos não encontrarão problemas para inventar repertórios patrimoniais *in situ* e reivindicar que são antigos.

Por mais paradoxal que pareça, esse uso do patrimônio em situações de conflito ajuda o patrimônio e seus adeptos a reter seu poder real ou potencial quando ele parece tê-lo perdido. Até recentemente, antes da nova onda de imigração e ameaças terroristas, pelo menos nos países do Ocidente parecia que as pessoas haviam se tornado indiferentes ao patrimônio. O fato que isso está se tornando cada vez menos um instrumento para a organização sociocultural e cada vez mais uma mercadoria geradora de renda é bem conhecido, atraindo pessoas de fora do grupo para consumi-la de vários modos, o que na maioria dos casos é feito pelo turismo. Em resumo, o uso do patrimônio para encorajar um comportamento conflituoso causa dano aos grupos envolvidos, mas ao mesmo tempo também evita que o patrimônio perca seu poder de gerar e manter a coesão.

Esse tipo de atenção e interesse inesperados por bens guardados em algum depósito, como cânones de arte e museus, surgem quando alguém tenta mudar seu status nesse depósito. Em um trabalho recente, os colegas Elias Torres, Antonio Monegal e eu tratamos de casos na Itália, em Portugal e no

ligação entre “os judeus de hoje” e “os filhos de Jacó, os israelitas de antigamente”. Outro argumento está promovendo a ideia de que Moisés, “o fundador do judaísmo”, não tinha qualquer relação com Jerusalém, “visto que ele nasceu e morreu no Egito” (segundo a tradição islâmica). Um argumento adicional é que embora seja verdade que havia templos judaicos no monte, os árabes da Palestina seriam ainda “mais antigos que os judeus”, sendo de “origens cananeias”.

Brasil em que tentaram retirar certos textos canônicos do currículo escolar.¹³ Embora poucas pessoas leiam esse tipo de texto hoje em dia e as crianças em idade escolar não os estimem tanto assim, quando essas medidas eram anunciadas, ou mesmo sugeridas, um grande protesto vindo das camadas cultas e populares surgia de forma repentina nesses países, demandando a retirada das decisões. Comentamos que, embora os textos fossem, para a maioria das pessoas, entediantes e difíceis de ler, elas não aceitavam a ideia de que eles poderiam ser eliminados do cânone da literatura mundial, quando eram reconhecidos como integrantes dele.

Os governantes antigos e os movimentos nacionais modernos tentaram persuadir as populações em geral de que as características marcadas poderiam ser lucrativas, assim como tentaram manipular o sentimento coletivo com o lucro, o que pelo menos em parte tem sido bem-sucedido. Contudo, existem fortes indicativos de que, no mundo atual, esses capitais simbólicos estejam perdendo poder, seja ao criar consenso interno ou ao gerar prestígio e convertê-lo em lucros tangíveis na competição entre grupos. Nações modernas, ou entidades como a União Europeia, investem muitos esforços e recursos financeiros para preservar e propagar tanto características materiais quanto ideacionais, marcando-as como valiosas e tornando-as parte de identidades locais e globais a serem emuladas por grupos e indivíduos. Apesar de tudo isso, quando se trata de sociedades estáveis e estabelecidas, o que parece ocorrer foi diagnosticado há mais de vinte anos por Gísli Sigurðsson em sua obra-prima “Icelandic National Identity: From Nationalism to Tourism” [A identidade nacional islandesa: Do nacionalismo ao turismo].¹⁴ Seu estudo indica que, embora os islandeses tenham se tornado relativamente indiferentes ao seu patrimônio, que inclui vulcões, geleiras e gêiseres, a Islândia agora está inundada de turistas que viajam com a intenção de ver todas essas riquezas. Desse modo, como sugeri em 2010,

[...] nos países da União Europeia, que não têm mais de legitimar sua existência ou justificar o valor de seus patrimônios, o trabalho patrimonial está, com frequência, já desvinculado do trabalho de

¹³ Itamar Even-Zohar et al., *The End of Literature or What Purposes Does It Continue to Serve?*, *Poetics Today*.

¹⁴ Gísli Sigurðsson, “Icelandic National Identity: From Nationalism to Tourism”, *Making Europe in Nordic Contexts*.

identidade, tendo por objetivo reforçar o valor dos ativos expostos à venda. Quando esses objetos e imagens são abundantes, as instituições do Estado envolvidas na promoção de patrimônios se dedicam somente a facilitar o acesso físico a esses ativos (como lugares e monumentos, livros e manuscritos), ou promovê-los através de publicações, ofertas de visitação ou pela internet. Por outro lado, para áreas pouco conhecidas ou que necessitem de incentivo econômico, os objetos e imagens patrimoniais podem ser extraídos de fontes imaginárias ou ocultas. Em suma, é sensato acreditar que o patrimônio se tornou, em grande parte, uma competição acerca de “quem possui os melhores bens para vender”, enquanto que no dia a dia da maioria das pessoas eles não apresentam muito significado.¹⁵

Seria apropriado perguntar mais uma vez: quem lucra com o patrimônio hoje? A resposta deve ser quase a mesma: em primeiro lugar, os órgãos governantes e suas elites, por serem capazes de negociar o status e a posição e por angariarem prestígio ao atrair mais turismo, assim captando rendimentos dessa indústria. Não se pode contestar que uma parte da população também se beneficia, mas as outras partes podem sofrer com o excedente turístico, que converteu muitos lugares em lojas de souvenir e esvaziaram a vida dos residentes locais. Entidades como os Estados ou a União Europeia aprenderam a ornamentar essa mercantilização do patrimônio com um jargão sofisticado, fornecido pelos membros da classe culta, para iniciarem um novo nível de competição em torno de ativos desejados ao marcarem até mesmo o turismo banal como motivado por grandes valores patrimoniais honrados pelo tempo. Essa é uma estratégia inteligente, ou, se você preferir, uma cortina de fumaça.

Além disso, os conflitos *dentro* do grupo podem ser mencionados como um caso em que o patrimônio gera ao mesmo tempo lucro e prejuízo. Refiro-me a situações em que o modo de vida das pessoas comuns é ameaçado não por um adversário externo mas por seus órgãos governantes em geral eleitos de forma democrática. Um desses casos é o dano causado aos habitantes de localidades urbanas pelas autoridades que decidem evacuar residentes a fim de desempenhar o que alguns pesquisadores chamam de “transformação em

¹⁵ Itamar Even-Zohar, “O mercado de identidades coletivas e de trabalho patrimonial”, nesta coletânea, p. 101.

patrimônio” (patrimonização),¹⁶ isto é, usar ativos disponíveis ou fabricados para gerar lucro financeiro em detrimento das populações locais. Segundo Hammami e Uzer,

[...] as autoridades selecionam lugares e objetos específicos e atribuem valor a eles através de processos de “patrimonização” [...]. Esses processos com frequência imbuem as autoridades de razão legítima e moral para intervir na vida diária das pessoas [...], e constroem os valores histórico-culturais desses lugares e objetos. Isso pode evoluir para uma mudança urbana forçada e resultar em “deslocamento”,¹⁷ “gentrificação”,¹⁸ “exclusão”,¹⁹ “marginalização”,²⁰ “higienização do espaço”,²¹ ou “alienação”,²² tanto do ambiente construído quanto da comunidade.²³

Nesse tipo de conflito entre o patrimônio imposto de cima para baixo e as emoções do patrimônio local que correm no sentido contrário, pode-se ver como o patrimônio causa prejuízo aos moradores das cidades modernas, e como ele era executado no passado, mesmo em um passado remoto, como na construção das pirâmides, que sujeitou as pessoas a condições de vida deploráveis. Nesses casos, um patrimônio é colocado contra o outro, ou seja,

¹⁶ Feras Hammami, “Conservation, Innovation and Healing of the Well-Preserved Medieval Ystad”, *Journal of Urban Research and Practice*; David Harvey, “Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies”, *International Journal of Heritage Studies*; e Laurajane Smith, *Uses of Heritage*.

¹⁷ Loreta Lees et al., *Global Gentrifications: Uneven Development and Displacement*.

¹⁸ Arkaraprasertkul Non, “Gentrification from Within: Urban Social Change as Anthropological Process”, *Asian Anthropology*.

¹⁹ Mark Ingram, “Emplacement and the Politics of Heritage in Low-Income Neighbourhoods of Marseille”, *International Journal of Heritage Studies*.

²⁰ Loïc Wacquant, “Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality”, *Thesis Eleven*.

²¹ Michael Herzfeld, *Evicted from Eternity: The Restructuring of Modern Rome*.

²² Dallen Timothy e Jeanne Kay Guelke, *Geography and Genealogy: Locating Personal Pasts*.

²³ No original: “[...] authorities select specific places and objects, and place value on them through processes of ‘heritageisation’ [...]. Such processes often provide authorities with legitimate and moral reason to intervene in people’s daily lives [...], and construct the historic and cultural values of places and objects. This may develop into enforced urban change and result in ‘displacement’, ‘gentrification’, ‘exclusion’, ‘marginalisation’, ‘spatial cleansing’, or ‘alienation’ of both built environment and community” (Feras Hammami e Evren Uzer, “Heritage and Resistance: Irregularities, Temporalities and Cumulative Impact”, *International Journal of Heritage Studies*, p. 1).

o patrimônio oficial, frequentemente fabricado ou falso, contra o patrimônio da vida das pessoas.

Conclusão

As agências de patrimônio tendem sempre a apresentá-lo como um componente indispensável de qualquer cultura, que realiza funções úteis e positivas para melhorar a qualidade de vida de qualquer grupo em relação a qualquer outro através da aquisição de prestígio, tendo por objetivo produzir benefícios. Ignora-se o fato de que insistir na necessidade de ter um patrimônio leva, inevitável e frequentemente, à criação e amplificação de rivalidades, além de essas rivalidades gerarem conflitos que podem prejudicar as partes envolvidas. A pesquisa sobre o patrimônio precisa olhar de forma crítica para essa rede, admitir seus perigos e promover a consciência universal da existência delas.

O TRABALHO IDEACIONAL E O CASO BASCO: ALGUMAS NOTAS¹

Em que medida as pessoas que elaboram ideias ou narrativas têm sido indispensáveis para a existência de grupos ao longo da história humana? Pressupomos que a humanidade tem organizado sua existência sempre formando grupos. O tamanho desses grupos tem mudado constantemente. Sabemos que na pré-história humana os grupos tinham de ser pequenos para facilitar a mobilidade, condição básica para sua sobrevivência. Em contrapartida, com o nascimento da agricultura no Neolítico, esses grupos tornaram-se conjuntos maiores, em geral heterogêneos e possivelmente conflituosos, com organização estatal, que em muitos casos procurou transformar-se também em uma configuração sociocultural coerente. A necessidade de empregar outras medidas que não a força para manter as organizações estatais parece ter surgido muito cedo na história. Os que ostentavam o poder entendiam que persuadir as pessoas para que elas aceitassem o regime e a existência do Estado era uma estratégia mais eficaz — e de fato mais barata — do que empregar apenas medidas coercitivas. Nosso conhecimento atual sobre a história de antigas entidades políticas, como o Egito, a Babilônia, a Assíria e o Império Hitita (para mencionar apenas algumas), mostra-nos que, quase desde o início de sua criação, o poder já

¹ Publicado sob o título “Epílogo — El trabajo ideacional y el caso vasco: algunas notas” em: Jon Kortazar [org.], *Autonomía e ideología: Tensiones en el campo cultural vasco*, Madri / Frankfurt, Iberoamericana / Vervuert, 2016, p. 377-380.

contava com uma equipe heterogênea de especialistas encarregados de criar repertórios diversos que serviram para persuadir a população a aceitar a organização política de tal Estado e seu sentimento de pertencimento a ele como se fosse algo natural e irresistível. Essa equipe instituiu crenças a serem difundidas entre a população com a ajuda de rituais, narrativas míticas e históricas, monumentos e construções, e também com a expressão direta de ideias.

Sem dúvida, a natureza, o status social e o comportamento dessa classe de pessoas têm sido muito diferentes ao longo do tempo e do espaço. Entretanto, sua função, o caráter de seu trabalho e muitas vezes seu resultado têm sido em geral estáveis nos últimos 6 000 anos de história pelo menos. Em certos períodos essas pessoas trabalharam como criadores de repertórios, enquanto em outros atuaram apenas como divulgadores de repertórios que já existiam. Em alguns momentos, foram mobilizados diretamente pelo poder e forneceram as ferramentas semióticas para manter a organização política e sociocultural existente. Em outros momentos, por outro lado, agiram como agentes independentes capazes de criar e divulgar seus próprios repertórios, muitas vezes contra o poder, mas também quando não havia um poder eficaz ou quando ele não existia.

Essa classe de pessoas, profissionais ou amantes das ideias, é, portanto, muito antiga. Os tipos de trabalho que eles criam desde a antiguidade têm sido aceitos, legitimados e canonizados de tal maneira que já estamos todos habituados a olhar essas pessoas com naturalidade e sem surpresa. Para buscar a origem das ideias comuns, das atitudes cotidianas de populações inteiras, suas simpatias e antipatias, suas preferências e prioridades, voltamos quase automática e indubitavelmente aos produtos desses elaboradores de ideias e narrativas. Ao longo dos séculos, essas pessoas acumularam não apenas um enorme capital simbólico, mas também alcançaram uma posição social que lhes deu o poder de ditar ideias por meio de várias instituições e redes sociais, parcialmente criadas com sua ajuda ou por iniciativa própria. Em outras palavras, na nossa tradição cultural não há dúvidas sobre a posição que os vários integrantes desse grupo assumem; eles já receberam diversos nomes: sábios, profetas, filósofos, escritores, poetas, artistas, ideólogos, intelectuais, religiosos, figuras espirituais etc. Seu trabalho pode ser definido como “ideacional” e seus produtos devem ser infiltrados na mente e no comportamento das populações nas quais trabalharam.

Embora os resultados do trabalho ideacional possam ser os mesmos para os “de cima”, ou seja, mobilizados pelo poder, e para os “de baixo”, mobilizados por eles mesmos, os processos de adaptação e mudança sociocultural são diferentes. Contudo, em muitos casos, os que trabalham “de baixo” para criar repertórios que talvez gerem mudança também são profissionais mobilizados pelo poder, por vezes um poder que eles mesmos ajudaram a instaurar ou produzir quando este não existia. Toda a história dos Estados modernos, desde o século XIII, é a combinação de um trabalho ideacional dos dois tipos. Parece que, muitas vezes por causa da narrativa que essas pessoas criam, elas são caracterizadas como agentes “de baixo” apenas quando se trata de criar novas entidades — entidades que são criadas com a intenção de serem culturais, mas acabam se transformando em entidades políticas —, como o Estado italiano, de um lado, ou as comunidades autônomas espanholas, de outro. Na verdade, os de baixo sempre buscaram apoio de algum poder para divulgar suas ideias, e desse modo nasceu a cooperação com indivíduos e organizações capazes de adotar ideias e implementá-las na realidade. São os agentes que chamamos de “empreendedores”, ou seja, indivíduos ou coletivos que podem transformar ideias em ações e com elas mudar uma realidade coletiva ou “grupal”.

O caso basco, de que trata o livro organizado por Jon Kortazar,² não é uma exceção à natureza histórica das atividades e indústrias ideacionais. Direta ou indiretamente, esse caso mostra como as opções de atuação ideacional têm sido adotadas com sucesso no País Basco desde o princípio do movimento nacionalista moderno. A iniciativa de reintroduzir o *euskera*, uma língua quase morta, não foi muito diferente de outras iniciativas em lugares como a França, a Itália, a Alemanha, a Noruega e a Islândia. Ao contrário desses casos, contudo, o trabalho ideacional ainda não gerou nenhum êxito político, e, como nos casos do galego e do faroês, o futuro do projeto de construir uma entidade basca — cultural e/ou política — não está garantido. Temos, assim, um caso mais *in medias res* do que um *fait accompli*, algo que nos dá a oportunidade de reavaliar nossa compreensão e nossa análise dos casos históricos que estão quase chegando ao fim. Trata-se, então, de uma contribuição muito importante para a “biblioteca” ainda não suficientemente rica sobre como os elaboradores de ideias, os empreendedores e o poder

² Jon Kortazar [org.], op. cit., 2016.

interagem entre si. Entretanto, como em toda “biblioteca”, ainda falta nessa coletânea algo que poderíamos alcançar em um caso vivo como esse, algo que se perdeu nos casos já concluídos: as maneiras reais pelas quais esse trabalho ideacional-empresendedor, com ou sem o apoio de um poder, tem sido bem-sucedido — ou não — ao ser difundido em uma população heterogênea e ao mobilizar os pensamentos, as atitudes e as ações de um grupo inteiro.

REFERÊNCIAS

ALEXANDROV, Vladimir. "Biology, Semiosis, and Cultural Difference in Lotman's Semiosphere". *Comparative Literature*, v. 52, n. 4, p. 339-362, 2000.

ASSMANN, Jan. *Maât, l'Égypte pharaonique et l'idée de justice sociale*. Paris: Julliard, 1989.

AZAÑA, Manuel. *El problema español y apelación a la república*. Madrid: Aguilar, 1990.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. "Two Faces of Power". *The American Political Science Review*, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

BARTOLI, Paolo. *Il condizionamento sociale*. Florença: La Nuova Italia, 1981.

BENBABAALI, Dalel. "From the Peasant Armed Struggle to the Telangana State: Changes and Continuities in a South Indian Region's Uprisings". *Contemporary South Asia*, v. 24, n. 2, p. 184-196, 2016.

BENNETT, Dirk. "Chariot Racing in the Ancient World". *History Today*, v. 47, n. 12, p. 41-48, 1997.

BESWICK, Jaine. "Galician Language Planning and Implications for Regional Identity: Restoration or Elimination?". *National Identities*, v. 4, n. 3, p. 257-271, 2002.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

- BIETAK, Manfred. *Avaris and Piramesse: Archaeological Exploration in the Eastern Nile Delta*. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- BLAUG, Marc. *Economic History and the History of Economics*. Nova York: NYU Press, 1986.
- BORGEN, William; AMUNDSON, Norman; MCVICAR, Jonathan. "The Experience of Unemployment for Fishery Workers in Newfoundland: What Helps and Hinders". *Journal of Employment Counseling*, v. 39, p. 117-126, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. "A opinião pública não existe". *Questões de sociologia*. São Paulo: Editora Vozes, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. "O mercado de bens simbólicos", in MICELI, Sérgio [org.]. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 99-181.
- BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, trad. Siân Reynolds. Nova York: Harper and Row, 1976.
- BROOK, Kevin Alan. *The Jews of Khazaria*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.
- BRYCE, Trevor. *Letters of the Great Kings of the Ancient Near East: The Royal Correspondence of the Late Bronze Age*. Londres / Nova York: Routledge, 2003.
- BUGGE, Peter. "A European Cultural Heritage? Reflections on a Concept and a Programme", in PECKHAM, Robert Shannan [org.]. *Rethinking Heritage*. Londres: I. B. Tauris, 2003, p. 61-73.
- CLINE, Eric. *1177 BC: The Year Civilization Collapsed*. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- CROCKER, Stephen. "Hauled Kicking and Screaming into Modernity: Non-Synchronicity and Globalization in Post-War Newfoundland". *Topia*, n. 3, p. 81-94, 2000.
- ÇAMBEL, Halet; HAWKINS, John David; RÖLLIG, Wolfgang. *Corpus of Hieroglyphic Luwian Inscriptions*. Vol. II: Karatepe-Aslantas: The Inscriptions: Facsimile Edition [Studies in Inda-European Language and

Culture /New Series, 8.2; Ed. Gusmani, Roberto, et al.]. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 1999.

DAVIS, John. “Social Creativity”, in HANN, C. M. [org.]. *When History Accelerates: Essays on Rapid Social Change, Complexity and Creativity*. Londres: The Athlone Press, 1994, p. 95-110.

DE MAURO, Tullio. *Storia linguistica dell'Italia unita*. Roma: Laterza, 1984 [1963].

DIAMOND, Jared. “Ten Thousand Years of Solitude”. *Discover*, v. 14, n. 3, p. 48-58, 1993.

DIAMOND, Jared. “How to Get Rich”. *Edge*, n. 56, 7 jun. 1999.

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DIAMOND, Jared; ROBINSON, James. *Natural Experiments of History*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

DIETRICH, Oliver et al. “The role of Cult and Feasting in the Emergence of Neolithic Communities: New Evidence from Göbekli Tepe, South-Eastern Turkey”. *Antiquity*, v. 86, n. 333, p. 674-695, 2012.

DODD, Philip. “Englishness and the National Culture”, in COLLS, Robert; DODD, Philip [org.]. *Englishness: Politics and Culture 1880-1920*. London: Croom Helm, 1986, p. 1-28.

DONNER, Herbert; RÖLLIG, Wolfgang. *Kanaanäische und Aramäische Inschriften*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1971.

DURING, Roel. *Cultural Heritage Discourses and Europeanisation: Discursive Embedding of Cultural Heritage in Europe of the Regions*. Wageningen: Wageningen University, 2010.

DURING, Roel [org.]. *Cultural Heritage and Identity Politics*. Wageningen: Wageningen University / The Silk Road Research Foundation, 2011.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*, trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. *The Civilizing Process*, trad. Edmund Jephcott. Oxford: Blackwell, 1994.

ELIAS, Norbert. *Teoria simbólica*, trad. Paulo Jorge Valverde. Oeiras: Celta, 2002.

EVEN-ZOHAR, Itamar. “Polysystem Studies”. *Poetics Today*, v. 11, n. 1. 1990a.

EVEN-ZOHAR, Itamar. “The Emergence of a Native Hebrew Culture in Palestine (1882-1948)”. *Poetics Today*, v. 11, n. 1, p. 175-191, 1990b. [Ed. bras.: O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948). *Cadernos de língua e literatura hebraica*, trad. Alexandre Daniel de Souza Feldman, n. 1, p. 13-32, 1998].

EVEN-ZOHAR, Itamar. “La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa”, in VILLANUEVA, Darío [org.]. *Avances en teoría de la literatura: Estética de la recepción, pragmática, teoría empírica y teoría de los polisistemas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1994, p. 357-377.

EVEN-ZOHAR, Itamar. “Planificación da cultura e mercado”. *Grial*, v. 33, n. 126, p. 181-200, 1995.

EVEN-ZOHAR, Itamar. “Soluciones anticuadas e a industria de ideas”. *Anuario de estudios literarios galegos*, p. 39-53, 2002. [Nesta coletânea]

EVEN-ZOHAR, Itamar. “Idea-Makers, Culture Entrepreneurs, Makers of Life Images, and the Prospects of Success”. Texto apresentado no Trinity College, Hartford, 10 de mar. 2003. [Nesta coletânea]

EVEN-ZOHAR, Itamar. “Culture Planning, Cohesion, and The Making and Maintenance of Entities”, in PYM, Anthony et al. [org.]. *Beyond Descriptive Translation Studies: Investigations in Homage to Gideon Toury*. Amsterdã / Filadélfia: John Benjamins, 2008, p. 277-292. [Nesta coletânea]

EVEN-ZOHAR, Itamar. “The Market of Collective Identities and Legacy Work”, in DURING, Roel [org.]. *Cultural Heritage and Identity Politics*. Wageningen: Wageningen UR / The Silk Road Research Foundation, 2011, p. 31-37. [Nesta coletânea]

EVEN-ZOHAR, Itamar. “Intellectual Labor and the Success of Societies”, in HESS-LÜTTICH, Ernest W. B. [org.]. *Zeichen-Kultur Sign Culture*. Wurtzburgo: Königshausen & Neumann, 2012, p. 307-313.

- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Teoria dos polissistemas”, trad. Luis Fernando Marozo, Carlos Rizzon e Yanna Karlla Cunha. *Revista Translatio*, v. 4, p. 2-21, 2013.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Epílogo — El trabajo ideacional y el caso vasco: algunas notas”, in KORTAZAR, Jon [org.]. *Autonomía e ideología: Tensiones en el campo cultural vasco*. Madri Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2016, p. 377-380. [Nesta coletânea]
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Le Patrimoine qui attise les conflits”, in BELOT, Robert [org.]. *Géopolitique, Conflits et patrimoine ethnologies*, v. 39, n. 1, 2017, p. 251-264.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Leis da Interferência Cultural”, trad. Bárbara Andrade de Sousa. *Ipotesi: Revista de estudos literários*, v. 22, n. 2, p. 79-88, 2018a.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “The Complexity of Culture and the Sustainability of Groups”. *Ipotesi: Revista de estudos literários*, v. 22, n. 2, p. 2-8, 2018b. [Nesta coletânea]
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Intercultural Competition over Resources via Contests for Symbolic Capitals”. *Semiotica*, v. 232, p. 235-250, 2020a. [Nesta coletânea].
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “The Complexity of Culture and the Sustainability of Groups”, in KHAN, Tariq et al. [org.]. *Indradhanush of Ideas in Language, Literature and Translation: Papers in Honour of Prof. Panchanan Mohanty*. Munique: Lincom Europa, 2020b, p. 1-9. [Nesta coletânea]
- EVEN-ZOHAR, Itamar; FEIJÓ, Elias J. Torres; MONEGAL, Antonio. “The End of Literature or What Purposes Does It Continue to Serve?”. *Poetics Today*, v. 40, n. 1, p. 7-31, 2019.
- FEIJÓ, Elias Torres. “Historiar e comparar literatura como meio e análise de comunidades: Espaços literaturizados como exemplo e proposta”. *Letras de hoje*, v. 49, n. 4, p. 434-445, 2014.
- FELT, Lawrence; SINCLAIR, Peter. “Conclusions”, in FELT, Lawrence; SINCLAIR, Peter [org.]. *Living on the Edge: The Great Northern Peninsula of Newfoundland*. St. John’s: Institute of Social and Economic Research / Memorial University of Newfoundland, 1995.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro; NEIRA, Modesto Rodríguez [org.]. *Lingua inicial e competencia lingüística en Galicia*. Vigo: Real Academia Galega, 1994.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro; NEIRA, Modesto Rodríguez [org.]. *Usos lingüísticos en Galicia*. Vigo: Real Academia Galega, 1995.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro; NEIRA, Modesto Rodríguez [org.]. *Actitudes lingüísticas en Galicia*. Vigo: Real Academia Galega, 1996.

FORMAINI, Robert. "The Engine of Capitalist Process: Entrepreneurs in Economic Theory". *Economic & Financial Review*, v. 2001, n. 4, p. 2-11, 2001.

GELSINGER, Bruce. *Icelandic Enterprise: Commerce and Economy in the Middle Ages*. Columbia: University of South Carolina Press, 1981.

GOLDSTEIN, Moritz. *Begriff und Programm einer Jüdischen Nationalliteratur*. Berlin: Jüdischer Verlag, 1912.

GREEN, Douglas James. *I Undertook Great Works: The Ideology of Domestic Achievements in West Semitic Royal Inscriptions*. Tubinga: Mohr Siebeck, 2010.

GREENBERG, Robert. "Language, Nationalism, and the Yugoslav Successor States", in O'REILLY, Camille [org.]. *Language, Ethnicity and the State*. Hampshire / Nova York: Palgrave, 2001, p. 17-43.

GUÐMUNDSSON, Gils. *Öldin Okkar: Minnisverð Tiðindi 1931-1950*. Reiquiavique: Iðunn, 1951.

HALLO, William. *Origins: The Ancient Near Eastern Background of Some Modern Western Institutions*. Leida / Nova York: Brill, 1996.

HALLO, William. *The World's Oldest Literature: Studies in Sumerian Belles-Lettres*. Leida / Boston: Brill, 2010.

HAMEL, Gary. "Strategy Innovation and the Quest for Value". *Sloan Management Review*, v. 39, n. 2, p. 7-15, 1998.

HAMMAMI, Feras. "Conservation, Innovation and Healing of the Well-Preserved Medieval Ystad". *Journal of Urban Research and Practice*, v. 8, n. 2, p. 165-195, 2015.

HAMMAMI, Feras; UZER, Evren. “Heritage and Resistance: Irregularities, Temporalities and Cumulative Impact”. *International Journal of Heritage Studies*, v. 24, n. 5, p. 1-20, 2017.

HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick. *Les Intellocrates: Expédition en haute intelligentsia*. Paris: Ramsay, 1981.

HANCOCK, Graham. *Magicians of the Gods: The Forgotten Wisdom of Earth's Lost Civilization*. Nova York: Thomas Dunne Books, 2015.

HARRISON, Rodney. *Heritage: Critical Approaches*. Abington / New York: Routledge, 2013.

HARVEY, David. “Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies”. *International Journal of Heritage Studies*, v. 7, n. 4, p. 319-338, 2001.

HAUGEN, Einar. *Language Conflict and Language Planning: The Case of Modern Norwegian*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

HECHTER, Michael. “The Dynamics of Secession”. *Acta Sociologica*, v. 35, p. 267-283, 1992.

HEINZ, Marlies. “The Ur III, Old Babylonian, and Kassite Empires”, in POTTS, Daniel. *A Companion to the Archaeology of the Ancient Near East*. Oxford / Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p. 706-721.

HENRICH, Joseph; GIL-WHITE, Francisco. “The Evolution of Prestige: Freely Conferred Deference as a Mechanism for Enhancing the Benefits of Cultural Transmission”. *Evolution and Human Behavior*, v. 22, n. 3, p. 165-196, 2001.

HENRICH, Joseph; GIL-WHITE, Francisco. *Evicted from Eternity: The Restructuring of Modern Rome*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

HOFSTEDE, Geert. *Cultures and Organizations: Software of the Mind*. Nova York / Londres: McGraw-Hill, 1997.

HOUSE, John. *Against The Tide: Battling For Economic Renewal in Newfoundland and Labrador*. Toronto: University of Toronto Press, 1999.

INGRAM, Mark. "Emplacement and the Politics of Heritage in Low-Income Neighbourhoods of Marseille". *International Journal of Heritage Studies*, v. 22, n. 2, p. 117-130, 2016.

JAKOBSON, Roman. *Pushkin and His Sculptural Myth*. Haia: Mouton, 1975.

KANTOR, Paula. "Gender, Microenterprise Success and Cultural Context: The Case of South Asia". *Entrepreneurship: Theory and Practice*, v. 26, n. 4, p. 131-143, 2002.

KELLY-HOLMES, Helen. "Language Maintenance or Language Fetishization?: A Response to Michael Clyne". *Current Issues in Language & Society*, v. 4, n. 2, p. 167-171, 1997.

KHRENNIKOV, Andrei. "'Social Laser': Action Amplification by Stimulated Emission of Social Energy". *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, v. 374, n. 2058, 2016. DOI: doi.org/10.1098/rsta.2015.0094.

KNUDSEN, Karin Jóhanna. "Language Use and Linguistic Nationalism in the Faroe Islands". *International Journal of Multilingualism*, v. 7, n. 2, p. 128-146, 2010.

LANDAU, Jacob. *Atatürk and the Modernization of Turkey*. Leiden: E. J. Brill, 1984.

LAWRENCE, Philip. "Strategy, Hegemony and Ideology: The Role of Intellectuals". *Political Studies*, v. 44, p. 44-59, 1996.

LEES, Loretta et al. [org.]. *Global Gentrifications: Uneven Development and Displacement*. Bristol: Policy Press, 2015.

LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. Londres: Oxford University Press, 1968.

LOTMAN, Yuri. "О семиосфере". Труды по знаковым системам, v. 17, p. 5-23, 1984.

LOTMAN, Yuri. *Universe of the Mind: Semiotic Theory of Culture*, trad. Ann Shukman. Londres: I. B. Tauris, 1990.

MARSHALL, Ingeborg. *The Beothuk*. St. John's: Newfoundland Historical Society, 2001.

MCCRACKEN, Grant. “Ever Dearer in Our Thoughts: Patina and the Representation of Status Before and After the Eighteenth Century”, in MCCRACKEN, Grant. *Culture and Consumption: New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities*. Bloomington: Indiana University Press, 1990, p. 31-43.

MESOUDI, Alex; WHITEN, Andrew; LALAND, Kevin N. “Towards an Unified Science of Cultural Evolution”. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 29, n. 4, p. 329-383, 2006.

MESOUDI, Alex. *Cultural Evolution: How Darwinian Theory Can Explain Human Culture and Synthesize the Social Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

MONTEAGUDO, Henrique; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé. “La política de la lengua en Galicia: De la reivindicación nacionalista a la planificación gubernamental”, in BELN, Roberto; BORN, Joachim [org.]. *Políticas lingüísticas, norma e identidad: Estudios de casos y aspectos teóricos en torno al gallego, el español y lenguas minoritarias*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2001, p. 33-65.

NAUERBY, Tom. *No Nation is an Island: Language, Culture and National Identity in the Faroe Islands*. Aarhus: SNAI-North Atlantic Publications / Aarhus University Press, 1996.

NIELSEN, Hans Frede. *Guldhornsindskriften fra Gallehus: Runer, sprog og politik*. Odense: Odense Universitetsforlag, 2002.

NISSINEN, Martti. *Prophets and Prophecy in the Ancient Near East*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

NON, Arkaraprasertkul. “Gentrification from Within: Urban Social Change as Anthropological Process”. *Asian Anthropology*, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2016.

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph. *The Powers to Lead*. Oxford / New York: Oxford University Press, 2008.

Ó HIFEARNÁIN, Tadhg. “Irish Language Broadcast Media: The Interaction of State Language Policy, Broadcasters and Their Audiences”. *Current Issues in Language & Society*, v. 7, n. 2, p. 92-116, 2000.

O’ROURKE, Bernadette. “Conflicting Values in Contemporary Galicia: Attitudes to ‘O Galego’ Since Autonomy”. *International Journal of Iberian Studies*, v. 16, n. 1, p. 33-48, 2003.

OBAMA, Barack. Remarks by the President at Presentation of the Presidential Medal of Freedom, *The White House*, Office of the Press Secretary, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3pkgALt>.

PARIZEAU, Jacques. *Pour un Québec souverain*. Montréal: VLB Éditeur, 1997.

PASTORE, Ralph. *The Beothuks*. St. John’s: The Newfoundland Museum, 1991 [1922].

PETROV, Andrei; SHNIRELMAN, Victor [org.]. ПЕТРОВ, А. Е.; ШНИРЕЛЬМАН, Виктор А. Фальсификация исторических источников и конструирование этнократических мифов. Moscou: РАН, 2011.

PLOURDE, Aimée. “Prestige Goods and the Formation of Political Hierarchy: A Costly Signaling Model”, in SHENNAN, Stephen [org.]. *Pattern and Process in Cultural Evolution*. Berkeley: University of California Press, 2009, p. 265-276.

PLOURDE, Aimée. “Human Power and Prestige Systems”, in KAPPELER, Peter; SILK, Joan [org.]. *Mind the Gap: Tracing the Origins of Human Universals*. Heidelberg / Nova York: Springer, 2010.

PRATT, Larry. “Energy, Regionalism and Canadian Nationalism”. *Newfoundland Studies*, v. 1, n. 2, p. 175-199, 1985.

PRITCHARD, Stephen. “Essence, Identity, Signature: Tattoos and Cultural Property”. *Social Semiotics*, v.10, n. 3, p. 331-346, 2000.

REDDY, V. Ramakrishna. *Contemporary History of Andhra Pradesh and Telangana AD 1956-1990*. Haiderabade: Emesco Books, 2016.

REDFORD, Donald. *Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

REILLY, Bernard. *The Medieval Spains*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ROSEMAN, Sharon. “Falamos como falamos’: Linguistic Revitalization and the Maintenance of Local Vernaculars in Galicia”. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 5, n. 1, p. 3-32, 1995.

ROSEMAN, Sharon. “Lenguas de solidaridad’ en el medio rural: El mantenimiento del gallego vernáculo”, in CAMPOS, Xaquín Roderíguez [org.]. *As linguas e as identidades: Ensaio de etnografía e de interpretación antropolóxica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1997.

ROVETTA, Alberto et al. “The Chariots of the Egyptian Pharaoh Tut Ankh Amun in 1337 BC”. *Mechanism and Machine Theory*, v. 35, p. 1013-1031, 2000.

SCHAMA, Simon. *The Embarrassment of Riches: An Interpretation of Dutch Culture in the Golden Age*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1987 [Ed. bras.: *O desconforto da riqueza: A cultural holandesa na época de ouro*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992].

SCHMIDT, Klaus. “Als die Menschen sesshaft wurden”. *Forschung*, v. 32, n. 2, p. 12-25, 2007.

SCHMIDT, Klaus. “Göbekli Tepe — The Stone Age Sanctuaries: New Results of Ongoing Excavations with a Special Focus on Sculptures and High Reliefs”. *Documenta Praehistorica*, v. 37, p. 239-256, 2010.

SCHUMPETER, Joseph. *History of Economic Analysis*. Abingdon: Routledge, 1994 [1955].

SELA-SHEFFY, Rakefet. “Canon Formation Revisited: Canon and Cultural Production”. *Neohelicon*, v. 29, n. 2, p. 141-159, 2002.

SHNIRELMAN, Victor. *Who Gets the Past? Competition for Ancestors Among Non-Russian Intellectuals in Russia*. Washington / Baltimore / Londres: Woodrow Wilson Center Press / Johns Hopkins University Press, 1996.

SHNIRELMAN, Victor. “Aryans and Khazars”, in ROTH, John et al. [org.]. *Remembering for the Future: The Holocaust in an Age of Genocide*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001, p. 884-896.

SHNIRELMAN, Victor. “ШНИРЕЛЬМАН, Виктор Александрович”. *Войны памяти: Мифы, идентичность и политика в Закавказье*. Moscow: Академкнига, 2003.

SHNIRELMAN, Victor. “The Story of an Euphemism: The Khazars in Russian Nationalist Literature”, in GOLDEN, Peter et al. [org.]. *The World of the Khazars: New Perspectives*. Leiden / Boston: Brill, 2007, p. 353-372.

SHNIRELMAN, Victor. ШНИРЕЛЬМАН, Виктор А. *Хазарский миф: идеология политического радикализма в России и ее истоки*. Moscow: Гешарим, 2012.

SIGURÐSSON, Gísli. “Icelandic National Identity: From Nationalism to Tourism”, in ANTTONEN, Pertti [org.]. *Making Europe in Nordic Contexts*. Turku: Nordic Institute of Folklore, 1996, p. 41-75.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Londres: Routledge, 2006.

SRIKANTH, Haresamudram. “Construction and Consolidation of the Telangana Identity”. *Economic and Political Weekly*, v. 48, n. 45-46, p. 39-45, 2013.

SWARTZ, David. *Symbolic Power, Politics, and Intellectuals: The Political Sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago / Londres: University of Chicago Press, 2013.

SWIDLER, Ann. “Culture in Action: Symbols and Strategies”. *American Sociological Review*, v. 51, p. 273-286, 1986.

TADMOR, Hayim. “History and Ideology in the Assyrian Royal Inscriptions”, in FALES, F. M. [org.]. *Assyrian Royal Inscriptions: New Horizons*. Roma: Istituto per l’Oriente, 1981, p. 13-33.

TADMOR, Hayim. “Monarchy and the Elite in Assyria and Babylonia: The Question of Royal Accountability”, in EISENSTADT, S. N. [org.]. *The Origins and Diversity of Axial Age Civilizations*. Albany: State University of New York Press, 1986, p. 203-227.

TAINTER, Joseph. “Foundations and Context of Contemporary Conflict”, in DOBKOWSKI, Michael; WALLIMANN, Isidor [org.]. *On the Edge of Scarcity: Environment, Resources, Population, Sustainability, and Conflict*. Syracuse: Syracuse University Press, 2002, p. 108-120.

TIMOTHY, Dallen; GUELKE, Jeanne Kay. *Geography and Genealogy: Locating Personal Pasts*. Hampshire: Ashgate Publishing, 2008.

TINNEY, Steve. “Ur-Namma the Canal-Digger: Context, Continuity and Change in Sumerian Literature”. *Journal of Cuneiform Studies*, v. 51, p. 31-54, 1999.

TOURY, Gideon. “Culture Planning and Translation”, in LUGRÍS, Alberto Álvarez; OCAMPO, Anxo Fernández [org.]. *Anovar/anosar: Estudios de traducción e interpretación*. Vigo: Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo, 1999, p. 13-25.

TOURY, Gideon. “A tradução como meio de planificação e a planificação da tradução”, in SERUYA, Teresa; MONIZ, Maria Lin [org.]. *Histórias Literárias Comparadas*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira, 2001, p. 17-32.

TYNIÁNOV, Yuri. ТЫНЯНОВ, Юрий. *Архаисты и новаторы*. Moscou: Akademia, 1929.

VAN DE MIEROOP, Marc. *A History of the Ancient Near East: ca. 3000-3323 BC*. Malden: Blackwell Pub, 2007.

VAN DE MIEROOP, Marc. *Philosophy Before the Greeks: The Pursuit of Truth in Ancient Babylonia*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

WACQUANT, Loïc. “Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality”. *Thesis Eleven*, v. 91, n. 1, p. 66-77, 2007.

WU, Kuo-Cheng. *Ancient Chinese Political Theories*. Shanghai: The Commercial Press, 1928.

YERASIMOS, Stéphane. “Introduction”, in DEFRÉMERY, Charles; SANGUINETTI, Beniamino Raffaello [org. e trad.]. *Voyages d’Ibn Battuta, Muhammad ibn ‘Abd Allâh*. Paris: F. Maspero, 1982, p. 4-67.

ZABUZHKO, Oksana. ЗАБУЖКО, Оксана. “Вони питають, чи єсть у нас культура!”, *Ukrainska Pravda*, 15 abr. 2007.

SOBRE O AUTOR

Itamar Even-Zohar, nascido em 1939 em Tel Aviv, é Professor Emérito da Universidade de Tel Aviv, continuamente ativo em sua Unidade de Pesquisa em Cultura, da qual é co-fundador. Estudou nas universidades de Tel Aviv, Jerusalém, Oslo e Copenhagen, e foi professor convidado em várias instituições acadêmicas ao redor do mundo. Em abril de 2014, foi eleito Membro Honorário da Academia Austríaca de Ciências. Seu trabalho (conhecido pelo nome de “teoria do polissistema”) se concentrou na dinâmica de sistemas socioculturais heterogêneos. Seu trabalho de campo tratou das interações entre várias culturas e da formação de culturas, especialmente de grandes entidades (como “nações”) em relação à sobrevivência e ao sucesso de grupos e ao papel dos elaboradores de ideias e empreendedores culturais no contexto da produção de energia social. As suas obras já foram publicadas em mais de 19 línguas, incluindo hebraico, inglês, português, espanhol, galego e vietnamita.

Carolina Alves Magaldi é professora na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e no PPG Letras — Estudos Literários, na mesma universidade. É pesquisadora, tradutora e escritora, tendo se especializado em tradução literária, literatura de fantasia, Romantismo e épicos folclóricos, em especial a *Kalevala* finlandesa. Atualmente coordena o curso de Bacharelado em Letras da UFJF e o grupo de pesquisa Prisma — Interculturalidade e Tradução. Além da presente tradução, lançará em 2021 o livro *Clube dos Traidores*, em parceria com as orientandas Luísa Bergo e Luísa Arantes Bahia, com verbetes do campo dos Estudos da Tradução para um público não acadêmico; o livro *Alter Mundos — uma jornada ao coração do insólito*, que conta com traduções e versões

realizadas e discutidas no Prisma e uma versão em língua inglesa para *Iracema*, juntamente com a orientanda Sophia Martins, como parte de um projeto de fomentar (re)traduções da literatura brasileira em língua inglesa.

Juliana Steil é mestre e doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina, e professora da Universidade Federal de Pelotas, onde ministra disciplinas de Teoria e História da Tradução desde 2013. Traduz literatura e textos acadêmicos da área de humanidades.

Roberta Rego Rodrigues é professora de Tradução dos pares linguísticos inglês/português/inglês no Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas e no PPG Letras — Linha de Pesquisa Aquisição, Variação e Ensino, na mesma instituição. Coordena a Área de Tradução do referido Centro, a qual se volta para a discussão de questões pedagógicas dos cursos de Tradução da Universidade supracitada. Também coordena o projeto de pesquisa intitulado *Estilística de textos literários em relação de tradução*, o qual busca aliar traços da Linguística e da Literatura na investigação de textos de partida do gênero conto e de alguns dos seus respectivos textos de chegada. Pode-se citar como um produto desse projeto de pesquisa o artigo Rodrigues (2018). A autora investiga o finito modal *shall* no conto *The yellow wallpaper* de Charlotte Perkins Gilman e em duas de suas traduções para o português, do ponto de vista da estilística tradutória e da linguística sistêmico-funcional. Ambas as traduções apresentam o título *O papel de parede amarelo*; uma delas foi feita por Bruna Albornoz D'Ávila e a outra por José Manuel Lopes.

1ª EDIÇÃO BRASILEIRA 2021

Esta obra foi composta por Paulo Roberto da Silva em Minion Pro e Roboto.
Publicada on-line por Rafael Copetti Editor em março de 2021.

Como o universo das ideias interage com as chances de sucesso de sociedades inteiras? Ao longo de sua longa e profícua carreira, Itamar Even-Zohar se dedicou ao estudo de sistemas culturais complexos, buscando compreender como são construídos e como interagem entre si. Desta feita, sua indagação versa sobre o trabalho ideacional e as estratégias que podem levar à sobrevivência e florescimento de algumas sociedades, enquanto a ausência de elaboradores de ideias pode trazer um fim às trajetórias de suas comunidades. Para explorar tal tema, este volume parte da discussão dos conceitos referentes ao trabalho ideacional, elaboradores de ideias, estratégias e repertório cultural, chegando a análises acerca de exemplos da história mundial, o que contribui para compreendermos a construção e o potencial do momento em que vivemos.

Carolina Alves Magaldi

